



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PROPEP)  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**DISCURSOS, PRÁTICAS E MEMÓRIA: O MDB EM ALAGOAS E A  
DITADURA MILITAR (1966-1979)**

**PAULO VITOR BARBOSA DOS SANTOS**

**Maceió – Alagoas**

**2017**

**PAULO VITOR BARBOSA DOS SANTOS**

**DISCURSOS, PRÁTICAS E MEMÓRIA: O MDB EM ALAGOAS E A  
DITADURA MILITAR (1966-1979)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH-UFAL), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Michelle Reis de Macedo.

Maceió – Alagoas

2017

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

S237c Santos, Paulo Vitor Barbosa dos.  
Discurso, práticas e memórias: o MDB em Alagoas e a Ditadura militar (1966-1979)  
/ Paulo Vitor Barbosa dos Santos. – 2017.  
181 f.: il.

Orientadora: Michelle Reis de Macedo.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.  
Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de  
Pós-Graduação em História. Maceió, 2017.

Bibliografia: f. 170-181.

1. MDB (Movimento Democrático Brasileiro) - Alagoas. 2. Ditadura militar – Brasil  
– 1966-1979. 3. Alagoas – Política e governo – 1966-1979. I. Título.

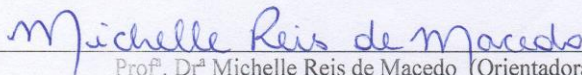
CDU: 981.35:329(81)MDB

**Folha de Aprovação**

PAULO VITOR BARBOSA DOS SANTOS

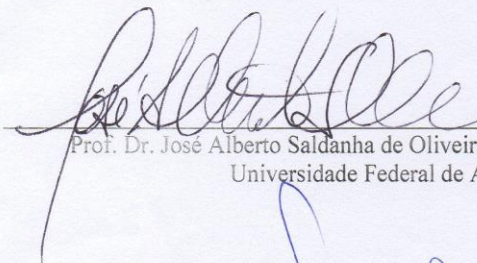
DISCURSOS, PRÁTICAS E MEMÓRIA: O MDB EM ALAGOAS E A DITADURA MILITAR (1966-1979)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 22 de Março de 2017.

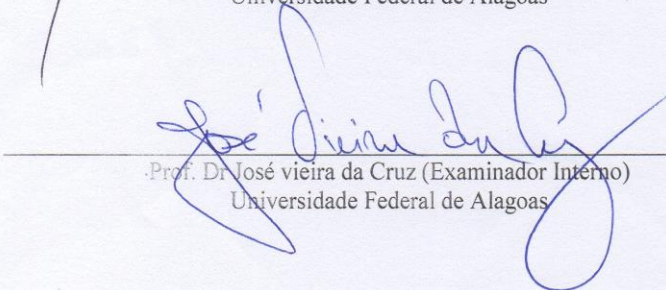


Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Michelle Reis de Macedo (Orientadora)  
Universidade Federal de Alagoas

**Banca Examinadora:**



Prof. Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. José Vieira da Cruz (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Alagoas

*Ao meu avôhai Vicente Soares Belo (in memoriam)*

*Às mulheres da minha vida, presentes e partes de mim,  
minha pequena Alice, minha companheira Janaína, minha  
mãe Ângela e minha avó Elisa.*

## AGRADECIMENTOS

Depois de um curto longo caminho de dois anos, chegamos aos agradecimentos! Tarefa de responsabilidade, tendo em vista a quantidade de pessoas que contribuíram direta e indiretamente para conclusão desta pesquisa. Não poderia iniciar essa parte sem agradecer a pessoa que é a base de toda minha educação e humanidade, minha mãe Ângela, sustentáculo de toda minha trajetória. Igualmente, agradecer a paciência durante a confecção desta dissertação de minha família, minhas duas meninas, a pequenina Alice e minha companheira Janaína. Agradecer igualmente, a orientação da professora Michelle, pelo incentivo e contribuição à pesquisa, grande parte deste trabalho é fruto desta relação de confiança e estímulo. Aos companheiros de mestrado, Magno, Gustavo, Osnar, Rodrigo, Adson, Roseane e Anne, cujas conversas pós aula renderam bons aprendizados e a amizade ficará literalmente na “história”.

Aos professores que estiveram presentes desde o tempo da graduação, José Roberto, Arrisete, José Ferreira, Alberto Vivar, Ana Cláudia, Clara, Filipe, Osvaldo, Célia, Tadeu e Irinéia. Em especial ao professor Alberto Saldanha pela paciência de orientar meu trabalho de conclusão de curso, e de contribuir com seu rigor na análise do meu projeto de mestrado, na qualificação e na defesa deste. A todos os professores que integram o Programa de Pós Graduação em História da UFAL, em particular ao professor José Vieira por compor minha banca de defesa.

No âmbito da pesquisa, agradeço aos camaradas Geraldo de Majella, pela contribuição no tocante à história política de Alagoas, e pelos livros que gentilmente me cedeu. A Edberto Ticianelli pela entrevista e esclarecimentos relacionados ao MDB jovem em Maceió. A Ângela Canuto pelo bate papo a respeito de seu pai o deputado emedebista Rubens Canuto e seu ex-esposo, o também emedebista Mendonça Neto. A Alcides Falcão pela entrevista concedida em sua casa e pela atenção de abrir seu arquivo pessoal para análise. A José Costa pelas dicas referentes à pesquisa. Aos funcionários da Assembleia Legislativa de Alagoas, do setor de arquivos, Vitor e Eduardo por me auxiliarem na busca dos discursos dos parlamentares emedebistas. Em

relação às instituições não poderia deixar de citar o Arquivo Público de Alagoas, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos. A consulta aos arquivos, documentos, jornais e livros nestes locais foram fundamentais nessa pesquisa. Igualmente, essa dissertação não seria possível sem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço em particular à pessoa do Irinaldo Diniz, coordenador de Pós-graduação no período, pela solicitude nos trâmites burocráticos.

Por fim, agradeço a todos que participaram de alguma forma deste trabalho, e que por falha na memória desse autor, não constam aqui citados, obrigado!

*“Os crimes, os atentados, a supressão da liberdade e dos direitos civis, as torturas, as mortes, tudo isso ocorreu em todas as partes do Brasil e também em Alagoas, mas tudo ficou perdido na memória historiográfica do país, por que simplesmente caiu no rol da impunidade. (Djalma Falcão – Deputado Federal/MDB-AL – In memorian).*

*A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso. Então surgirá diante de nós nossa tarefa, a de instaurar o real estado de exceção; e graças a isso, nossa posição na luta contra o fascismo tornar-se-á melhor. [...] O espanto em constatar que os acontecimentos que vivemos “ainda” sejam possíveis no século XX não é nenhum espanto filosófico. Ele não está no início de um conhecimento, a menos que seja o de mostrar que a representação da história donde provém aquele espanto é insustentável. (Walter Benjamin – Tese VIII).*



## RESUMO

O objeto de estudo do presente trabalho concentra-se no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Alagoas, seu surgimento, trajetória e atuação no contexto da ditadura militar. O recorte historiográfico escolhido contempla os anos de 1966 a 1979, período de seu surgimento e consolidação no cenário político estadual e nacional, até sua dissolução com a extinção do bipartidarismo. Destaca-se nesta pesquisa a conjuntura social e política alagoana nas décadas de 1950, 1960 e suas determinadas lutas políticas que ensejaram a formação do MDB e da ARENA em Alagoas, assim como as peculiaridades locais na formatação e execução do golpe civil-militar de 1964. Explora-se também, o contexto da ditadura militar e suas implicações sociais, políticas e econômicas no Brasil e em Alagoas, tal como os discursos e práticas emedebistas no decorrer das décadas de 1960 e 1970, procurando entender as correlações de força entre a oposição institucional, representada pelo MDB e o sustentáculo político da ditadura militar, encarnada na ARENA, bem como, os conflitos, disputas, cisões e reconfigurações intrapartidárias da sigla.

Palavras - chave: MDB. Ditadura Militar. Política. Alagoas.

## **ABSTRACT**

The object of study of the present work focuses on the Brazilian Democratic Movement (MDB) in Alagoas, its emergence, trajectory and performance in the context of the military dictatorship. The historiographical selection chosen covers the years 1966 to 1979, the period of its emergence and consolidation in the state and national political scene, until its dissolution with the extinction of Bipartisanship. In this research the social and political conjuncture of Alagoas in the 1950s and 1960s and its determined political struggles that led to the formation of the MDB and the ARENA in Alagoas, as well as the local peculiarities in the format and execution of the civil-military coup of 1964. The context of the military dictatorship and its social, political and economic implications in Brazil and Alagoas, as well as the emedebistas discourses and practices during the 1960s and 1970s, are also explored. Looking to understand the correlations of force between the Institutional opposition, represented by the MDB and the political support of the military dictatorship, embodied in ARENA. As well as the conflicts, disputes, divisions and intra-party reconfigurations of the acronym.

Key words: MDB. Military Dictatorship. Politics. Alagoas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 – AS DÉCADAS DE 1950 E 1960 E A CONJUNTURA SOCIAL E POLÍTICA ALAGOANA.</b> .....	21
<b>1.1 - A Redemocratização nacional pós 1945</b> .....	21
1.1.1 - Projetos em disputa: Nacional Estatismo e Liberalismo Conservador na experiência democrática em Alagoas (1947-1964).....	28
<b>1.2 – O Golpe de 1964 e suas conseqüências</b> .....	40
<b>2 – CONTRADIÇÕES, DIFICULDADES E EXPECTATIVAS: SURGE A “OPOSIÇÃO LEGAL”</b> .....	55
<b>2.1 – A instauração do bipartidarismo</b> .....	55
2.1.1 – O MDB entre o passado e o presente.....	58
<b>2.2 - As eleições de 1966</b> .....	69
<b>3 – RECRUDESCIMENTO DA DITADURA MILITAR E A DERROTA OPOSICIONISTA (1967-1970)</b> .....	81
<b>3.1 – Ensaios de liberalização e compressão: Militares, MDB e Sociedade Civil</b> .....	81
<b>3.2 - Oposições na ofensiva, baionetas de prontidão</b> .....	88
<b>3.3 - MDB e o caso dos Excedentes</b> .....	96
<b>3.4 - O MDB nos municípios</b> .....	101
<b>3.5 - A Ditadura sem máscara</b> .....	109
<b>4 – DO OSTRACISMO À RECONSTRUÇÃO: MDB E AS NOVAS PAUTAS NO CONTEXTO DA DISTENSÃO (1970-1979)</b> .....	116
<b>4.1 – A estratégia armada como alternativa à “oposição legal”</b> .....	116
<b>4.2 - O “Milagre Econômico” e a modernização conservadora</b> .....	124
<b>4.3 – O novo MDB; autênticos e a inflexão nas urnas de 1974</b> .....	133
<b>4.4 - José Costa e Mendonça Neto : novas vozes do MDB em Alagoas</b> .....	143
<b>4.5 - A campanha de 1978 e o fim do bipartidarismo</b> .....	157
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	166
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	170

## INTRODUÇÃO

O interesse pela temática desta pesquisa surgiu ainda no ano de 2010, quando através de um estágio no Arquivo Público de Alagoas, em parceria com a UFAL e o Arquivo Nacional, pudemos trabalhar sob orientação do professor Alberto Saldanha, com um rico acervo referente ao período republicano recente em Alagoas. Tratava-se do projeto *Memórias Reveladas : As Lutas Políticas em Alagoas (1964-1985)* articulado com o projeto nacional *Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964 -1985)*, desenvolvido pela Casa Civil da Presidência da República, por intermédio do Arquivo Nacional e dos arquivos públicos estaduais. O acervo que tínhamos em mãos constituía-se de arquivos pessoais de antigos militantes de partidos políticos, fichas e relatórios da extinta Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE), material de divulgação de entidades estudantis, partidos e sindicatos, além de diversas fotografias, e documentos da Secretaria de Segurança Pública. A medida que tratávamos esta documentação, percebíamos a importância daquelas fontes até então inéditas para o estudo da história de Alagoas. Em especial, para compreender o contexto social e político de Alagoas na ditadura militar, com suas manifestações sociais, sindicais e estudantis, campanhas políticas, atuação dos mecanismos de repressão, etc.

Dentre essa gama documental, a existência dos relatórios produzidos pela DOPSE referentes a campanha emedebista de 1966, nos chamou atenção. Primeiro, por ser um conjunto de documentos que apresentavam-se completos (do início ao fim da campanha todos os comícios realizados na cidade de Maceió). Segundo, por estarem inseridos numa temporalidade cuja produção historiográfica local ainda era escassa. Deste modo, o interesse por pesquisar a história do MDB em Alagoas, associava-se ao intuito de compreender a conjuntura social e política alagoana, em especial na ditadura militar. Neste sentido, à medida que nos acercávamos das fontes referentes ao MDB no contexto nacional, buscávamos compreender as peculiaridades do *establishment* local, e de que modo os emedebistas alagoanos enfrentavam essas questões. Estabelecidas as problemáticas, começamos a trabalhar algumas hipóteses que desenvolvemos no decorrer desta pesquisa: A influência do “munizismo” nos primeiros anos do MDB, e

sua utilização como campo identitário do partido. O realinhamento partidário dos setores conservadores na ARENA local, e a execução de um projeto político e econômico aliado ao processo de modernização conservadora proposto pela ditadura militar. E por fim, o papel de revigoração oposicionista a partir de jovens políticos desvinculados do *modus operandi* da política local.

Em relação aos objetivos específicos, estes, centralizam-se em: caracterizar a conjuntura social e política alagoana nas décadas de 1950 e 1960 e seus respectivos projetos políticos; entender como o MDB surge em Alagoas através do processo de reestruturação do bloco político liderado por Muniz Falcão, identificado com o trabalhismo nacionalista; entender como os grupos políticos identificados com o projeto liberal conservador alinham-se no pós 1964 à ARENA; entender o contexto da modernização conservadora que marca o “Milagre Econômico” em Alagoas e no Brasil; analisar as participações do MDB nas eleições estaduais de 1966, 1970, 1974 e 1978, assim como a inserção da sigla nos municípios; analisar a relação do MDB com a luta armada; analisar as dificuldades e coações enfrentadas pelos emedebistas; analisar a reestruturação do MDB a partir da década de 1970, seu crescimento e capacidade de aglutinação de grupos de esquerda, estudantes e trabalhadores; A formação do grupo “Autêntico” a partir de 1974 e os mandatos de José Costa e Mendonça Neto, na defesa da redemocratização, da anistia e no enfrentamento à repressão.

No campo teórico-metodológico, conforme tratamento das fontes, percebemos que as abordagens mais elucidativas perpassam a Nova História Política. A análise política, entendida como um campo renovado pela historiografia nas últimas décadas, se insere numa perspectiva, segundo Rémond, de “rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais”<sup>1</sup>. A opção por esse aporte teórico-metodológico levou em conta diversas fontes (jornais, entrevistas, revistas, livros de memória, documentos oficiais, discursos, etc.), como a utilização de importantes conceitos no transcorrer da pesquisa; entre eles, o de *Cultura Política*, desenvolvido por Serge Berstein e Jean Pierre Rioux, (entendida como um campo que articula crenças, símbolos, valores, ritos, mitos e ideologias), utilizada aqui para entender a cultura política trabalhista e sua

---

<sup>1</sup> REMOND, René (org). “As eleições” IN: *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.36.

influência nos grupos políticos alagoanos da década de 1950 e 1960. E o conceito mais específico de *Mediação Política* de Serge Berstein, para compreender o papel que o MDB adquire em sua trajetória, de aglutinador das forças oposicionistas. Na compreensão dos processos de transformações sociais e econômicas da ditadura militar, utilizamos o conceito da *Modernização Conservadora*, elaborado por Barrington Moore Jr., percebendo o modelo de desenvolvido tutelado pelas setores conservadores agrários de Alagoas. No tratamento da memória utilizamos o entendimento de Michael Pollak, para analisar as relações entre *memória* e *identidade social*, primeiro no tocante à importância da memória como fator de construção da identidade individual e de grupo; segundo pelo caráter de continuidade e reconstrução das suas representações. Este entendimento está nas tentativas de construção da identidade emedebista em seus primeiros anos de existência, além dos conflitos internos inerentes a esse processo. Por fim, a pesquisa procurou dialogar com a *estruturação do Estado de Segurança Nacional*, problemática desenvolvida por Maria Helena Moreira Alves, na compreensão da organização e elaboração de todo um aparato repressivo englobando questões militares, econômicas, sociais, judiciais e políticas no funcionamento da ditadura militar brasileira.

Os capítulos que compõe esse trabalho e as fontes utilizadas estão divididos desta forma: ***Cap. 1 – As décadas de 1950 e 1960 e a conjuntura social e política alagoana***; O primeiro capítulo tem como proposta analisar o cenário político e social formado após o fim do Estado Novo, de que modo os grupos políticos alagoanos adaptam-se no contexto da redemocratização nacional, através do confronto de dois projetos políticos distintos: o Nacional Estatismo atuando como tutor e propulsor da organização do mundo do trabalho sob às bases de um desenvolvimentismo nacionalista. E o Liberal Conservador, estruturado nas tradicionais oligarquias rurais, revestidas do liberalismo antigetulista. Esse recuo histórico se fez importante, à medida que procuramos analisar pelo viés da longa duração os embates e os vínculos políticos e partidários estabelecidos após a instauração do bipartidarismo em 1966.

Procuramos também fazer um suscito panorama do golpe civil-militar e da sua produção historiográfica, dos estudos clássicos às novas abordagens que reavivaram a temática nos últimos anos. As consequências do golpe no contexto alagoano e suas

particularidades também foram apreciadas. Os tópicos do capítulo estão postos da seguinte forma: ***1.1- A Redemocratização nacional pós 1945***; O tópico analisa o quadro político instaurado após a redemocratização, as rupturas ensejadas pelo contexto do fim dos regimes nazifascistas, proporcionando a nível mundial um processo de abertura democrática, com efeitos diretos no fim do Estado Novo e na promulgação da constituição de 1946, ensejando uma estruturação completa no sistema político e eleitoral e o surgimento dos partidos nacionais como PTB, PSD e a UDN e seus respectivos projetos políticos e embates nas décadas de 1950 e 1960. Em evidência também está o quadro de ampliação da democracia e o crescimento dos movimentos sociais, através de uma politização crescente dos trabalhadores, que tornavam-se cidadãos cada vez mais ativos e participativos no processo de democratização política e da sociedade civil. Trabalhamos nesse tópico com dois conceitos: Nacional Estatismo e Trabalhismo, com intuito de jogar luzes à análise do próximo tópico.

***1.1.1 – Projetos em disputa: Nacional Estatismo e Liberalismo Conservador na experiência democrática em Alagoas (1947-1964)***; O intuito foi analisar os governos e projetos políticos na experiência democrática em Alagoas, da administração de Silvestre Péricles (1946-1951) com sua tumultuada gestão marcada pelo intenso anticomunismo e pelos conflitos nas esferas legislativas e judiciais. Passando pelo governo de Arnon de Mello (1951-1956) e seu projeto de modernização conservadora atrelado às tradicionais oligarquias agrárias. O governo de Muniz Falcão (1956-1960) alinhado à proposta Nacional Estatista com um projeto de planejamento e modernização do estado vinculado às classes populares. E da gestão de Luiz Cavalcante (1960-1966), alinhada às oligarquias do setor agrário e aos segmentos militares conservadores. Dessa forma, procuramos compreender de que maneira através do governo de Muniz Falcão forma-se as primeiras noções de uma gestão desembaraçada dos interesses meramente provincianos e alinhada com um projeto de desenvolvimento nacional. O bloco progressista, formado em torno da liderança de Muniz, foi capaz de agregar comunistas, trabalhistas, classes populares em contraponto ao bloco liberal conservador, preocupado na manutenção de seu *status quo*. Desse antagonismo, destaca-se as diferentes propostas de modernização defendidas: uma voltada para o reformismo e planejamento do Estado com base popular, outra gerida para o desenvolvimento de base conservadora, aliado às velhas estruturas de poder oligárquico.

**1.3 - O golpe de 1964 e suas consequências;** No tópico realizamos um sucinto panorama dos debates realizados na historiografia nacional sobre o golpe de 1964, destacando a renovação da temática através de novos estudos e contextualizando o governo de João Goulart dentro de uma conjuntura de efervescência política e acirramento de posições, plasmadas pela politização em escalada dos trabalhadores; e pela intensa onda anticomunista dos setores conservadores. O contexto do golpe civil-militar em Alagoas foi analisado levando em consideração a correlação com os eventos nacionais, mas também suas particularidades, dessa forma, abordando o cenário pré e pós golpe e a atuação de importantes atores sociais do período. As fontes que serviram de aporte foram: a edição especial do jornal *A Tribuna* de 28 de março de 2004 (edição comemorativa dos 40 anos do golpe de 1964, trazendo relatos dos atores sociais que participaram ativamente contra e favor do golpe); o periódico *Diário de Alagoas* nos meses de março a novembro de 1964; os *documentos da Delegacia de Ordem, Política, Social e Econômica (DOPSE)*, referentes aos funcionários públicos cassados por ocasião do Ato Institucional nº1 (AI-1); o artigo do historiador Rodrigo José da Costa sobre o golpe: “*Do comício que não houve*” à *marcha da vitória: deflagração do golpe civil militar em Alagoas*” [2014]; o artigo do jornalista Ênio Lins: *Pastoril de trágicas jornadas* [2004]; os livros do historiador Geraldo de Majella: *Rubens Colaço: paixão e vida: a trajetória de um líder sindical* [2010] e *O PCB em Alagoas – Documentos (1982-1990)* [2011] (livros que trazem importantes relatos da conjuntura do golpe em Alagoas e das torturas sofridas pelo dirigente sindical Rubens Colaço).

**Cap. 2 – Contradições, dificuldades e expectativas: Surge a “oposição legal”;**

A proposta do segundo capítulo é entender em que contexto surge a opção pelo bipartidarismo, e de que modo o MDB enfrenta, logo nos seus momentos iniciais, o desafio de apresentar-se como um partido de oposição dentro do sistema político imposto pelos militares. Assim como as permanências e rupturas que marcam a formação do novo quadro partidário, na reorganização dos antigos diretórios através do remanejamento para novas siglas. Por fim, abordamos a eleição de 1966 e a dinâmica da campanha desenvolvida pelos emedebistas utilizando como veículo o jornal *Diário de*



Alagoas. **2.1 – A instauração do bipartidarismo;** Neste tópico abordamos o surgimento do bipartidarismo e a reorganização do quadro partidário.

**2.1.1 - O MDB Alagoano entre o passado e o presente;** O intuito do tópico foi entender a organização do MDB em Alagoas através da transferência da máquina partidária pessepista (PSP) capitaneada por Muniz Falcão e seu grupo político. E de que forma os emedebistas utilizaram a imagem de Muniz Falcão, após sua morte, como a principal bandeira de luta oposicionista na campanha de 1966. Denunciando os antigos adversários (udenistas) realinhados após a instauração do bipartidarismo na ARENA. Com o objetivo de entender as primeiras linhas de atuação traçadas pelos emedebistas, analisamos a primeira convenção do partido, realizada em 10 de agosto de 1966. Evento que reuniu pela primeira vez as lideranças do partido de todo o estado, no sentido de alinhar o programa nacional às expectativas locais. As fontes utilizadas nesse tópico foram o jornal *Diário de Alagoas*, que nos possibilitou o mapeamento das atividades realizadas pela sigla no estado; o *Manifesto Programa do MDB*, e suas principais diretrizes. Como aporte teórico-metodológico utilizamos o conceito de *Mediação Política* de Serge Berstein, para analisar como o MDB coloca-se como eixo de mediação no enfrentamento aos problemas nacionais, buscando construir seu caráter de Frente popular. O entendimento de Michael Pollak no tocante à importância da memória como fator de construção da identidade individual e de grupo foi utilizado para entender como a coesão dos emedebistas em torno da imagem de Muniz Falcão possuía o intuito de convencer o eleitorado da continuação de um projeto político popular.

**2.3 – Primeiro desafio: As eleições de 1966;** Para analisarmos a campanha do MDB alagoano no pleito de 1966, utilizamos como fonte, além dos já citados jornais: (*Diário de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*; os *comícios registrados pelo Departamento de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE)*). Esses documentos nos permitem tanto entender a dinâmica da campanha, como a preocupação dos órgãos repressivos em monitorar os discursos dos candidatos. Revelam também uma postura de maior contestação à ditadura militar, diferindo da prudência que pautava as linhas editoriais do jornal emedebista *Diário de Alagoas*. Os comícios iniciados em 15 de outubro e finalizados em 12 de novembro versam sobre as diversas preocupações dos emedebistas, além de serem incisivos na busca pela legitimação popular face ao novo

regime. Dentre os temas, podemos destacar: a luta pela redemocratização, contra a censura, a repressão política e as perseguições, e as cassações arbitrárias. Presentes também estão críticas aos arenistas e à política econômica do governo Castelo Branco.

Como aporte analítico, utilizamos o entendimento de René Remond sobre o estudo das campanhas políticas “a campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato [...] é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião”.<sup>2</sup> Nesse sentido, o estudo das campanhas políticas não compreendem unicamente seus resultados, mas também o entendimento de sua construção através dos discursos produzidos pelos seus atores sociais. Esse direcionamento nos possibilita compreender a dinâmica de um processo eleitoral, e de uma maneira mais objetiva a relação entre expectativa e realidade.

**Cap.3. – Recrudescimento da ditadura militar e a derrota oposicionista (1967-1970);** O objetivo geral do capítulo é compreender o modo como o aparelho repressivo estatal organizou-se estruturalmente e ideologicamente. Do mesmo modo, os consequentes embates entre as oposições e a ditadura militar. Dentro desse contexto analisamos a atuação do MDB alagoano. Os tópicos estão divididos desta forma: **3.1 – Ensaio de liberalização e compressão: militares, MDB e sociedade civil;** Neste tópico analisamos a institucionalização dos mecanismos de controle da sociedade civil, destacando os governos do Marechal Castelo Branco no plano nacional e suas medidas nas áreas econômica e social, assim como, a interventoria em Alagoas de José Tubino e seu reflexo no fortalecimento da ARENA local. **3.2 – Oposições na ofensiva, baionetas de prontidão;** Neste tópico abordamos a estruturação ideológica do aparelho repressivo estatal, dialogando com os estudos de Nilson Borges (*A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*) e de Maria Helena Moreira Alves (*Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*), assim como, o *modus operandi* dos organismos da ditadura militar através da análise da formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e da articulação do sistema de informações. Abordamos, também, a ofensiva da oposição com a ação dos estudantes, da Igreja Católica e da formação da Frente Ampla.

---

<sup>2</sup> REMOND, op cit, p.49.

**3.3 – MDB e o caso dos “excedentes”;** Analisamos dentro do contexto de agitação estudantil e reformulação do ensino universitário, o papel que os emedebistas alagoanos exerceram na condução da crise estudantil que marca o caso dos “excedentes”. As fontes utilizadas foram: o jornal *Diário de Alagoas*, a obra de Alberto Saldanha (*A Mitologia Estudantil: Uma abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano*), e a obra referencial de Thomas Skidmore (*Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*). **3.4 – O MDB nos municípios;** Abordamos o desempenho do MDB alagoano nas eleições municipais. Analisamos os principais problemas que a sigla enfrentava no contexto das reformas do sistema eleitoral, como a instituição da sublegenda e da inclusão de importantes municípios nas “zonas de segurança nacional”. Utilizamos como fontes: os dados eleitorais contidos na obra de Heider Lisboa (*A Justiça Eleitoral em Alagoas*), o jornal *Diário de Alagoas*, e discursos de parlamentares emedebistas na Assembleia Legislativa de Alagoas. **3.5 – A ditadura sem máscara;** Neste tópico, tratamos da instauração do Ato Institucional número 5 (AI-5) e dos seus efeitos na oposição. Particularmente, suas consequências em Alagoas, com a cassação de parlamentares da ARENA e do MDB, além do significativo encolhimento da sigla com a derrota nas eleições de 1970. Utilizamos como fontes: o *Jornal de Alagoas*, os estudos de Maria Kinzo (*Oposição e Autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB*), Thomas Skidmore (*Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*), e o Tomo II, Vol. II do Projeto Brasil Nunca Mais (*Os atingidos*).

**Cap. 4 . – Do ostracismo a reconstrução: MDB e as novas pautas no contexto da distensão (1970-1979);** Este capítulo trata da reorganização do MDB no decorrer da década de 1970, levando em conta seus embates internos – com o surgimento do grupo dos Autênticos - e externos através de seus posicionamentos com as oposições armadas e o governo. Abordamos também o “Milagre Econômico” e suas contradições, e por fim, a revitalização emedebista, plasmada na inflexão das urnas de 1974, e no mandato de jovens deputados alinhados no enfrentamento à ditadura militar.

Os tópicos foram dispostos desta maneira: **4.1 – A estratégia armada como alternativa à oposição legal:** Neste tópico examinamos as relações entre as esquerdas armadas e o MDB, dentro da conjuntura de recrudescimento da ditadura militar; As estratégias da luta armada e seus efeitos na sociedade. Analisamos também, o contexto

das esquerdas em Alagoas, em especial, o PCB e sua relação com o MDB local. O referencial teórico deste tópico foi balizado nas obras de Jacob Gorender (*Combate nas Trevas*); Marcelo Ridenti (*O fantasma da Revolução Brasileira*); Denis de Moraes (*A esquerdas e o golpe de 64*); Ana Beatriz Nader (*Autênticos do MDB; semeadores da democracia*) e Denise Rollemberg (*Esquerdas Revolucionárias e luta armada*). Na análise da conjuntura local foram utilizadas as obras de Geraldo de Majella (*O PCB em Alagoas: Documentos (1982-1990)*), Alberto Saldanha (*A Mitologia Estudantil: Uma abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano*) e o artigo de Golbery Lessa (*Os Principais Momentos do PCB em Alagoas*). Fontes primárias, como os artigos do Partido Comunista Revolucionário (PCR), também foram utilizadas.

**4.2 – O “Milagre Econômico” e a Modernização Conservadora;** Abordamos a conjuntura do “Milagre Econômico”, sua estruturação, execução e os grupos privilegiados e subalternizados pelo seu advento. Utilizamos para compreender o domínio de determinados grupos políticos no processo de modernização por via autoritária no Brasil, o conceito de *modernização conservadora* da obra de Barrington Moore Jr. (*As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*). Analisamos também o processo do “Milagre Econômico” e suas condicionantes em Alagoas nos governos de Lamenha Filho e Afrânio Lages. Na confecção deste capítulo foram utilizadas obras e textos referenciais como: (*O modelo econômico da ditadura militar*) de Theotonio dos Santos; e as obras de Thomas Skidmore (*Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*) e Maria Helena Moreira Alves (*Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*). No tocante ao contexto alagoano, trabalhamos com as referências das seguintes obras: (*Formação histórica de Alagoas*) e (*Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas*) de Cícero Péricles de Carvalho; (*Crise, Privilégio e Pobreza: Alagoas no limiar do terceiro milênio*) de Fernando José de Lira; (*Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX*) de Arakem Alves; (*História Econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência*) de Fabiano Duarte Machado e Matheus Carlos Oliveira Lima e (*Episódios de Alagoas*) de Álvaro Queiroz. Fontes primárias também foram utilizadas como os discursos dos emedebistas na Assembleia Legislativa de Alagoas, e a revista *O grande avanço* do governo Afrânio Lages.

**4.3 – O novo MDB; autênticos e a inflexão nas urnas de 1974;** Neste tópico analisamos o processo de revigoração emedebista, ensejado pelo surgimento do grupo Autênticos, assim como, os conflitos internos nas disputas intrapartidárias que marcaram o processo da anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República. Avaliamos a campanha de 1974 e a conseqüente revitalização eleitoral do MDB, e seus reflexos na legenda alagoana. As fontes utilizadas foram as obras de Maria Kinzo (*Oposição e Autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB*), Nader (*Autênticos do MDB; semeadores da democracia*) e Heider Lisboa (*A Justiça Eleitoral em Alagoas*).

**4.4 – José Costa e Mendonça Neto: novas vozes do MDB em Alagoas;** Analisamos o processo de renovação do MDB alagoano com a chegada de jovens parlamentares. Tendo por foco a trajetória dos novos emedebistas e sua interação com os problemas nacionais e estaduais. As fontes utilizadas foram as reportagens do *Jornal de Alagoas*; discursos dos emedebistas no Congresso Nacional e os livros de memórias (*Alagoas: História de um sobrevivente*) e (*A luta continua*) de Mendonça Neto.

O tópico que finaliza a presente pesquisa é o **4.5 – A campanha de 1978 e o fim do bipartidarismo;** Neste último tópico tratamos do contexto da campanha de 1978, realizada sob a égide do “Pacote de Abril”, das dificuldades e estratégias da campanha do MDB alagoano. Assim como, os posicionamentos durante e após sua dissolução em 1979. Na confecção do tópico foram utilizados os discursos dos emedebistas oriundos do Congresso Nacional, entrevistas, e o livro de memórias (*Os ricos não tigem; e os pobres não magem*) de José Moura Rocha.

## **1. - AS DÉCADAS DE 1950 E 1960 E A CONJUNTURA SOCIAL E POLÍTICA ALAGOANA.**

### **1.1 - A Redemocratização nacional pós 1945**

O período convencionalmente chamado de experiência democrática (1946-1964)<sup>3</sup> marcou uma época de transformações significativas na sociedade brasileira, encerrando o Estado Novo e iniciando um processo de mudanças profundas, alicerçadas na promulgação da Constituição de 1946. Substituindo a Constituição de 1937 – marcada pelo viés centralizador-autoritário - a nova carta constitucional ensejava aos brasileiros acesso aos direitos políticos e a concretização de sua cidadania política, garantindo o fim da censura, a liberdade de associação, além de uma estruturação completa no sistema eleitoral e autonomia dos três poderes.

Apesar do caráter democrático possibilitado pela Carta de 1946, muitos aspectos mantinham estreita ligação com a orientação estadonovista, uma vez que a condução do processo de redemocratização foi marcada pelo controle e influência de Getúlio Vargas. Não obstante a nova conjuntura pós-45, é possível perceber permanências que estarão imbricadas nas práticas sociais e políticas. O movimento queremista<sup>4</sup> foi uma prova do quanto o getulismo fazia-se presente na condução das transformações da época. Assim como a manutenção de uma estrutura sindical ligada ao Ministério do Trabalho, entusiasmando os trabalhadores através de conquistas reais e simbólicas.

As rupturas também foram evidentes, o novo cenário mundial respirando a liberdade pós-guerra, não toleraria novamente o autoritarismo encarnado no “caudilho gaúcho”. Tão pouco era possível não considerar uma emergente classe de trabalhadores que almejavam participar da política nacional, com objetivos que se delineavam em reivindicações legítimas. Muitos historiadores consideram os anos de 1945 a 1964 um período singular de efervescência social e ampliação da democracia. Segundo Lucília

---

<sup>3</sup>Para uma visão aprofundada do período ver: DELGADO, Lucília. FERREIRA, Jorge. O tempo da experiência democrática. Volume 3 – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

<sup>4</sup>Sobre o assunto ver: MACEDO, Michelle Reis. O movimento queremista e a democratização de 1945. Trabalhadores na luta por direitos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

Delgado:

Foi uma conjuntura de ampliação da participação cidadã. Foi também uma conjuntura de franco crescimento de múltiplas formas de organização social e política, tanto no espectro da sociedade civil, como no interior do aparelho do Estado. Na verdade, naqueles anos, a principal mudança no campo da política ocorreu através de um forte movimento de ampliação da cidadania, traduzido pela presença – nos embates próprios à democracia – de sujeitos históricos até então usualmente tolhidos em suas iniciativas de se inserir no processo participativo.<sup>5</sup>

A participação popular não apenas como expectadora, mas força ativa social, opinando, tomando posições, inserindo-se organicamente nos embates políticos, pela primeira vez agitou o país e possibilitou diversas vicissitudes que marcariam as décadas seguintes. Ângela de Castro Gomes considera que,

O período da experiência liberal-democrática de 1945-64 é uma oportunidade de explorar o momento em que a sociedade brasileira viveu sua primeira experiência de eleitoralização da política. Ou seja, o período em que conheceu partidos políticos nacionais e de massa; em que experimentou eleições sistemáticas para o Executivo e o Legislativo (federal, estadual, e municipal); enfim, em que realizou o que se chama “aprendizado da política” eleitoral, em novos e mais amplos marcos<sup>6</sup>

Os ventos da mudança que traziam um universo novo ao cenário nacional, apesar das contradições já apontadas, ficaram plasmados na edificação de um sistema pluripartidário. A instauração da democracia representativa fez surgir diversos partidos caracterizados pela diversidade de seus programas ideológicos. O contexto pós Segunda Guerra movimentava o jogo político para uma crítica aos regimes totalitários derrotados em 1945, a negação ao nazifascismo não harmonizava com a ausência de uma estrutura partidária nacional. Os grupos liberais, conservadores e de centro, - principais críticos do estadonovismo - beneficiados pela descentralização do poder e pela autonomia frente aos estados e municípios, uniram-se em torno da União Democrática Nacional (UDN).

<sup>5</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia In: O Brasil Republicano. Orgs: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p.147.

<sup>6</sup> GOMES, Ângela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: Mitos, projetos e práticas políticas; memória e historiografia. Orgs: SOIHET, Rachel, ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, AZEVEDO, Cecília, GONTIJO, Rebeca. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p.36.

“A principal linha de ação da UDN consistia em fazer agremiações pró-getulistas seu principal alvo de oposição”<sup>7</sup>. Do lado oposto, estavam as siglas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Democrata (PSD). “Enquanto o PSD reunia interventores estaduais que controlavam importantes aparatos administrativos e clientelísticos, o PTB tinha uma proposta mais diretamente dirigida às classes trabalhadoras”<sup>8</sup>. Surgidos da engenharia política de Getúlio Vargas, cada agremiação possuiria um objetivo específico: o primeiro, de cunho eminentemente conservador, teria por missão precípua garantir uma transição política controlada, que evitasse mudanças abruptas nos rumos políticos do país; o segundo, estava encarregado de veicular a proposta trabalhista de Vargas em termos partidários.<sup>9</sup>

De uma tradição anterior, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, construiu participação significativa no cenário político e de organização de massas – muitas vezes rivalizando com os petebistas - enfrentou a ilegalidade e a sistemática repressão ao longo das décadas de 1950 e 1960. Atuando clandestinamente depois de 1947, fora do jogo eleitoral, integrou as frentes nacionalistas na defesa das reformas de base.

UDN, PSD e PTB constituíram-se, portanto, fortes partidos estruturados no processo de redemocratização nacional. A tríade partidária seria responsável por fortes conflitos durante suas turbulentas trajetórias. Curioso é observar que os três partidos surgiram, paradoxalmente, ligados ao getulismo, por oposição ou adesão. Apesar da gênese em comum, os interesses e projetos de cada um, ficariam evidentes no decorrer das eleições de 1950 e 1954. A dobradinha PTB/PSD representando o projeto Nacional Estatista alcançaria vitórias importantes; do outro lado, os udenistas, acumulando derrotas, alimentavam seus anseios antidemocráticos. Fato verificado nas tentativas golpistas de 1950, 1954 e 1961, até 1964 quando do golpe militar. Muitos dos udenistas, membros de oligarquias regionais e liberais de cunho conservador, sentiam-se excluídos do poder desde a Revolução de 1930, quando as velhas estruturas de poder local foram desalojadas pelo intervencionismo autoritário.

Logicamente, o crescimento das agremiações adversárias à UDN, representara,

---

<sup>7</sup> DELGADO, op. cit p.137.

<sup>8</sup> GOMES, Ângela de Castro. D'ARAÚJO, Maria Celina. Getulismo e Trabalhismo: Tensões e Dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. Rio de Janeiro, FGV, 1987, p.4.

<sup>9</sup> Idem, p.5.



para os udenistas, um sinal terrível dos ecos estadonovistas. Operou-se na UDN, então, o sentimento de impossibilidade da vitória, da quebra da legalidade, da intervenção, retroalimentado nos discursos contra Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, e superdimensionada na sociedade nos debates, marchas, contra o trabalhismo e o comunismo.

O desequilíbrio de forças, contudo, adquiriu novos contornos no decorrer da década de 1960, tendo o PTB se aproximado do PCB na defesa das reformas de base e do projeto nacionalista. A UDN viu, então, grande parte do PSD engrossar suas fileiras, unidos no afã de defesa de seus interesses de classe. Fato verificado no unísono contra os projetos, mesmo que ainda discretos, da reforma agrária, dentro do contexto das Reformas de Base.

A dicotomia desse processo ficaria evidente quando da renúncia de Jânio Quadros e a luta pela posse do seu vice, João Goulart. A campanha da Legalidade de 1961<sup>10</sup> serviu de alerta para os setores nacionalistas entenderem o radicalismo que daria o tom dos anos seguintes. O clima daqueles dias demonstra bem os projetos que se delineavam para o Brasil: de um lado os comunistas, trabalhistas, estudantes, alas das forças armadas e a classe operária lutando por reformas sociais, maior participação do Estado na economia e um governo nacionalista desvinculado da dependência dos trustes norte-americanos; do outro, políticos conservadores e facções golpistas do Exército, Marinha e Aeronáutica, defendendo o livre mercado e a contenção dos movimentos sociais.

A crise entre esses dois blocos aumentaria consideravelmente no transcorrer de 1960, desembocando num processo de radicalização dos discursos tanto de nacionalistas mais radicais (como Leonel Brizola) quanto de conspiradores declarados e histriônicos (como Carlos Lacerda). O conflito entre os antagonísticos blocos, o Nacional-Estatista e o grupo Liberal-Conservador, estava prestes a chegar ao seu ápice. A consumação do ato

---

<sup>10</sup> O Movimento que ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros da Presidência do Brasil no Sul e Sudeste do Brasil em 1961, sendo liderada por Leonel Brizola (governador do RS e cunhado de Jango) e o general José Machado Lopes, em que diversos políticos e setores da sociedade defenderam a manutenção da ordem jurídica — que previa a posse de João Goulart. Outros setores da sociedade — notadamente os militares — defendiam um rompimento na ordem jurídica, o impedimento da posse do vice-presidente e a convocação de novas eleições democráticas.

foi o Comício das Reformas de Base no Rio de Janeiro<sup>11</sup>. Jango, tomando posição frente às mudanças, desencadeou, alheio à sua vontade, um processo que culminaria num novo regime autoritário.

Para entender a dinâmica do conflito dos dois blocos, faz-se necessário caracterizá-los. Daniel Aarão Reis Filho elenca as características presentes do bloco Nacional-Estatista:

Um Estado controlador e intervencionista, quando não, ditatorial. Políticas públicas desenvolvimentistas e mercado regulado. Movimentos ou partidos, aglutinando diferentes classes sociais em torno de ideologias nacionais e de lideranças carismáticas, baseadas em alianças concertadas, ativas e conscientes, entre Estados, empresários privados e trabalhadores.<sup>12</sup>

Segundo o autor, “Nacional, pela ambição de tomar cada povo com uma única identidade. Estatal, por ser considerado o Estado o melhor instrumento histórico para articular a vontade nacional na direção de um processo autônomo de modernização”<sup>13</sup>.

As raízes do programa Nacional-Estatista brasileiro<sup>14</sup> estariam fincadas no processo desencadeado pela Revolução de 1930 e teriam na figura de Getúlio Vargas seu motor propulsor:

A análise da Cultura Nacional-Estatista em sua gênese, por meio dos discursos de seu líder Getúlio Vargas, evidencia alguns dispositivos estratégicos, entre os quais são relevantes: a) Um estado centralizado e integrador, ao qual se subordinam todas as “particularidades egoísticas” - a ideia é assinalada como marca registrada de uma “nova era” b); um ideário nacionalista, unificador; c) O esteio das Forças Armadas [...] d) amplas alianças sociais, incluindo-se os trabalhadores urbanos e rurais, sempre sob vigilância e tutela; e) concepções de modernização e industrialização em nome das quais todos os sacrifícios são demandados; f) uma política externa de afirmação nacional.<sup>15</sup>

<sup>11</sup> Concentração realizada no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, em frente à estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o Comício das Reformas, também conhecido por Comício da Central, reuniu cerca de 150 mil pessoas, incluindo membros de entidades sindicais e outras organizações de trabalhadores, servidores públicos civis e militares, estudantes etc. Tinha por meta demonstrar a decisão do governo federal de implementar as chamadas reformas de base e defender as liberdades democráticas e sindicais.

<sup>12</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Uma Cultura política: O Nacional Estatismo. Disponível em <http://danielaaraoreis.ig.com.br/?tag=estado>. Acesso em 03 de abr, 2015.

<sup>13</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.19.

<sup>14</sup> Jorge Ferreira e Daniel Aarão destacam que o projeto Nacional-Estatista foi comum a vários países latino-americanos, como Argentina, México, Peru e Bolívia (grifo nosso).

<sup>15</sup> Idem, p.18.

Portanto, a construção de um projeto nacional inauguraria uma nova etapa no processo de modernização, durante anos negligenciado pela República Velha e seu liberalismo excludente. A difusão desse programa só foi possível devido à cultura política do Trabalhismo que foi gestada no seio dessas transformações.

Entendemos por culturas políticas um campo amplo que abrange e articula crenças, símbolos, valores, ritos, mitos e ideologias. Trata-se de “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”<sup>16</sup>, desse modo,

A cultura política constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” [...] Esse conjunto se compõe de 1) uma base filosófica e doutrinal, 2) uma leitura comum do passado histórico 3) uma visão institucional 4) uma concepção ideal de sociedade 5) um discurso<sup>17</sup>.

Nas décadas de 1950 e 1960, nenhum outro projeto alcançou tanto crescimento como o Trabalhismo, constituindo-se um polo aglutinador dos anseios progressistas e nacionalistas, crescendo e tornando-se uma forte tradição da cultura política nacional. Se em seu início tinha no getulismo seu norte principal, ao decorrer de sua trajetória será capaz de inserir-se firmemente no movimento operário, nas lutas dos trabalhadores, criando uma identidade própria e se tornando alternativa aos trabalhadores até para partidos como o PCB.

O Nacional-Estatismo, encarnado na tradição do Trabalhismo, não só cresceu e agregou interesses, como se colocou como projeto político das frentes nacionalistas. Um Estado que fosse capaz de desenvolver um processo modernizador com justiça social e soberania, tendo o controle dos processos de transformações.

Contra essa concepção estavam as forças liberais conservadoras, receosas das mudanças que ameaçam seu status quo. Muitas alijadas do poder em 1930,

---

<sup>16</sup> BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política* IN: Para uma História Cultural, Orgs: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean François. Lisboa, Editora Estampa, 1998, p.350.

<sup>17</sup> Idem, p.350-351.

reestruturavam-se em torno de um projeto distinto: frear o crescimento da politização dos trabalhadores, reconquistar ou manter suas antigas estruturas de poder, desatrear do estado o protagonismo na condução das relações econômicas, associação aos capitais internacionais, não permitir as Reformas de Base, entre outras bandeiras. Longe de serem homogêneas, essas forças mostravam-se numa “condensação de várias correntes de oposição às reformas: das elites tradicionais – reacionárias – a grupos empresariais modernizantes. Aliavam-se também nessa ampla frente social boa parte das classes médias e até mesmo setores populares”.<sup>18</sup>

Existia, de fato, o medo de um Estado forte, centralizado e regulador das relações de trabalho, preocupado em afirmar as identidades dos trabalhadores e garantir direitos sociais. A figura desse estado protetivo com grande poder decisório, atingia em cheio as esferas de poder local, arraigadas pelo interior do Brasil. Superdimensionando o Estado, reduzia, em partes, o controle direto das elites locais sob o mundo do trabalho e as esferas administrativas e jurídicas. As grandes empresas multinacionais, preocupadas com o viés nacionalista e reformista (como a Lei de remessa de lucros do governo Jango<sup>19</sup>) endossaram o coro antirreformista, assim como os empresários urbanos e os coronéis locais desconfiados das novas leis regulamentadoras trabalhistas e da organização sindical. Setores de classe média e populares que compunham o bloco possuíam receios diversos, desde o medo de uma convulsão social provocada pelos atentados às tradições – leia-se a manutenção da velha ordem conservadora da família brasileira, até o fantasma do comunismo que rodeava os lares e ameaçava transformar o país numa “nova Cuba”.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> REIS FILHO, op. cit. p.37.

<sup>19</sup> Diante de um cenário econômico que apresentava perceptíveis dificuldades no gerenciamento das contas públicas e dos contratos externos, foi anunciada, em 30 de dezembro de 1962, a adoção de um novo modelo geral de orientação da política econômica do governo Jango. Elaborado pela equipe chefiada pelo ministro extraordinário do Planejamento, o economista Celso Furtado, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social procurou estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e refreamento do crescimento inflacionário. Dentre essas regras, a lei da remessa de lucros que considerava como capital nacional os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecia o limite de remessas para o estrangeiro em 10% do total do capital registrado das empresas. A lei acabou por recrudescer o clima de radicalização política e de insolvência econômica que marcaria o final do governo João Goulart.

<sup>20</sup> A vitoriosa experiência da Revolução Cubana (1959) que derrubou o governo do ditador Fulgêncio Batista, serviu em meados na década de 1960 como paradigma para as esquerdas brasileiras. A possibilidade de uma revolução socialista, ao molde dos caribenhos, espalhar-se por toda América Latina fazia os setores conservadores brasileiros, em especial grande parte das classes médias, desenvolver um feroz discurso contra a ilha e seu regime. Dois fatos aumentariam consideravelmente essa ojeriza, como a

Essa vertente no campo político-institucional ficou representada pela Ação Democrática Parlamentar (ADP), formada em grande parte por parlamentares da UDN, defensora do anticomunismo e do antirreformismo. “Suas principais bandeiras eram: defesa intransigente da iniciativa privada, apoio incondicional aos investimentos estrangeiros no Brasil e defesa de princípios liberais”<sup>21</sup>. Sua principal rival nesse sentido era a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) alinhada, apesar de sua diversidade, ao projeto Nacional-Estatista. Tinha como bandeira a defesa de um país livre, soberano e independente, e levaria em suas propostas a mudança efetiva das estruturas do país. Era formada em sua maioria por políticos do PTB, mas também aglutinava setores da sociedade civil progressista.

Os embates entre as duas frentes tornaram-se inevitáveis, os antagonismos evidentes e os grandes conflitos que permearam a radicalização dos anos 1960 colocaram em questão a disputa desses dois projetos. O Golpe de 1964 em “nome da democracia”, que ceifou o período da experiência democrática, não foi uma investida somente para tirar João Goulart e acabar com os “laços comunistas” e o intento reformista do presidente. Os golpistas queriam ir além, depor o presidente significaria tornar o projeto dos que conspiraram hegemônico, desse modo destruindo qualquer tentativa de modernizar o Estado pela via nacionalista progressista.

### **1.1.1 – Projetos em disputa: Nacional Estatismo e Liberalismo Conservador na experiência democrática em Alagoas (1947-1964).**

Seria possível inserir Alagoas no contexto nacional de lutas políticas em torno dos projetos que apresentavam-se em disputa? A estruturação das agremiações partidárias alagoanas representam em nível local o antagonismo dos blocos ou o mero fisiologismo eleitoral?

Durante as décadas de 1950 e 1960, Alagoas não só esteve incorporada no desenrolar dos fatos nacionais, mas, segundo Douglas Apratto (1992) o microcosmo político do estado esteve amarrado por laços estreitos à evolução do quadro político

---

visita em fins de abril de 1959 de Fidel Castro ao Rio de Janeiro, e a controversa condecoração de Che Guevara com a “Ordem do Cruzeiro do Sul” em agosto de 1961 pelo presidente Jânio Quadros.

<sup>21</sup> DELGADO, op. cit. p.149.

brasileiro. De 1946 a 1964, a estrutura partidária que se formará a partir do bloco identificado com o nacionalismo trabalhista será o esteio do que virá a ser o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Alagoas. Na trincheira oposta, os grupos conservadores liberais ocuparão posições importantes na ditadura militar<sup>22</sup> reunidos em torno da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Entender o antagonismo desse processo possibilita estabelecer certas permanências e rupturas que estarão presentes no pós 1964.

O período da experiência democrática em Alagoas tem início com Silvestre Péricles, governador entre os anos de 1947-1951, membro do clã oligárquico dos Góis Monteiro. Sua família ganha projeção nacional através da atuação de seu irmão Pedro Aurélio, ministro da Guerra de Vargas e responsável por debelar a Revolução Constitucionalista de 1932. Seu prestígio fará de seus outros dois irmãos interventores estaduais: Ismar e Edgar. A Revolução de 1930, iniciada por Vargas contra o jogo político das oligarquias locais, em Alagoas, teve paradoxalmente sua edificação na presença constante desse clã.

Silvestre lança-se candidato após dissidência<sup>23</sup> entre os Góis Monteiro. Sua opção revelaria um direcionamento por um Estado intervencionista e mais desembaraçado do mundo oligárquico, afinado com setores mais urbanos, muitos conservadores, descontentes por não participarem do universo político alagoano, incorporando também “as aspirações da baixa classe média (que) o colocam como

---

<sup>22</sup> Optamos durante o trabalho utilizar o conceito de ditadura militar e não ditadura civil-militar. A Opção, contudo, não excluiu o entendimento da participação de setores civis, mas reforça o caráter de centralismo das principais decisões ensejadas nas cúpulas militares, que permearam o final da década de 1960 e a década de 1970. Dessa forma, nos aproximamos das análises de (FICO, 2004. p.52) “[...]se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. [...] Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar — em duas palavras: de uma ditadura militar”. E de (NAPOLITANO, 2011, p.7) “[...]parece-me claro de que se trata de um golpe civil-militar, com tem enfatizado a historiografia atual, que se transmuta em um regime militar. [...] Se houve participação ativa dos civis no golpe, a partir de 1965, sobretudo, o topo do sistema político e os processos decisórios de alto-nível ficam restritos ao alto comando das Forças Armadas, acessorados por intelectuais orgânicos civis (a “tecnocracia”). Obviamente, a elite econômica civil foi sócia e beneficiária do regime militar, com seus prepostos desempenhando papel central na alta burocracia”.

<sup>23</sup> Como rebento dissidente dos Góis Monteiro, Silvestre não apoiaria a preterição de seu nome ao governo durante a vigência do Estado Novo, nem o apoio de seus irmãos Ismar e Edgar a escolha de Osman Loureiro como interventor.

representante desta e de um movimento operário tutelado pelo estado.”<sup>24</sup>. O governo de Silvestre será marcado por inúmeros conflitos políticos, querelas com os poderes legislativo e judiciário, explosões de violências em redutos eleitorais e perseguição ao Partido Comunista, com empastelamento do jornal *A Voz do Povo*. O discurso silvestrista é marcado por intenso anticomunismo:

[...] Infelizmente, foi bem efêmero o período de harmonia e sossego no nosso campo político. Silvestre não escondia o seu firme propósito de luta sem quartel aos comunistas, e em constantes declarações a respeito do assunto, juntou também os comunistas, os deputados da UDN, que lhe faziam oposição. Anunciou mesmo estar organizando um exército alagoano anti-comunista para o que der e vier.<sup>25</sup>

A virulência do autoritarismo silvestrista dirigida aos comunistas, udenistas e alguns outros inimigos políticos revela a ambiguidade das ações de seu governo, uma vez que se utiliza da violência clássica das facções oligárquicas como instrumento de combate. Seu ódio aos comunistas e aos udenistas, identificados no seu discurso como “udeno-comunistas”, provinha da aliança realizada entre o PCB e a UDN nas eleições estaduais de 1947, através da candidatura do udenista Rui Palmeira. Inconformado, Péricles guardou um profundo rancor do episódio, dizia “que Alagoas era o único Estado em que as forças vitoriosas do movimento de 30 não ocuparam o poder”<sup>26</sup>.

Silvestre, militar como seus irmãos, revestia-se à *sui generis* do discurso tenentista, na noção de um governo centralizador forte e na implantação da legislação trabalhista, tutelada pelo Estado. Seu governo, no entanto, não avançaria nas questões sociais, apesar de ter apoio de sua “poeira de ouro”<sup>27</sup>. Sua desastrada atuação na esfera das relações políticas e institucionais cristalizaram-se como marcas indeléveis de um período sangrento, levando seu irmão Ismar a vaticinar “O demônio anda solto em Alagoas: não para, não cansa, enlutando lares, ceifando vidas, traz a família alagoana em constante sobressalto”<sup>28</sup>.

<sup>24</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão – 2ª ed. Maceió: Edufal, 2007, p.147.

<sup>25</sup> LIMA, Mário de Carvalho. Sururu Apimentado: Apontamento para a história política de Alagoas. Maceió, EDUFAL, 1979. p.45.

<sup>26</sup> TENÓRIO, op. cit. p.102.

<sup>27</sup> Silvestre consagrou a expressão “poeira de ouro” para designar o seu fiel eleitorado pobre.

<sup>28</sup> LIMA, op. cit, apud Jornal de Alagoas -25.02.1950.

Silvestre não representará, apesar do seu inegável apoio popular, um projeto dirigido ao desenvolvimento de Estado com participação social, seu *modus operandi* marcado pelos constantes confrontos e intolerâncias diversas, afastará paulatinamente seus aliados e eleitores, e suplantará o ideário original do tenentismo nacionalista, baseados na intervenção estatal na economia, eliminação do latifúndio, desenvolvimento das leis trabalhistas<sup>29</sup>.

Apesar de ser considerado “a primeira liderança do trabalhismo alagoano”<sup>30</sup>, sua atuação nas hostes trabalhistas foram limitadas. O aprofundamento dessas relações serão percebidas só com o advento de Muniz Falcão, governador entre 1956 e 1960, representando em nível local o projeto Nacional-Estatista. Este, pernambucano de Araripina, trazido pelos Góis Monteiro em 1942 para assumir o posto de Delegado do Trabalho e aplicar efetivamente a legislação trabalhista em Alagoas. Sua atuação de fiscalizador do trabalho, num estado predominantemente oligárquico será um dos motivos do ódio mortal que a elite conservadora destilará durante toda sua trajetória. Tendo sua imagem ligada ao clã Góis Monteiro, Muniz Falcão herdará todos os ódios dirigidos ao silvestrismo, todavia,

A diferença entre Muniz e Silvestre é que, apesar de ambos serem personalistas e cultivarem o apoio da massa, o primeiro é mais estruturado, menos dependente das influências locais e com um sentido de futuro mais forte. Sua consciência ideológica em torno do confronto de classes é mais perceptível, mesmo optando em não aprofundar a questão, para não ultrapassar uma linha de fronteira que não é seu território. Ele sabe que a construção de sua carreira pública não dependeu de pessoas ou grupos familiares, mas dele próprio, escolhendo o caminho que lhe pareceu mais correto, segundo sua consciência moral. Nessa trilha, entende, ademais, que é preciso dar respostas objetivas aos problemas surgidos pela modernização, visando ao que era a pedra filosofal da época: o desenvolvimento econômico. Daí sua luta sincera, buscando reformar a estrutura social vigente em Alagoas, que considera atrasada, elitista, oligárquica, ultrapassada.<sup>31</sup>

Dissuadido, em sua genealogia, das linhas oligárquicas alagoanas – apesar das relações com o dissidente Góis Monteiro – Muniz inaugurará um projeto político, dentro de suas limitações, de planejamento e modernização do Estado. O discurso

<sup>29</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: As incertezas do regime*. IN: O Brasil Republicano: O tempo do Nacional Estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Orgs: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p.22.

<sup>30</sup> TENÓRIO, op. cit. p.121.

<sup>31</sup> TENÓRIO, op. cit. p.197.



desenvolvimentista tem fortes ligações com o cenário nacional. No mesmo período, Juscelino Kubitschek anunciava seu plano de metas “50 anos em 5”, com vistas a incentivar a industrialização e dinamizar a economia. Muniz, alinhado à dimensão desenvolvimentista nacional, trará um discurso reformista preocupado com os novos problemas ensejados pelas rápidas mudanças que marcam os anos 1950/1960

O individualismo cego que ainda se observa em certos grupos da sociedade contemporânea, não pode resistir ao impacto das transformações sociais impostas pelo Estado Moderno. Uma nova consciência política se forma em todas as classes e a compreensão desse fenômeno é vital para a sobrevivência do próprio regime. É preciso entender que os bens da sociedade não devem ser apenas privilégios dos poderosos, mas usufruídos por toda comunhão humana.<sup>32</sup>

Para as elites alagoanas, seu discurso reformista-trabalhista era uma afronta, significava propor alterações alinhadas com o desenvolvimento tutelado pelo Estado. A defesa da participação estatal em causas sociais e trabalhistas era visto com receio e repulsa por colocar como ordem do dia mudanças que pretendiam mexer no secular patrimonialismo no qual a coisa pública sempre foi gerida<sup>33</sup>. Mesmo não “ultrapassando a fronteira de seu território” sua atuação será a efetiva experiência do trabalhismo em Alagoas, capaz de agregar tanto usineiros e coronéis do sertão como comunistas, numa frente ampla, com um projeto nitidamente progressista.

Com uma visão progressista e reformista, próximo do que João Goulart faria entre 1961 e 1964, Muniz Falcão atraiu para perto de si todo o contingente de trabalhistas, socialistas e comunistas alagoanos. Estes últimos em especial, pois seu mandato foi o único momento em que o PCB e seus militantes não foram perseguidos e o jornal A Voz do Povo funcionou normalmente. Muniz Falcão tentou atrair e conseguir apoio de parte da elite. Ou pelo menos neutralizá-la. Em especial, os industriais, entre os quais se destacavam os produtores de açúcar e os têxteis.<sup>34</sup>

Estabelecendo o diálogo, defendendo a liberdade de imprensa e principalmente

<sup>32</sup>Arquivo Público de Alagoas – Mensagem à Assembleia Legislativa – Governo Muniz Falcão apud SALDANHA, Alberto. Governadores Alagoanos e os “Tempos de Antes”. Revista Crítica Histórica, Maceió, Ano I, Nº 1, Junho, 2010. p.69

<sup>33</sup> Sobre o assunto ver: FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Edição comemorativa 50 anos. 4.ed. São Paulo: Globo, 2008.

<sup>34</sup> MOURA, Anderson Vieira. Comunistas e trabalhistas urbanos em Alagoas (1951-1961). Dissertação de mestrado – UFPE, 2012. p.73

planejando o Estado, Muniz tornou-se “a primeira experiência alagoana, e uma das primeiras do país de planejamento sistemático”, cristalizando no Estado a expressão “modelo de desenvolvimento” através de um plano governamental com definição de objetivos e estratégias de ação”<sup>35</sup>. Muniz, dessa forma, identificou-se com a proposta Nacional-Estatista, no sentido que, através de sua atuação trabalhista, compôs alianças para um processo de unificação em torno da modernização e do progresso, tendo como tutor e fiscalizador dessas transformações o próprio Estado.

Sua atuação, contudo, dentro desse projeto será alvo de constantes ataques. No primeiro ano de seu mandato, propôs a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde<sup>36</sup>, taxando a produção de açúcar para realização de melhorias no Estado. Essa medida reformista será um dos motivos que levará seus adversários a iniciarem uma campanha pelo seu *impeachment*. No dia 13 de setembro de 1957, dia da votação do impedimento de Muniz, um violento tiroteio é deflagrado em plena Assembleia Legislativa, exemplo radical do confronto entre os liberais conservadores e o bloco trabalhista. Afastado do governo, Muniz só retornaria em 24 de janeiro de 1958. Alguns anos depois em 1965, Muniz Falcão elege-se novamente governador, porém é mais uma vez preterido em face da não homologação do seu nome pela Assembleia Legislativa. Seu papel de opositor ao bloco liberal-conservador, desalinhado dos intentos das elites, gestará a construção de uma imagem de luta, de oposição, que servirá de bandeira emedebista pós 1964.

Se o bloco Nacional-Estatista tem sua atuação em Alagoas através da figura trabalhista de Muniz, é importante destacar que não é do esteio do PTB que trabalhistas terão sua maior representação, mas do Partido Social Trabalhista (PST)<sup>37</sup>, agremiação que será a base para a posterior estruturação do PTB em Alagoas.<sup>38</sup> O papel do PST, entretanto, seria após a saída de Muniz em 1954 substituído pela atuação do Partido Social Progressista (PSP)<sup>39</sup>. Em 1962, a bancada pessepista contava com 7 deputados

---

<sup>35</sup>TENÓRIO, op. cit. p.218.

<sup>36</sup>Lei 2.013, de 22/10/1956, tinha o intuito de “fomentar as atividades econômicas e promover o desenvolvimento dos serviços de educação em saúde pública do Estado”. (Art.1º) Cf. TENÓRIO, p.254.

<sup>37</sup> Existiu entre os anos de 1946 e 1965, criado por dissidentes do antigo PTB, De pequena expressão, em Alagoas elegeu Silvestre Péricles senador em 1958, foi extinto pelo AI-2.

<sup>38</sup> TENÓRIO, op. cit. pp.121-122.

<sup>39</sup> Fundado em São Paulo por Ademar de Barros, em junho de 1946. Criado a partir do Partido Republicano Progressista, presidido pelo mesmo Ademar, foi o resultado de uma fusão que além do PRP juntou o Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Popular Sindicalista (PPS), instinto pelo AI-2 em 1965.

estaduais<sup>40</sup>, adquirindo expressão e se consolidando como bloco nacional trabalhista em detrimento da liderança nacional do PTB e da própria Frente Democrática Trabalhista alagoana, composta pelo PSD-PTB-PRP. Dos seus quadros, aglutinam-se nomes como Elísio Maia, Rubens de Mendonça Canuto, Luiz Gonzaga Moreira Coutinho, Robson Tavares Mendes, Cleto Marques Luz, Muniz Falcão, todos esses integrados posteriormente ao MDB.

Do lado liberal-conservador, Arnon Afonso de Farias de Mello, governador entre os anos de 1951 e 1956 pela UDN, pertencente à classe oligárquica do açúcar, chegou ao governo com um discurso modernizador e pacificador, utilizando como contraponto a administração caótica de Silvestre Péricles. Seu discurso visava criar “um clima de tranquilidade, indispensável à recuperação do Estado após a fase de terríveis agitações e arbitrariedades que vencera” seu intuito era combater “a ligação entre a noção de governo e violência característica do governo anterior”<sup>41</sup>. Apesar de sua retórica apontar para a “paz”, manteve como no governo anterior, ostensiva perseguição aos comunistas, utilizando da mesma truculência no empastelamento do jornal *A Voz do Povo*. Denunciavam os comunistas

Arnon não pode continuar! É uma afronta ao povo que ele quis mergulhar numa ditadura militar fascista. Fora com esse golpista salteador de jornais. [...] Avante com a Voz do Povo! Tudo pela renúncia do golpista Arnon! Exijamos a punição dos golpistas assaltadores de jornais democratas e populares!<sup>42</sup>

Arnon representava o discurso do falso liberalismo udenista, compromissado muito mais com a ofensiva conservadora na manutenção das velhas estruturas sociais de dominação do que com uma mentalidade progressista e não autoritária. Seu governo coincide na esfera federal com a volta de Vargas ao poder, período em que a radicalização e os intentos golpistas udenistas afloram na política nacional.

A UDN alagoana tinha a mesma concepção do diretório nacional: o partido das elites, dos bacharéis, com a presença de alguns jornalistas e parte das Forças Armadas. A postura decisiva contra os trabalhadores e contra seus

---

<sup>40</sup> SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. *A Justiça Eleitoral em Alagoas*. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008, p.199

<sup>41</sup> MELLO, Arnon de. *Uma Experiência de Governo*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1958 Apud op. cit. SALDANHA, 2010, p.61.

<sup>42</sup> O Assalto A Voz do Povo e a renúncia de Arnon”. *A Voz do Povo*. Maceió: 11 dez. de 1955. Ano X, número 13, p. 1.

opositores trabalhistas e comunistas seria um traço marcante de sua atuação. Mas a UDN alagoana era principalmente o partido das elites agrárias, ligadas ao açúcar e descendentes dos senhores de engenho, com os bacharéis e jornalistas filiados ao partido forjando uma faceta liberal e moderna dentro desta UDN fortemente agrária e conservadora.<sup>43</sup>

Surgido no seio das elites agrárias, Arnon personificou o projeto liberal-conservador, ao mesmo tempo que desenvolveu projetos como a integração dos municípios através de investimentos rodoviários, criação da Companhia de desenvolvimento de Alagoas (CODEAL), criação do Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN) possibilitando um significativo avanço nas questões de desenvolvimento do estado – diga-se de passagem, uma modernização conservadora<sup>44</sup> – não abre mão da utilização da repressão às causas sociais e dos interesses da classe que representa.

Prestigiei o trabalhador sem pretender destruir o patrão, pois no bom entendimento entre o trabalho e o capital está, dentro do nosso regime, o interesse de ambos [...] As classes produtoras sempre mereceram de mim todo o acatamento. Não cuidei apenas de fazer o bem, mas procurei sempre evitar e neutralizar o mal, prevenindo acontecimentos e reduzindo ou fazendo desaparecer consequências deles que não se ajustassem à tranquilidade dos alagoanos.<sup>45</sup>

Seu discurso pela “paz” “renovação” “liberdade e progresso” é na verdade a defesa de uma alternativa de desenvolvimento do estado que não estivesse atrelada à participação social, conduzida pelas velhas elites agrárias, agora revestidas de facetas modernizantes. Os grupos liberais conservadores que surgem pós 1945, grande parte oriundo das antigas estruturas agrárias, tentavam a todo custo se manterem como os condutores dos processos de transformação social e econômico emergentes. Essa meta entraria em choque com qualquer projeto que visasse propor novos caminhos no desenvolvimento nacional, principalmente aqueles que possuíam estreita relação com a

<sup>43</sup> COSTA, Rodrigo José da. O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964). (Dissertação de mestrado – Recife: UFPE, 2013. p.44.

<sup>44</sup>O conceito “Modernização Conservadora” é trabalhado por Barrington Moore (1975), para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários.

<sup>45</sup> SALDANHA, op. cit. p.64.

abertura para participação política de trabalhadores, ampliando o escopo democrático fora do universo demagógico discursivo.

Desse modo, para Arnon, manter a “tranquilidade” e a ordem, é nada mais do que conservar o predomínio das antigas teias de poder, alicerçadas tão firmemente na configuração de um Estado autoritário e oligárquico. Muitos membros de seu partido, a UDN, serão os primeiros a identificaram-se com o golpe militar de 1964, alguns ocupando cargos importantes até o fim da ditadura. Afrânio Lages, Oséas Cardoso, Siloé Tavares, Areski Freitas, Antônio Gomes de Barros, Manoel Sampaio Luz, Jorge Duarte Quintela Cavalcante, Luiz de Souza Cavalcante, entre outros, são exemplos de udenistas que viriam a integrar a ARENA.

Luiz de Souza Cavalcante, o “Major Luiz”, eleito pela coligação (UDN-PL), 1960-1966, será o último governador antes da instauração da ditadura militar, e dará continuação ao projeto liberal-conservador de Arnon. Sua eleição após a gestão de Muniz Falcão foi concretizada devido ao racha que marcou as eleições em 1960 no lado nacional trabalhista, que no pleito apresentou três candidaturas independentes, Abrahão de Fidélis Moura (PSP), Silvestre Péricles (PDC) e Ari Pitombo (PTB-PSD)<sup>46</sup>. A volta da UDN ao poder estadual representou nas áreas sociais um intenso retrocesso na política de conciliação desenvolvida por Muniz Falcão.

Luiz Cavalcante, à medida que representava um bloco composto por liberais conservadores, oligarquias ligadas ao setor agrário e um segmento militar igualmente conservador, promoveu uma política que ainda que retoricamente se dirigisse “as classes trabalhadoras”, excluía a estas últimas, de forma que as mobilizações empreendidas pelos trabalhadores, organizados em sindicatos ou não, eram muitas vezes tachadas de subversão, ou de comunização.<sup>47</sup>

Apesar da sua ótica repressiva no campo trabalhista, Cavalcante, assim como seu antecessor udenista, procurou elaborar um projeto de modernização do estado. Em 1962, lança o Plano Trienal com o intuito de racionalizar a administração pública “procurava transformar Alagoas num Estado com projeção nacional no que se refere à gestão de alguns setores, como: Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social.”<sup>48</sup>. Ainda segundo Costa:

---

<sup>46</sup> SÁ JUNIOR, op. cit. pp. 195-196.

<sup>47</sup> COSTA, op. cit. pp.64-65.

<sup>48</sup> Ibidem, p.61

Os grandes objetivos a serem alcançados com a execução do plano estavam divididos em: melhoria das condições do homem, incluindo saneamento, saúde pública, habitação, serviço social, educação e cultura, recreação, justiça e segurança. No campo da Infraestrutura foram contempladas a implementação de energia elétrica e rodovias, além da expansão agrícola e industrial, tendo como metas específicas o desenvolvimento agrícola, o desenvolvimento industrial e o Banco da Produção.<sup>49</sup>

Essas medidas, aliadas à intensa repressão aos movimentos sociais, objetivavam manter o controle de uma sociedade que anos antes experimentara no Governo de Muniz significativo avanço e incentivo ao desenvolvimento de Alagoas, com base no diálogo com as classes baixa e média. O alargamento das obras nas diversas áreas que compunham o Estado visavam um modelo de desenvolvimento excludente, que tutelava as transformações de cima para baixo. No campo rural, o desenvolvimento proposto aliava-se a uma concepção de constante controle e repressão, frequentemente denunciados:

Mais das vezes (sic) temos denunciado as arbitrariedades e as inomináveis violências de que tem sido vítimas os trabalhadores rurais em nosso Estado. Para o governo do sr. Luiz Cavalcanti, a organização dos trabalhadores de campo em sindicatos é crime inafiançável, para cuja execução, a sua política está sempre atenta, para juntamente com os vigias e capangas dos usineiros e latifundiários prender e espancar camponeses [...] Este é o governo de paz, cujas reivindicações dos camponeses, operários e estudantes é pura e simplesmente um caso de polícia.<sup>50</sup>

A mínima organização dos trabalhadores do campo para o bloco liberal conservador poderia ser o embrião que germinaria na defesa da Reforma Agrária, espectro tão ameaçador para as classes produtoras ligadas à monocultura da cana-de-açúcar. Além do mais, o vizinho estado pernambucano na década de 1960 despontava com a politização rural através das Ligas Camponesas<sup>51</sup>. A questão do campo, desta forma, era um ponto delicadíssimo na condução da modernização do Estado.

<sup>49</sup> Ibidem, p.61

<sup>50</sup> Sindicalização Rural em Alagoas é caso de Polícia: A Voz do Povo. Maceió. 20/10/1963. ANO XVII, Nº 39. p.1

<sup>51</sup> As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

Luiz Cavalcante e Arnon de Mello, ambos relacionados aos estratos agrários, incentivaram o progresso econômico, fornecendo as mínimas estruturas para um desenvolvimento controlado, mas sempre com a eterna vigilância de não permitir a quebra do equilíbrio da sociedade patronal que representavam. O modo autoritário com que os liberais conservadores conduziram as transformações no Estado e os movimentos sociais será um dos fatores importantes na identificação e adesão quase imediata ao golpe de 1964, assim como no protagonismo que esse bloco exercerá na condução da ditadura militar em Alagoas.

Para o bloco nacional-trabalhista e para os setores progressistas, a consolidação dos conservadores no poder desencadeou um processo de declínio e recuo da politização e das lutas sociais. Para os primeiros então, a insígnia pejorativa do populismo<sup>52</sup> seria a marca consolidada para desqualificá-los como “líderes carismáticos manipuladores” predispostos a “alienar as massas”<sup>53</sup>. A atuação trabalhista de Muniz será caracterizada como a “tragédia do populismo”, a “plenitude da experiência populista em Alagoas”. Seria Muniz, dessa forma, um hábil manipulador ao utilizar as massas dispersas para sustentá-lo<sup>54</sup>.

Hábil na mensagem populista de influência varguista, ele transforma os fatos em peças dramáticas, fazendo das alegorias um instrumento emocionalmente exacerbado. Respondendo à metralha de seus influentes inimigos, faz da linguagem um jogo claro de manipulação emocional.<sup>55</sup>

Silvestre Péricles e Muniz Falcão estariam dentro do mesmo conceito na medida que:

---

<sup>52</sup> O período compreendido entre 1930 e 1964 ficou conhecido na história brasileira como “populismo”. O conceito foi construído a partir da década de 1950 com o Grupo de Itatiaia e o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e reforçado na década de 1960 com os trabalhos de Francisco Weffort e Octávio Ianni. Tais noções apresentadas caracterizam o populismo como uma política demagógica, corrupta e manipuladora. Esta atingiria diretamente os trabalhadores, “iludidos” pelo discurso e a propaganda estatal, ver: FERREIRA, Jorge (org). O nome e a coisa: o Populismo na política brasileira” in O Populismo e sua história: debate e crítica. Org. Jorge Ferreira. Rio de Janeiro, Civilização brasileira; 2001. p.62.

<sup>53</sup> Recorrentemente, culpa-se a política populista por ser responsável pelo golpe civil militar de 1964, discurso utilizado tanto por conservadores de direita, como por militantes de extrema esquerda. Tal generalização designou o cenário político dos anos 50/60 como um período de demagogia, alienação e corrupção, motivo para a intervenção militar. Essa generalização empobrece a visão do historiador sobre o período, na medida que reduz os atores políticos do período como meros fantoches de um manipulador maquiavélico.

<sup>54</sup> TENÓRIO, op. cit. (grifo nosso)

<sup>55</sup> Idem, ibidem, p.198.

Ao assumir a liderança da vertente populista em face do ostracismo voluntário e declínio de Silvestre Péricles, Muniz cultivará a imagem popular bem definida de administrador dinâmico e político aplicado às necessidades do povo. Atento ao revés de seu antecessor populista deixará estendido um canal de ligação com grupos econômicos marginalizados do grande pacto oligárquico.<sup>56</sup>

O conceito de populismo enquadraria, dentro de sua lógica, políticos de atuações distintas como Muniz e Silvestre num mesmo espectro. Mesmo com *modus operandi* singulares, como vimos, o populismo seria um esquema explicativo capaz de abranger e fornecer os significados dos intuitos que guiaram as ações de seus atores. Essa plasticidade conceitual para análise da experiência democrática alagoana mostra-se ineficiente à medida que generaliza dentro de um mesmo universo o intenso anticomunismo e a violência política de Silvestre Péricles, a postura progressista e de ampliação social de Muniz.

Como evolução dialética do poder, tendo a oligarquia como tese, o silvestrismo como antítese e o munizismo como síntese, este último vai continuar a história do populismo alagoano, adquirindo dimensão própria e seu momento maior com a ascensão de um líder de visão atualizada num período de grandes transformações. É, ao mesmo tempo, ruptura e continuidade.<sup>57</sup>

Mesmo no verdadeiro intuito de demonstrar a importância das experiências sociais inauguradas com o munizismo, o argumento que une e o insere no contexto nacional do populismo descaracteriza e de certa forma até invalida sua atuação, quando esquematiza-o como um processo de “manipulação” e “utilização das massas”. Neste sentido, a visão do populismo na política seria motivo para grande parte das oposições liberais conservadoras atribuírem a necessidade de intervenção militar, para acabar com reino da “demagogia” e da corrupção”. Identificar o projeto Nacional-Estatista através do trabalhismo no período da experiência democrática nos fornece uma compreensão com maior amplitude do que a utilização ambígua do populismo como conceito.

Dessa forma, procuramos compreender de que maneira através do governo de Muniz Falcão forma-se as primeiras noções de uma gestão desembaraçada dos interesses meramente provincianos e alinhada com um projeto de desenvolvimento

---

<sup>56</sup> Idem, p.195

<sup>57</sup> Idem, p.193



nacional. O bloco progressista formado em torno da liderança de Muniz, foi capaz de agregar comunistas, trabalhistas, classes populares em contraponto ao bloco liberal conservador, preocupado na manutenção de seu *status quo*. Desse antagonismo, destaca-se as diferentes propostas de modernização defendidas: uma voltada para o reformismo e planejamento do Estado com base popular, outra gerida para o desenvolvimento de base conservadora, aliado às velhas estruturas de poder oligárquico. O advento dos anos 60 com o acirramento político no cenário nacional e com a instauração da ditadura militar evidenciou a manutenção de antigas rivalidades desses blocos que marcaram o período da experiência democrática em Alagoas.

## 1.2 - O golpe civil-militar de 1964 e suas consequências.

Os caminhos que levaram a 31 de março de 1964, 50 anos depois, ainda suscitam diversos debates na historiografia nacional. Nos últimos anos, diversos trabalhos debruçaram-se na temática<sup>58</sup>, promovendo uma verdadeira efervescência nos estudos pré e pós golpe civil militar<sup>59</sup>. Soma-se a isso o surgimento de novas fontes possibilitadas pela abertura de arquivos estaduais e municipais, fomentando trabalhos inovadores sobre as configurações regionais do preparo e consolidação dos eventos que levaram à deflagração do golpe em diversos estados<sup>60</sup>.

Lucília Delgado em artigo publicado em 2004 oferece um panorama de como as interpretações sobre o golpe de 1964 dividem-se: a) “Visões estruturalistas e funcionais”, caracterizando a década de 1970 e autores como Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira. b) “Interpretações que enfatizam o caráter preventivo do golpe civil e militar de 1964” entre os autores o sociólogo Florestan Fernandes e os historiadores Caio Navarro de Toledo, Lucília de Almeida Neves Delgado e Jacob Gorender. c) “Análises que privilegiam explicações

---

<sup>58</sup> Edições como a da editora Zahar, em 2014, “1964: 50 anos depois” trazendo uma trilogia de obras sobre o período, são exemplos de como a temática ganhou fôlego. Assim como o sucesso de livros como o do jornalista Elio Gaspari sobre a ditadura militar, despertando a atenção de leitores fora dos muros da academia e recebendo constantes reimpressões

<sup>59</sup>. Utilizamos no decorrer do trabalho o conceito de golpe civil-militar, entendo, deste forma, a conjuntura que levou à deposição de João Goulart em 1964 e a participação ativa de importantes setores sociais.

<sup>60</sup> Grande parte dessa produção tem sido possibilitada pela instauração em diversos estados, da Comissão Nacional da Verdade (criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, com o intuito de apurar as violações dos direitos humanos durante os períodos de 1946-1988).

conspiratórias do golpe” entre os autores Moniz Bandeira, René Dreiffus, Heloísa Starling e Otávio Dulci. E por fim d) “Interpretações que enfatizam uma visão conjuntural, com destaque para a questão da democracia” nesta linha os historiadores Wanderley Guilherme dos Santos, Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira.<sup>61</sup>

O balanço dessas produções ao longo das décadas só demonstra o dinamicismo das interpretações sobre a conjuntura política social dos anos 1960. Trabalhos recentes (ROLLEMBERG & QUADRAT, 2010; RIDENTI, REIS FILHO, SÁ MOTTA, 2014) procuraram identificar algo que até então recebia o silêncio da historiografia: as bases sociais que permitiram a aceitação e a sustentação da ditadura militar. Esses novos estudos alertam que as antigas interpretações “ocultavam” as complexas relações entre a ditadura e a sociedade brasileira, negligenciando as bases sociais que serviram de apoio ao regime na sua gênese e trajetória<sup>62</sup>. As principais preocupações estariam em identificar como um regime autoritário obteve apoio e legitimidade e de que modo os valores autoritários/ditatoriais estavam presentes na sociedade. Dessa forma, o entendimento sobre o período trataria não apenas da dicotomia opressor/oprimido, vítima/algoz, mas da compreensão que o autoritarismo antes de tudo é um produto social.

O que se quer é compreender como, ao longo do século XX, o consenso, frequentemente, se formou em padrões não democráticos, sem que essa ausência tenha sido percebida pela sociedade contemporânea como um problema. Portanto, interessa verificar concretamente como os consensos foram criados; como as acomodações de interesses fizeram-se em regimes autoritários através de mecanismos traduzidos em ganhos materiais e/ou simbólicos para as sociedades.<sup>63</sup>

Essa ótica se faz importante à medida que coloca em cena não só a cristalização de que “todos resistiram” a ditadura militar, implantada de cima para baixo. Mas, que da mesma forma que se construiu a resistência, em larga escala também houve o consentimento. Em 1964, a adesão de vários setores da sociedade à derrubada de Jango não se deu apenas pela manipulação de uma “massa inconsciente” levada pelos golpistas, se deu, por mais que tocar no assunto ainda seja um tabu, pelo apoio de

<sup>61</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. Tempo [online]. 2010, vol.14, n.28, pp. 123-143.

<sup>62</sup> REIS FILHO, op. cit. p.13.

<sup>63</sup> ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha. A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, volume II. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2010, p.17.

diversos segmentos sociais. As afirmativas, ao contrário dos usos que se atribui, não tem por objetivo negligenciar as resistências, confrontos, daqueles que sempre cerraram fileiras contra o autoritarismo. Nem de fazer vista grossa ao largo uso de propaganda anticomunista no sentido de cooptar a sociedade na luta contra Jango e todo seu programa de reformas. Mas tratar de um assunto ainda delicado, que nos caminhos da memória tem sido esquecido, silenciado. Compreender essas bases sociais de sustentação de atitudes autoritárias é antes de tudo uma opção por trabalhar com a longa duração, analisando as permanências é possível jogar luz ao entendimento dos regimes autoritários como produtos sociais.

Marcelo Badaró Mattos, em artigo publicado na Revista Brasileira de História em 2008, identifica quatro ciclos nas pesquisas referentes ao Governo Jango: (a) A questão econômica; crise de acumulação do capital, enfocando questões estruturais na crise do governo, (b) A interpretação através da conspiração para o golpe, (c) A precedência explicativa do golpe; através de discursos de militantes, (d) a volta ao tema por meio revisionista.<sup>64</sup> Segundo ao autor:

[...] pode-se situar a maior parte da produção recente a respeito do governo Goulart como decisivamente influenciada pela perspectiva de uma “história política renovada [...] Dos estudos assim orientados surgem importantes iluminações a respeito da dinâmica de tomada de decisões por parte dos gestores do Estado, assim como a respeito do embate entre memórias rivais sobre aquele marco central para o nosso tempo presente, que muito nos esclarecem sobre a permanência de uma dominante negativa na avaliação de contemporâneos do período presidencial de Jango — e também dos nossos contemporâneos — sobre o governo Goulart.<sup>65</sup>

Entre essa produção destacada por Badaró estão livros como de Marieta de Moraes Ferreira, *João Goulart: entre a memória e a história* (2006), *Jango: múltiplas faces*, de Angela Gomes e Jorge Ferreira (2007); e *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*, de Oswaldo Munteal, Jacqueline Ventapane e Adriano de Freixo (2006). Poderíamos incluir também nesse rol *João Goulart; uma biografia* (2011), de Jorge Ferreira. Esses trabalhos procuraram explorar o governo Jango, revelando suas complexas relações, além de analisarem Goulart por um caminho que difere das conclusões que o reduzem a simples pecha de “populista”. É desta forma que

<sup>64</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 55, 2008.

<sup>65</sup> Ibidem, p.261.

analisamos o período de 1961-1964.

O Governo Jango enfrentou em sua trajetória uma conjuntura de lutas acirradas, é um período de intensa mobilização dos trabalhadores, da penetração de partidos como o PCB e PTB na organização de sindicatos, dos antagonismos representados pelas frentes parlamentares. Os trabalhadores por meio dos seus órgãos representativos, sindicatos, confederações, expuseram suas opiniões, abrindo um canal inédito de participação.

A disputa pela hegemonia ultrapassara a esfera partidária para penetrar nos movimentos sociais. Essa ampliação da participação popular no processo político detonou um conjunto de pressões reivindicatórias das camadas subalternas. As propostas nacionalistas, desenvolvimentistas, anti-imperialistas e pelas reformas de base encontravam, nesses segmentos, uma audiência crescente.<sup>66</sup>

Esse cenário se refletiu nas diversas greves deflagradas<sup>67</sup>, como as greves gerais de 1962, pelo plebiscito que restabeleceria os poderes presidenciais a Jango e na defesa da formação de um gabinete ministerial alinhado ao nacionalismo.

Se crescia o interesse dos trabalhadores de participarem ativamente da conjuntura política, na mesma proporção a ojeriza das frentes conservadoras aumentava consideravelmente. Os acontecimentos no cenário mundial como a Revolução Cubana, no contexto da Guerra Fria, transformava qualquer tentativa de mudança social, mesmo que pela via reformista, num espectro de “ameaça comunista”. A penetração desse pensamento corria largamente em diversos setores das Forças Armadas, alinhadas com o pensamento desenvolvido na Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>68</sup>. Muitos setores da sociedade entenderam que estava em marcha uma “revolução comunista”. O anticomunismo foi largamente propalado na década de 1960, obtendo um apoio fundamental na sua disseminação de instituições como as Forças Armadas, a Igreja Católica, a Ação Democrática Nacionalista (ADP), além de complexos como o Instituto

<sup>66</sup> MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.33.

<sup>67</sup> O comando grevista tinha participação ativa do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Em 1964, com os rumores de um possível golpe para depor o presidente, o CGT ameaçou decretar uma greve geral com o objetivo de defender as liberdades democráticas. O movimento sindical organizado foi um dos responsáveis pelo grande comício popular realizado no dia 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Reunindo cerca de 150 mil pessoas.

<sup>68</sup> Lincoln Cavalcante, irmão do ex-governador de Alagoas, Luiz Cavalcante, realizava no início da década de 60 curso na ESG, e relata que seu envolvimento na conjuntura contra o governo Jango se deu “na adesão de uma causa que entendia como uma contra-revolução. (Revolução de 64 enfrenta “crise dos 40”. *Tribuna*, Maceió, 28 de março de 2004, p.10)

de Pesquisas Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O anticomunismo serviu como uma das bandeiras comuns na união dos que queriam a deposição de Jango. Todavia, os interesses daqueles que apoiaram o golpe faziam parte de uma teia bem mais complexa; para os setores conservadores tratava-se da defesa da família tradicional cristã, além da manutenção da concentração de poder; para as Forças Armadas o engajamento dos sargentos e cabos (vistos como subalternos) era um ato imperdoável de subversão; para oposição parlamentar era a oportunidade de finalmente alcançar o poder e pôr em prática o projeto liberal-conservador.

João Goulart, vindo de uma tradição de diálogo – desde seus tempos como Ministro do Trabalho – em 1964 já não podia conciliar o inconciliável. O cenário político estava bem delineado; para a direita ficava clara a impossibilidade da permanência de Jango no poder. A desconfiança que antes pairava sobre as atitudes do governo transformou-se em conspiração golpista, circulando abertamente nas facções das Forças Armadas ao Congresso. Goulart, mesmo que quisesse reconquistar o interesse dos conservadores, iria encontrar dificuldades imensas, tal qual o nível de radicalização já havia atingindo a direita. As esquerdas, por sua vez, viam seu velho reclame ganhar força. Já não se podia conciliar. O diálogo mostrara-se infrutífero, o Congresso demonstrara a falta de interesse de apreciar e aprovar as reformas propostas pelo governo. As esquerdas ofereceram a Jango seu apoio, em troca esperava-se que o presidente governasse com base política nas forças populares. A adesão de Jango ao programa defendido pelas esquerdas a partir do comício na Central do Brasil foi o estopim dos eventos que desembocariam no 31 de março de 1964.

O golpe civil-militar concretizou-se com poucas resistências. As esquerdas, segundo Dênis Moraes, acreditavam que bastaria utilizar “a palavra de ordem das forças populares que os adversários tremeriam”, pois de qualquer modo “A conspiração existia, mas não venceria”, existia a confiança de que “como suplantaríamos o inimigo, não precisávamos cavar trincheiras para a resistência”<sup>69</sup>. A direita golpista tinha conseguido, em um só golpe, derrotar a política trabalhista do PTB, reprimir todos os movimentos operários e camponeses e avançar no seu objetivo de tirar pela força seus inimigos do poder. Ironicamente, a experiência do golpe civil-militar de 1964 demonstrou que quem perdeu não foram somente os trabalhadores, as esquerdas, os

---

<sup>69</sup> MORAES, op. cit. p.191.

nacionalistas, os comunistas e os trabalhistas, perdeu a sociedade brasileira como todo. A direita também pagou seu preço, na derrocada total da democracia com os governos militares, e conseqüentemente na cassação de mandatos de parlamentares de sua base.

Os fatos decorrentes em 1964, em Alagoas, além da correlação nos eventos nacionais, guardam peculiaridades interessantes. Antes mesmo do golpe, o estado já era governado por um militar, Luiz Cavalcante, o “Major Luiz”, eleito democraticamente em 1960. Como militar e membro da UDN, o “major” possuía todos os atributos presentes na ferrenha oposição ao governo federal. Seu governo foi pautado pela “repressão aos movimentos de trabalhadores progressistas e de esquerda, tornando-se um sustentáculo dos grupos conservadores vitoriosos com o movimento golpista de abril de 1964”<sup>70</sup>. A repressão em seu governo, principalmente aos movimentos do campo, foram sistemáticas; seu discurso estava alinhado com instituições como o IPES/IBAD na luta anticomunista<sup>71</sup>. Sua atuação favoreceu amplamente os setores do latifúndio canavieiro, determinados e sob apoio do governo estadual a barrar o programa nacional reformista. Segundo Moniz Bandeira, essa classe junto ao governador estaria não só atuando contra o governo federal, mas estruturando-se para a deflagração do golpe de 1964, disposta a enfrentar qualquer resistência que porventura poderia ocorrer.

[...] comerciantes e latifundiários formaram um exército particular de 10.000 homens, sob a supervisão do próprio Secretário de Segurança, Coronel João Mendonça, todos treinados para sabotagem e luta de guerrilhas. Dos 28 grupos empresariais organizados no Estado, 22 dispunham de pelo menos 150 homens e 15.000 litros de combustíveis cada um. Para cada metralhadora foram distribuídos 1.000 tiros. E a esse Estado-Maior somaram 1.800 produtores de açúcar e pequenos proprietários, levando cada um pelo menos cinco homens armados. O governador Luís Cavalcante apoiava o empreendimento que se inseria, sem dúvida, numa estratégia global, pois Alagoas, pela sua situação geográfica, constituiria, como Estado-tampão, uma cunha entre Pernambuco e Sergipe, cujos Governadores, Arraes e Seixas Dória, se identificavam com o programa de reformas.<sup>72</sup>

<sup>70</sup> COSTA, Rodrigo José da. “Do comício que não houve” à marcha da vitória: a deflagração do golpe civil-militar em Alagoas. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.15, n.22, 1º sem.2014, p.37.

<sup>71</sup> Segundo depoimento de Rubens Colaço (PCB) ao historiador Geraldo de Majella em 1983, Luiz Cavalcante “foi o único que batia nos peitos” e dizia que se orgulhava de ser membro do IBAD, e que este deitava e rolava em Maceió.”

<sup>72</sup> BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 8ª edição, p.60.

Por estar entre Pernambuco e Sergipe, cujos governos eram identificados com as reformas, Alagoas seria, caso a resistência ao golpe eclodisse, um ponto importante de repressão aos estados vizinhos. Outro detalhe significativo no contexto alagoano é que os grupos alinhados ao programa nacionalista faziam-se presentes na luta oposicionista a Luiz Cavalcante. As eleições que levaram o “major” ao Palácio dos Martírios foram marcadas pelo embate entre diversas forças; a divisão dos grupos nacionalistas em candidaturas independentes, fragilizando a oposição, abriu caminho para os grupos conservadores voltarem ao poder. As duas principais forças oposicionistas, Abraão de Fidélis Moura e Muniz Falcão (ambos do PSP), eram vistos com receio pelos adversários udenistas.

Assim como o comício de Jango na Central do Brasil, vários outros foram marcados país a fora, entre eles o de 29 de março no Parque Rodolfo Lins em Maceió. Rubens Colaço, militante do PCB em 1964, relata como se deu a organização do evento:

Nós tínhamos um comício convocado para o dia 29, e esse comício estava dando uma agitação muito grande. Tínhamos convidado o Brizola e o Miguel Arraes, mas a coisa estava fervendo dentro dos quartéis. Nem sei direito o que estava havendo. Tínhamos também, em nossa convocação, a participação dos sindicatos camponeses, sindicatos fortes da Saúde, de Pilar, Rio Largo, Atalaia, Anadia e outros. Nós nem analisávamos que fosse isso que estivesse ocorrendo. A verdade é que havia um policiamento ostensivo na saída dessas cidades, para barrar a saída dos camponeses para o comício do dia 29.<sup>73</sup>

O comício acabou por adquirir uma importância tremenda, primeiro porque mobilizava diversos sindicatos em defesa do programa de reformas, muitos desses fincados em áreas rurais, onde o mandonismo local imperava; segundo, por trazer para Alagoas duas figuras de relevância na luta dos setores nacionalistas, vistas pelo bloco conservador como pessoas *non grata*.

Em 29 de março de 1964, em Alagoas, nós tínhamos convidado Leonel Brizola e Miguel Arraes para participar daquele ato. Mas acontece que a cabeça de Miguel Arraes estava sendo disputada aqui. A disputa era para ver quem atirava na testa, quem atirava na boca, quem atirava no olho direito, quem atirava no olho esquerdo. E nós sabemos muito bem que aqui em Alagoas tem gente altamente qualificada para isso. Leonel Brizola já tinha dito que não vinha por causa de afazeres no Rio Grande do Sul, e nós achamos irresponsabilidade de nossa parte trazer Miguel Arraes, governador de Pernambuco, para correr esse risco. Nós tínhamos a “nossa área” de

<sup>73</sup> MAJELLA, Geraldo de. Rubens Colaço: paixão e vida: a trajetória de um líder sindical. Recife: Bagaço, 2010, pp.70-71.

política de oposição, homens também bons de pistolas e com grupos de bons pistoleiros, que se propunham a dar cobertura total a Arraes, mas a verdade é que o CGT tomou a decisão de ir a Recife para desconvoar Miguel Arraes e explicar a situação. Na reunião conosco, Arraes falou: “Eu não vou passar o resto da minha vida com medo dos pistoleiros de Alagoas. Eu vou ter que ir a Alagoas mais cedo ou mais tarde. Eu sou homem de sertão, também, não sou nenhum bunda-mole. Na minha área tem homem também”. Mas terminamos por convencer Arraes de que ele não deveria ir.<sup>74</sup>

Apesar do comício não ter acontecido, seus preparos foram suficientes para colocar em alerta todos os dispositivos alinhados à defesa do golpe civil-militar em Alagoas. Anivaldo Miranda, também militante do PCB em 1964, fala da precedência do golpe “Acredito que o golpe militar começou em Alagoas, no dia 29 de março, com a repressão à passeata de trabalhadores e estudantes no Centro de Maceió”<sup>75</sup>. Segundo o ex-militante, Maceió amanheceu em “clima de guerra”, tanto o centro como as praças da cidade estavam tomadas de policiais que montavam piquetes para impedir qualquer manifestação dos trabalhadores. No campo, a situação ainda era pior “Trens foram parados e trabalhadores ameaçados por deputados armados com revólveres e metralhadoras”<sup>76</sup>.

A adesão das elites alagoanas ao golpe foi completa, os poucos focos que poderiam engendrar alguma resistência foram rapidamente desmobilizados pela onda repressiva que se seguiu.

Quando raiou o primeiro de abril de 1964, o cenário era a cara mais carrancuda do golpe, sem improvisações ou voluntarismos. Nas principais praças e logradouros, assim como prédios públicos, soldados do Exército marcavam presença devidamente equipados com metralhadoras, fuzis e demais artefatos bélicos. Os primeiros dias de abril de 1964 não produziram tiroteios ou duelos mortais em Alagoas. Sinal de que as elites locais não se enxergavam como antagônicas naqueles episódios.<sup>77</sup>

Todavia, aqueles que representavam perigo à “revolução” foram rapidamente reprimidos e presos. Para os setores conservadores da sociedade, foi um verdadeiro deleite, assistiam com entusiasmo a prisão dos “subversivos” adversários e apressavam-

<sup>74</sup> MAJELLA, op. cit. p.97.

<sup>75</sup> Ex-militante do PCB diz que alagoanos não foram apáticos e se mobilizaram contra o golpe militar. Tribuna, Maceió. 28 de março, 2004, p.9

<sup>76</sup> Idem, Ibidem.

<sup>77</sup> LINS, Enio. Alagoas: Pastoril de Trágicas Jornadas. Edição eletrônica do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2004 ([www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)), p.7.



se em alinhar-se com os golpistas. Enquanto a repressão cassava os inimigos de 31 de março, dois dias depois, em 2 de abril, era realizada a “Marcha da Família Alagoana”, aos moldes da sua congênere “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” no Rio de Janeiro. Diversas pessoas saíram às ruas junto do governador Luiz Cavalcante para exaltar o golpe:

A multidão tendo à frente o [...] o governador Luiz Cavalcante e sua esposa, além de altas autoridades civis e militares, funcionários públicos, comerciantes, industriais e o povo em geral [...] rumou à Praça Visconde de Sinimbu. “[...] entoando hinos patrióticos e vivamente aplaudida em todo seu percurso”.<sup>78</sup>

As marchas possuíam sentidos mais amplos do que aparentavam, pois, além de serem comemorações pela êxito da “revolução” que estirpava os “corruptos”, “demagogos”, “baderneiros” da política nacional, serviam como atos de legitimação, demonstrando o apoio popular. Essa adesão ao golpe por parcelas significativas da sociedade serviu, nos primeiros momentos, como uma base social importante para sustentação e legitimação da ditadura militar. Muitos participantes das marchas acreditavam que se fizera uma revolução em nome da “família” contra o “fantasma comunista destruidor de lares”; o movimento então seria importante para varrer a “desordem” que o governo federal queria infligir ao país. Outros tantos assistiram alheios aos acontecimentos. O carpiteiro aposentado Luis Delmiro Ferreira, que recebera junto com diversos outros moradores no dia 31 de março de 1964, uma casa na Vila Kennedy (Bairro do Vergel do Lago, Maceió), na presença do governador Luiz Cavalcante e do vice-embaixador americano no Brasil, relata que “para o povo pobre que morava lá na vila o golpe militar não fez diferença nenhuma, o que era ruim continuou ruim.”<sup>79</sup>

Para os grupos de esquerda, entretanto, o golpe foi duro. Desde as primeiras horas vários sindicatos foram fechados, jornais empastelados, diretórios acadêmicos reprimidos, demonstrando uma ação repressiva que não condizia com a reação, quase nula desses grupos. Nos primeiros dias, várias pessoas foram presas: comunistas,

---

<sup>78</sup> MARCHA da família alagoana. Diário Oficial, Maceió, 04 abr. 1964, p.1 apud COSTA, Rodrigo José da. “Do comício que não houve” à marcha da vitória: a deflagração do golpe civil-militar em Alagoas. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.15, n.22, 1º sem.2014, p.54.

<sup>79</sup> Enquanto os militares marchavam para depor Jango, Major Luiz entregava casas. Tribuna, Maceió, 28 de março, 2004, p.5

trabalhistas, funcionários públicos, estudantes, trabalhadores rurais, dirigentes de sindicatos, políticos, entre outros. Para o comunista Rubens Colaço<sup>80</sup>, preso logo após o golpe, a repressão se fez sentir através de diversas torturas, como afogamento, espacamento, aplicação de torquês para arrancar as unhas, simulação de fuzilamento, como relata:

Me levaram para o Catolé (pequeno riacho próximo a entrada de Maceió) e daqui para lá foram brincando de par ou ímpar no meu bigode, com a faca escorada na minha garganta. [...] meteram-me dentro do poço e sob ameaça de beber e ter que secar o poço de água. [...] Eu saí do poço no Catolé botando sangue pelo nariz e pela boca. [...] Levaram-me para debaixo do pé de canafístula e trouxeram um enxadeco para que eu cavasse minha própria cova. [...] Ainda veio um cretino alcaguete da polícia, só podia ser, ainda puxou as unhas dos pés com um alicate, mas eu tinha passado muito tempo dentro d'água, as unhas estavam moles, e ele pegava com uma torquês, não era um alicate, era um torquês, pegava, puxava, a unha quebrava.<sup>81</sup>

As torturas sofridas por Colaço foram realizadas pelo delegado Rubens Braga Quintela Cavalcante<sup>82</sup> e sua equipe, sendo este, junto do delegado Alberto Barros<sup>83</sup>, o “Barrinhos”, os mais ativos membros da repressão no estado. Ações como estas, demonstram que a estrutura policial de Alagoas já estava bem familiarizada com as técnicas de tortura que seriam rotina durante a ditadura militar. Toda operacionalização para o funcionamento da repressão revela que os mecanismos autoritários já se articulavam e agiam antes do golpe de 1964.

Com o advento do Ato institucional nº1 de 9 de abril de 1964, que suspendia a estabilidade e a vitaliciedade no serviço público, vários funcionários públicos foram imediatamente exonerados, muitos deles como o Fiscal de cooperativas, advogado e membro do PCB, Dirceu Acioly Lindoso, que, depois de 10 meses presos em Maceió, foi libertado, sendo instruído a ir para o Recife conhecer sua acusação, “Assim que cheguei lá, me apresentaram o que havia. Li e não tinha nada. Era um tal de “ouvi

<sup>80</sup> Rubens Colaço (1930-1991), membro do PCB, foi presidente do sindicato dos motoristas de Alagoas e dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) até o dia 1º de abril de 1964, quando foi preso e teve o seu mandato sindical cassado.

<sup>81</sup> MAJELLA, op. cit. pp.123-124.

<sup>82</sup> Rubens Quintela (1930-2012) como era conhecido, natural de Maceió, foi delegado, advogado e Secretário de Segurança Pública de Alagoas, conhecido pela “linha dura” como agia.

<sup>83</sup> Delegado de polícia, ficou conhecido em Alagoas por suas violências e arbitrariedades. Formando durante anos dupla com Rubens Quintela. Foi um dos invasores do semanário comunista *A Voz do Povo* em 1º de abril de 1964 (MAJELLA, 2010, p.82)

dizer”<sup>84</sup>. O caso ilustra um fato importante, muitos funcionários que perderam seus empregos e mesmo os que foram presos, não possuíam se quer uma denúncia formal, as arbitrariedades eram praticadas sobre acusações de terceiros, muitas anônimas. O quadro abaixo demonstra a relação dos funcionários estaduais e municipais atingidos pelo AI-1 em Alagoas;

<b>Relação dos funcionários estaduais e municipais atingidos pelo Ato Institucional número 1 em Alagoas em 1964. ( Quadro I)</b>	
Alfredo Gomes da Silva	Tabelião público da 1ª Comarca de União dos Palmares (17/06/1964)
Odilon Alves Passos (aposentado)	Tabelião público do único Ofício da Comarca de Igreja Nova (17/06/1964)
Haroldo Salatiel	Tabelião Público do único Ofício da Comarca de Traipú (17/06/1964)
Manuel Amancio de Albuquerque (aposentado)	Tabelião Público do único Ofício da Comarca de Passo do Camaragibe (17/06/1964)
Amaro Lins Barbosa (aposentado)	Juiz de Direito da Comarca de Porto Calvo (17/06/1964)
Mário César Viana de Melo	Conferente da Administração do Porto de Maceió (04/07/1964)
José Cabral Irmão	Ajudante de artífice da Comissão de Estradas e Rodagem (04/07/1964)
Dirceu Acioly Lindoso	Fiscal de Cooperativas (04/07/1964)
Hélio Amorim Miranda	Professor do Ensino Secundário – Colégio Estadual de Alagoas (04/07/1964)
Hilda Cotrim Soares	Escrituraria – lotada no Colégio Estadual de Alagoas (04/07/1964)
Dilson Oliveira de Souza	Escrivão de Coletoria – exercia a função de

<sup>84</sup> Alagoas de Dirceu (entrevista). Gazeta de Alagoas, Maceió, 19 de Outubro de 2009, p.5

	caixa da Coletoria Estadual (29/09/1964)
José do Prado Pinheiro	Guarda Civil (29/09/1964) aposentado.
Manoel Cibaldo de Amorim	Guarda Civil (29/09/1964) aposentado.
Paulo Cardoso da Silva	Guarda Civil (29/09/1964) aposentado.
Luiz Ataíde de Oliveira	Guarda Civil (29/09/1964) aposentado.
Josué Gomes de Oliveira	Guarda Civil (29/09/1964) aposentado.
Pedro Onofre de Araújo	Tesoureiro auxiliar – Prefeitura Municipal de Maceió (08/10/1964)
Paulo Bernardo Calazans	Almoxarife da Prefeitura Municipal de Maceió (08/10/1964)
Pedro Seara da Silva	Mestre de Obras da Prefeitura Municipal de Maceió (08/10/1964)
Elias Vicente da Silva	Guarda Civil (08/10/1964)
Sandoval Ferreira Cajú	Prefeito de Maceió.
Luzinário Cícero da Silva	Prefeitura de Anadia.
Wilson Laranjeira Vilar	Prefeito de Inhapi.
José Ferreira Lins Goveia	Prefeito de Porto Calvo.
Alexo de Araújo Lima	Prefeito de Feliz Deserto.
Luiz Antônio Coelho	Vereador de Feliz Deserto.
<b>FONTE: Arquivo Público de Alagoas. Acervo Memórias Reveladas/Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE). BR ALAPA,XX DOP.0.DOC.62.</b>	

O AI-1 teve um largo raio de alcance, atingindo trabalhadores de diversas áreas, inclusive políticos, como é o caso do então prefeito de Maceió Sandoval Cajú. Os atingidos tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos, não podendo durante o período integrar qualquer quadro do serviço público. O AI-1, dessa forma, funcionava como uma segunda etapa do golpe. Tal medida visava garantir a sustentação dos militares, expurgando os opositores e assegurando ampliação da base política situacionista no Congresso. Qualquer divergência transformava-se em “ato subversivo”, o grande volume de prisões, cassações, seguidos à implantação do Ato, acendeu o alerta para todos os grupos políticos, que ora agrupavam-se a favor do reformismo

nacionalista de Jango. Para os que não foram atingidos na primeira leva repressiva no campo político institucional, adequar-se ao regime representava a sobrevivência. A garantia dada pelo Marechal Castelo Branco de assegurar as eleições de 1965 para os governos estaduais, ao mesmo tempo que pretendia dar uma fachada democrática à ditadura militar, visava agariar o apoio e a “compreensão” dos que almejavam elegerem-se no pleito que se avizinhava. Para os grupos que identificavam-se com o golpe, a adesão às medidas repressivas não representaram, num primeiro momento, obstáculos às suas pretensões. Confluíam num mesmo canal, objetivando o advento do processo eleitoral. Figuras como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, entusiastas do golpe, tinham como objetivo concorrer às eleições presidenciais de 3 outubro de 1965, posteriormente cancelada. A frustração de seus objetivos com a prorrogação do mandato de Castelo Branco fez entender que o regime dificilmente retornaria às mãos civis, fazendo dos aliados de outrora, inimigos.

A sobrevivência política dependia da moderação, ou mesmo do tácito apoio ao regime. Em Alagoas. O PSP, divergindo da sua linha nacional, ligava-se a setores identificados com o nacionalismo trabalhista, agrupando membros das esquerdas, e formando durante os anos 1950 e 1960 uma coligação de forças na luta contra os udenistas. Essa postura teria uma aproximação muito maior com o programa reformista de João Goulart do que com o Ademarismo que lutava abertamente pelo golpe. Um dos fatores possíveis para essa aparente inversão seria o próprio caráter das alianças tecidas pelo PSP durante sua trajetória no estado. Sua base de atuação alicerçada no funcionalismo e nos trabalhos urbanos unia em pauta comum a defesa de transformações no mundo do trabalho, garantia de direitos, de organização sindical, ao mesmo tempo que amparava os produtores e coronéis que estavam distantes das oligarquias urbanas e sentiam-se, no jogo político, desprestigiados.

Após o golpe de 1964, contudo, o PSP alagoano retornará ao seu leito original; a derrubada de Jango e a desestruturação da esquerda tornaram vitoriosos os adversários contra quem lutava. O líder nacional da agremiação, Ademar de Barros, então governador de São Paulo, fora uma das maiores lideranças civis do golpe. Diante do novo quadro, o discurso das lideranças pessepistas alagoanas passará do reformismo nacionalista para a adesão ao “movimento” de 1964, como demonstra o discurso do líder do PSP na Assembleia Legislativa, deputado Rubens Canuto:

Todos os bons brasileiros, nesse momento, se rejubilam com a restauração da ordem e da tranquilidade no nosso querido país. Graças ao patriotismo e desprendimento de nossas gloriosas Forças Armadas, que nunca faltaram ao chamamento da Pátria, nas horas mais graves da vida nacional. Volta ao país a sua normalidade constitucional e democrática.<sup>85</sup>

A identificação dos pessepistas ao golpe possuía dois sentidos pragmáticos: a) Aproveitar o clima de “vitória” que o golpe ensejava para exaltar a liderança de Ademar de Barros. Como governador de São Paulo, constituía-se uma importante força nacional no apoio às candidaturas dos pessepistas em seus estados.

Ademar de Barros foi, incontestavelmente, figura de prôa, no desenrolar dos últimos acontecimentos que envolveram a nação, restituindo-lhe a ordem a paz social, tão indispensável a esta grande nação. [...] Ecoa ainda profundamente, em todos os quadrantes da Pátria, a atitude heróica do governador bandeirante em defesa das nossas instituições democráticas e na preservação dos nossos sentimentos cristãos.<sup>86</sup>

b) Hipotecar solidariedade e apoio aos militares, como forma de sobreviver às levas de cassações, utilizando para isso o consentimento ao regime, e a moderação nas críticas aos opositoristas.

Na esfera estadual, fazemos franca oposição à administração pública alagoana, por compreendermos que ela não corresponde aos anseios legítimos do nosso povo. Negá-lo nesse instante, seria, até, um gesto de covardia. Compreendemos, todavia, que a hora não se presta para querelas políticas, porquanto está em jogo o prestígio do Brasil no seio dos demais povos do mundo. [...] Sem embargo dos princípios que norteiam nossa luta, consideramos um dever indeclinável atendermos a conclamação do presidente Castelo Branco, no sentido de uma compreensão mais exata dos objetivos da Revolução Democrática de 31 de março, e de colaboração patriótica para sua consolidação.<sup>87</sup>

O objetivo primordial era conseguir chegar ao pleito de 1965 incólume, após a decretação da Lei das Inelegibilidades em 14 de julho do mesmo ano; o terreno tornara-se extremamente sensível para os postulantes à eleição vindoura. A vigência do AI-1

---

<sup>85</sup> Rubens Canuto demonstra plena confiança na Revolução Vitoriosa. Diário de Alagoas, Maceió, Ano: XI, Nº184. 24 de abril de 1964, p.1.

<sup>86</sup> Diretório Regional do PSP congratula-se com líderes pessepistas: Ademar e Muniz. Diário de Alagoas, Maceió, Ano:XI, Nº185, 25 de abril de 1964, p.1.

<sup>87</sup> A nossa posição. Diário de Alagoas, Maceió, Ano: XI, Nº194. 7 de maio de 1964, p.1.

limitava qualquer possibilidade de crítica para aqueles que pretendiam continuar sua vida parlamentar, em outras palavras, quem não seguisse as novas regras não poderia participar do jogo. Os pessepistas alagoanos entenderam bem a situação. Longe de pretenderem tecer críticas ao regime, procuraram acomodar-se, suas forças estariam direcionadas para o embate na eleição para o executivo estadual.

As eleições de 1965, todavia, demonstraram a fragilidade da democracia limitada proposta pelos militares. Mesmo o partido tendo elegido Muniz Falcão para o governo, a dependência da homologação pela Assembleia Legislativa fizera seu nome não ser aceito. A decisão apoiava-se na Emenda Constitucional nº13, a qual previa que se o candidato eleito não alcançasse a maioria absoluta, excluídos os votos nulos e brancos, a decisão pela deferição ou indeferição caberia ao Legislativo Estadual.

Algumas semanas após a eleição, era editado o Ato Institucional Nº 2, dando continuidade ao AI-1, mantendo a suspensão dos direitos políticos para aqueles considerados ameaças ao regime, instituía eleição indireta para o executivo nacional e dava fim ao pluripartidarismo. Os blocos políticos alagoanos, com o fim de suas siglas, teriam que se agrupar conforme a nova realidade. O nascimento das novas legendas, entretanto, carregaria a herança das lutas políticas travadas nas décadas anteriores.

## 2 . – CONTRADIÇÕES, DIFICULDADES E EXPECTATIVAS: SURGE A “OPOSIÇÃO LEGAL”.

### 2.1 – A instauração do bipartidarismo.

Em abril de 1966, o político pernambucano Cid Sampaio<sup>88</sup> diante da estranheza do novo sistema político proposto pelos militares através do Ato Institucional nº2, declarava à imprensa: “O MDB tem ligações com o passado, e a ARENA é resultado dos erros do presente”. Sua análise, de fato, demonstrava duas variáveis importantes: as duas siglas nascem para representar o “novo”, segundo o Ato Complementar nº4 de 24 de novembro de 1965<sup>89</sup>, ficaria estabelecido que não seria possível qualquer identificação das novas siglas com os partidos anteriores, nem denominação partidária. O novo, na pretensão dos militares, nasceria livre das disputas de outrora, onde partidos como a UDN, PTB, PSD dominavam a política nacional. Todavia, a formação das duas agremiações traria consigo importantes ligações com o quadro político anterior, velhas forças políticas tentariam adaptar suas antigas estruturas partidárias na novidade do bipartidarismo. Nesse sentido, agrupam-se em torno do governo através da ARENA, grande parte dos membros da UDN e do PSD, no lado contrário, membros do extinto PTB integraram o MDB. Mesmo com o caráter de Frentes partidárias, ARENA e MDB carregaram marcas e vícios das principais legendas que o formaram:

A continuidade das identidades partidárias deve muito à manutenção das redes individuais dos políticos, que foram transferidas para os novos partidos. Houve um esforço permanente de mobilização e direcionamento dos antigos diretórios municipais, cabos eleitorais e bases para a Arena e o MDB. [...] O prestígio, os redutos eleitorais e o espaço público de muitas lideranças foram mobilizados em um novo contexto institucional, muitas vezes na defesa da intervenção militar de 1964 e do regime autoritário estabelecidos décadas seguintes. Ao mesmo tempo, essa ação fazia parte do trabalho cotidiano para garantir a manutenção das carreiras políticas individuais, o que buscava esses

<sup>88</sup> Cid Feijó Sampaio (1910-2010), usineiro e industrial, foi governador de Pernambuco de 1959 a 1963 (UDN), deputado federal de 1967 a 1971 (ARENA), e senador da República de 1983 a 1987 (PMDB).

<sup>89</sup> O ato dispunha sobre a organização dos partidos políticos, como complemento ao AI-1, estabelecia no seu Art.13º “Os nomes, siglas, legendas e símbolos dos partidos extintos não poderão ser usados para designação das organizações de que trata este Ato, nem utilizados para fins de propaganda escrita ou falada. Parágrafo único. É vedada a designação ou denominação partidária, bem como a solicitação de adeptos, com base em credos religiosos ou em sentimentos regionalistas de classe ou de raça.”



homens a buscarem se aproximar das autoridades.<sup>90</sup>

Manter as redes políticas era fator fundamental para os que almejavam continuar na vida pública, assim como, se não pelo apoio explícito ao golpe de 1964, pelo prudente silêncio nas manifestações públicas. Em meados de 1966, muitas das antigas lideranças identificadas com o reformismo nacionalista já haviam sido cassadas e expurgadas pelo regime da vida política nacional. Os quadros restantes, principalmente do PTB, optaram pela cautela, ou mesmo, como em alguns casos, pela adesão à sigla governista. Para os partidos que incitaram e defenderam o golpe, como a UDN, PSD e PSP, tratava-se de rezar a cartilha da “revolução” para manter vivos seus objetivos de alcançar o poder. O banho de água fria nos seus intentos surgiu quando o governo, dando início ao endurecimento do regime, suspendeu as eleições diretas para governadores e para o executivo federal.

Se entre os que defenderam o golpe já se fazia sentir um tom de arrependimento ou revolta, para os que preferiram o silêncio ou a contrariedade, o prenúncio da derrota completa já rondava os calcanhares. O caso de Alagoas é um exemplo, a oposição encarnada na sigla do PSP, subtraída da sua vitória no pleito de 1965, viu em curto tempo, um de seus principais aliados, Abrahão Fidelis de Moura, ser cassado com a suspensão de seus direitos políticos por 10 anos. Grande liderança, Abrahão era afinadíssimo com João Goulart<sup>91</sup>, responsável por fazer a ponte entre os petebistas e os pessepistas alagoanos. Fiel companheiro de Muniz Falcão, não foi poupado após as primeiras levas de expurgos do governo federal. As duas derrotas significativas alertaram os opositoristas, a não homologação da vitória de Muniz Falcão no pleito de 1965, foi uma resposta das classes conservadoras, que compunham maioria na Assembleia Legislativa, ao prestígio do líder pessepista enquanto candidato popular.

Não chegando a tomar posse [Muniz Falcão] por ter obtido maioria simples, embora com vantagem superior a sessenta mil votos sobre o segundo colocado, o senador udenista Rui Palmeira, viu a Assembleia Legislativa deixar de homologar seu nome. Num clima de coação nunca visto, com autoridades militares intimidando deputados e desembargadores e a

---

<sup>90</sup> CARVALHO, Alessandra. As atividades político- partidárias e a produção do consentimento durante o regime militar brasileiro *In*: QUADRAT, Samantha. Rollemberg, Denise (orgs) A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, Volume II – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.233.

<sup>91</sup> ROCHA, José Moura. Os ricos não tujem e os pobres não mujem. Brasília: Dédalo, 2003, p.76.

Assembleia e o Tribunal Eleitoral cercados, confirmou-se o esbulho que tiraria do povo a opção pelo candidato de sua preferência. Venciam o arbítrio, o causuísmo e o oportunismo.<sup>92</sup>

As eleições de 1965, demonstraram, que mesmo com o intervencionismo dos militares, as forças oposicionistas conseguiriam sucesso em 11 estados da federação, inclusive em dois estados emblemáticos, tendo como candidatos derrotados dois apoiadores do golpe de 1964, como é o caso de Carlos Lacerda na Guanabara e Magalhães Pinto em Minas Gerais<sup>93</sup>. A resposta do regime militar seria a instauração do AI-2, fruto da intenção de manter em atuação o mínimo de atividade parlamentar, limitando os canais oposicionistas e criando uma importante base de sustentação política no Congresso Nacional.

O MDB nasce num momento difícil, além das adversidades naturais de conseguir o máximo de aliados que estivessem dispostos a integrar a organização, levando em conta o quadro nada atraente de ser oposição em pleno regime autoritário, também possuía como entrave o quadro político estadual hostil aos novos emedebistas (antigos adversários). Segundo Kinzo, as principais dificuldades do MDB seriam “formar sua estrutura organizacional justamente na época em que vários de seus parlamentares haviam sido cassados, e vários de seus líderes regionais, que estavam fundando o partido, tiveram o mesmo fim”<sup>94</sup>. Somava-se a isso o descrédito que a oposição legal despertava tanto na população, que percebia o recrudescimento do autoritarismo e a falta de identidade das novas siglas. Além da descrença dos grupos de esquerda, que não exerciam no MDB uma oposição legítima<sup>95</sup>.

Apesar das dificuldades, o Movimento Democrático Brasileiro conseguiu atingir

---

<sup>92</sup> TENÓRIO, op. cit. p.240-241.

<sup>93</sup> RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p.34.

<sup>94</sup> KINZO, Maria d'Alva G. Oposição e Autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB (1966-1979): São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 40.

<sup>95</sup> A exceção seria o PCB, que mesmo na clandestinidade, caminhava junto dos trabalhistas na defesa do programa de reformas de Jango e que depois integraria o MDB. Em Alagoas, o Partidão optou pela resistência política no MDB.. C.f. MAJELLA, Geraldo de. O PCB em Alagoas: Documentos (1982-1990). Maceió, Cepal, 2011, p.281

os requisitos mínimos<sup>96</sup> para sua existência, em 24 de março de 1966 era lavrado o registro oficial. O cenário, porém, não era animador, gestado no seio do próprio regime militar, o MDB tornou-se a oposição consentida - a tolerância dos militares revelava a fragilidade que pautaria as atividades oposicionistas.

MDB e ARENA constituíam-se como frutos da concepção de democracia dos militares. Não optando por um sistema fechado de partido único, o regime procurava uma face de legitimidade perante à sociedade e principalmente diante da comunidade internacional. O bipartidarismo cumpria esse dever, à medida que não obstruía, na teoria, o canal oposicionista. Na prática, contudo, a atuação parlamentar era limitadíssima, mesmo com o funcionamento do Congresso Nacional, os atos institucionais e complementares centralizavam as decisões importantes e ditavam a condução da política institucional. A vigilância à Câmara Federal transformava qualquer discurso de tom mais contestatório em motivo para cassação. As eleições diretas também foram mantidas para o legislativo estadual e municipal, além da maioria dos municípios brasileiros, excluídas as capitais e os municípios incluídos nas Zonas de Segurança Nacional. Mantinha-se, deste modo, um pequeno espaço de participação política da sociedade, que servia como base para os discursos que sustentavam que o país vivia em plena normalidade democrática. O MDB, contudo, mesmo com os limites impostos, procurou buscar sua representatividade no novo sistema político, tecendo alianças e aglutinando diversas tendências, para isso, ingressou à procura da sua identidade.

### **2.1.1 - O MDB Alagoano entre o passado e o presente.**

1966 foi um ano de estruturação, de adaptação e análise da nova realidade. Nos primeiros meses que sucedem a criação da oposição legal, a máquina partidária do extinto PSP em Alagoas transfere-se sob a liderança de Muniz Falcão para o MDB.

#### **(Quadro II) Relação dos deputados federais que aderiram ao MDB (Legislatura: 1963-1966)**

---

<sup>96</sup> O Ato Complementar Número Quatro, de 24 de novembro de 1965, exigia que a formação de novas siglas só poderia ocorrer quando essas atingissem, no mínimo, 20 senadores e 120 deputados Federais nos seus quadros.

Abrahão Fidelis de Moura	PTB/PSP
Ari Botto Pitombo	PTB/PSP
Aloysio Ubaldo da Silva Nonô	UDN
Sebastião Marinho Muniz Falcão	PTB/PSP

**Relação dos deputados estaduais que aderiram ao MDB (Legislatura: 1963-1966)**

Antônio Guedes do Amaral	PSP
Angélico Gomes de Melo	PST
Armando Moreira Soares	PSP
Claudenor de Albuquerque Lima	PSP
Cleto Marques Luz	PSP
Elísio da Silva Maia	PSP
Elizeu Teixeira Cavalcante	PSD
José Lourenço do Monte	PDC
Luiz Gonzaga Malta Gaia	PDC
Luiz Gonzaga Moureira Coutinho	PSP
Pedro Timóteo Filho	PSP
Rubens de Mendonça Canuto	PSP
Robson Tavares Mendes	PSP

Como vemos, a totalidade da bancada pessepista incorporou-se à sigla emedebista. Essa transmutação do PSP para o MDB foi um dos motivos de, ainda em julho de 1966, os emedebistas contarem com comissões diretoras municipais em 90 dos 95 municípios alagoanos<sup>97</sup>. Esse movimento dos pessepistas para o MDB foi contrário ao contexto

<sup>97</sup> MDB - Uma força em marcha pelos destinos de Alagoas. Diário de Alagoas, Maceió, Ano: XIV, nº180. 17 de jul. de 1966, p.1.

nacional, segundo Kinzo, a maioria dos “adhemaristas filiaram-se à Arena, permanecendo neste partido”<sup>98</sup>. Em Alagoas, a ARENA será composta em sua maioria por udenistas.

**(Quadro III) Relação dos deputados federais que aderiram a ARENA (Legislatura: 1963-1966).**

José Pereira Lúcio	UDN
Luiz de Medeiros Neto	PSD
Oceano Carleal	UDN
Oséas Cardoso Paes	UDN
Segismundo Andrade	UDN

**Relação dos deputados estaduais que aderiram a ARENA (Legislatura: 1963-1966).**

Aderval Vanderlei Tenório	PSD
Antônio Gomes de Barros	UDN
Areski Dâmara de Omena Freitas	UDN
Eraldo Malta	UDN
Henrique Equelman	PTB
Lauro Farias	PST
Lamenha Filho	UDN
Remy Tenório Maia	PL
Sinval Rodrigues Gaia	UDN
Tarcísio de Jesus	PL

A adesão dos udenistas à ARENA seguiu o movimento nacional, a UDN possuía cerca de 86 deputados, que compunham aproximadamente 34% do partido do governo.

---

<sup>98</sup> KINZO. op. cit. p.42.

Em seguida vinham os ex-pessedistas, com 78 deputados e 30,5% da representação dentro da ARENA.<sup>99</sup> O MDB alagoano, porém, seguiu sua própria tendência, enquanto na esfera nacional temos a liderança petebista como condutora do processo de formação da oposição legal, o PTB em Alagoas virá a reboque do PSP. Esse fato se deve pela pouca representatividade do partido no cenário estadual, circunstância evidenciada na condução do Trabalhismo pelos pessepistas.

A configuração do bipartidarismo em Alagoas manteve a estrutura dos blocos antagônicos do quadro político anterior, analisando as coligações realizadas para formação da ARENA e do MDB, temos, na formação da primeira sigla: UDN/PL/PSD/PST/PTB, com predominância em representação da matriz conservadora liberal udenista. No segundo caso temos PSP/PTB/PDC/PST/UDN, com promeminência da representação Trabalhista liderada pelo PSP. Observa-se, portanto, um certo continuísmo das disputas, fruto da própria artificialidade do sistema imposto. Segundo André Marengo, o realinhamento partidário ocorrido em 1966 fez surgir um trânsito cruzado “onde as siglas extintas forneceram quadros tanto para o MDB, quanto para a ARENA, havendo alguma fidelidade às alianças e aproximações anteriores a 1964, somente em Minas Gerais, Guanabara, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul”<sup>100</sup>. Esse fato não seria exclusividade do sul/sudeste, em Alagoas, o realinhamento partidário, principalmente da sigla emedebista, teria como base os vínculos políticos anteriores ao bipartidarismo. Esse fato forneceu uma relativa facilidade na formação do MDB alagoano, na estruturação dos diretórios municipais e no direcionamento das linhas de atuação. Porém, o fator mais importante dessa convergência, seria a propaganda política em torno de Muniz Falcão, o “munizismo” foi a plataforma onde os emedebistas trabalharam para conseguir adesão popular e firmar o MDB no estado.

Como fundador e presidente do MDB alagoano, a articulação de seu nome vinculado às causas populares era uma importante base de crescimento e aceitação dos candidatos emedebistas perante à sociedade. A legitimidade da luta empreendida pela sigla em 1966 partia justamente do “esbulho” sofrido por Muniz nas eleições de 1965, tratava-se, desse modo, de reaver o espaço político conquistado com o voto popular e

---

<sup>99</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior. Belo Horizonte. Revista de Sociologia e Política nº6/7, UFMG, 1996, p.205.

<sup>100</sup> SANTOS, André Marengo dos. Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1988). Tese de Doutorado, UFRGS, 2000.

subtraído pelo causuísmo das novas leis. Seu falecimento em 14 junho de 1966 em meio ao processo de estruturação do primeiro pleito eleitoral do bipartidarismo, representou um grave abalo para o MDB, ao mesmo tempo que sua morte foi o maior símbolo da campanha desenvolvida pelos emedebistas. Segundo Lins, “A gigantesca participação popular em seu enterro passou a ser considerada a primeira manifestação de massa em Alagoas contra o regime implantado em 1964”.<sup>101</sup>

Durante a campanha de 1966 o MDB projeta-se através do espectro de seu líder; sua memória é enfaticamente utilizada para caracterizar e legitimar os candidatos emedebistas. Essa atitude demonstrava a preocupação de garantir para sigla o forte apelo popular que a imagem de Muniz ensejava, além disso, almejava ser veículo da permanência do seu legado político.

Alagoanos! As ideias de Muniz Falcão precisam continuar. A bandeira que Muniz empunhou com tanto amor e carinho não pode vir abaixo. Alagoano! - em memória de Muniz, alista-te eleitor e vem formar ao lado do MDB, para tornar vitoriosa a causa pela qual o inesquecível líder do povo deu a sua vida, alista-te, está na hora!<sup>102</sup>

Além da imagem personalizada de uma expressiva liderança política, o discurso procurou demonstrar que apesar da morte de Muniz, suas ideias permaneceriam vivas por meio do novo canal oposicionista. A utilização da memória aqui possui o sentido da continuidade, estabelecendo uma certa coerência e dando unicidade à proposta emedebista. Dois elementos importantes do uso da memória podem ser analisados neste caso, utilizando o entendimento de Michael Pollak: primeiro no tocante à importância da memória como fator de construção da identidade individual e de grupo; segundo pelo caráter de continuidade e reconstrução das suas representações.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [...]. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em

---

<sup>101</sup> LINS, op. cit. p.2

<sup>102</sup> Diário de Alagoas, Maceió. Ano XIII, nº172, 08 de jul. de 1966, p.4

referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.<sup>103</sup>

Ao analisarmos o uso da memória pelos emedebistas, percebemos o esforço de vincular à imagem de Muniz Falcão como uma referência de luta e esperança, a reconstrução dessa memória possui um sentido forte de futuro. Trata-se de movimentar a propaganda política no sentido de fazer entender ao eleitorado que as causas populares defendidas durante seu governo (Muniz) serão os objetivos e metas futuros do MDB. Essa operacionalização mnemônica visava promover a aceitabilidade e dar credibilidade aos candidatos da sigla.

O exemplo de idealismo, coragem cívica e amor a boa gente alagoana que Muniz Falcão deixou aos seus contemporâneos está bem viva na consciência popular como uma bandeira desfraldada em busca de melhores dias. E esta chama vivificante que ele soube alimentar na defesa das nobres causas do povo, os seus seguidores, aqueles que acompanham sua invencível trajetória política, se dispõem a manter sempre acesa na tribuna do Congresso, na Assembleia legislativa e das Câmaras municipais. O Movimento Democrático Brasileiro será, portanto, a grande trincheira intransponível em que o povo de Alagoas se arregimentará para dar mais uma lição de democracia e coragem cívica contra seus inimigos de todas as matizes, os que, com negaças e comodismo, traíram os compromissos assumidos com o eleitorado ativo de Alagoas.<sup>104</sup>

Na mesma direção em que se buscava construir o prestígio dos emedebistas, a memória de Muniz Falcão serviu como uma bandeira incômoda para os candidatos da ARENA, apresentados como políticos oportunistas, impopulares e acima de tudo responsáveis por anular a decisão de 60 mil alagoanos nas urnas no pleito de 1965. Decorridos 30 dias do falecimento do ex-governador, o jornal Diário de Alagoas trazia a manchete “A Morte de Muniz e a festa da Arena”:

Ao 30º dia após o falecimento do invicto líder alagoano seus ferrenhos adversários, que tudo fizeram para impedir que ele assumisse o governo que o povo lhe confiara através da urnas, reunidos em festa, o qual chamaram de “convenção”, ao som de música dosada à boa bebida e com as tradicionais

<sup>103</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In; Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.5.

<sup>104</sup> Uma Bandeira de Esperança e Democracia. Diário de Alagoas, Maceió, Ano: XIV, Nº191, p.1. 12 de out, de 1966.



discurseiras tripudiam sob seus restos mortais. [...] O povo juiz sereno de todos esses acontecimentos assiste, ao longe, o seu desenrolar, e cada vez mais se convence que as manobras desenvolvidas para evitar a posse de Muniz, os empecilhos engendrados para não realização do segundo pleito [...] tinham endereço certo, visavam criar condições para que os vencidos nas urnas assumissem o poder, que o voto secreto e direto jamais lhe confeririam.<sup>105</sup>

O centralismo do discurso em nome do ex-governador, além de ser uma arma política contra seus adversários e um instrumento de legitimação, revelava uma característica importante das disputas eleitorais pré-64, quando muitos políticos agiam independentes dos programas estabelecidos por seus partidos, tecendo alianças e adaptando suas ações conforme a realidade política. No contexto pós golpe, o cenário além de sofrer influência dessas práticas, encontrava-se confuso, as novas siglas eram regidas por estatutos feitos às pressas. Trabalhar, portanto, com o simbolismo de grandes nomes sagrados pelo eleitorado, naquele primeiro momento, foi a estratégia adotada para alcançar o êxito nas urnas. O historiador inglês Peter Burke alerta que “é necessário levar os símbolos a sério, de reconhecer seu poder na mobilização do apoio político”<sup>106</sup>. É nesse sentido que o MDB alagoano direciona seu discurso;

Fala-se em votar à favor ou contra o governo (federal) não! E não, eleitores alagoanos. Não deve ser contra ou à favor do governo em que se deve votar. Mas no candidato, no nome do candidato. [...] Certos membros (da ARENA) são responsáveis diretos pelo trauma que levou Muniz Falcão a morte, Muniz era nosso pagé, o nosso comandante em chefe. E a morte de um pai deve ser vingada.<sup>107</sup>

A “vingança” seria sufragada nas urnas, através da adesão do eleitorado aos candidatos do MDB. Tratava-se de direcionar a opinião pública para uma batalha em defesa do espaço político negado, que não só anulou a decisão popular nas urnas, como levou a morte do seu líder. Seu símbolo adquiria o tom da tragédia, buscando tocar pela comoção o eleitorado, votar no MDB seria antes de tudo um ato de justiça. A figura do

<sup>105</sup> A morte de Muniz e festa da Arena. Diário de Alagoas, Maceió. Ano: XIV, N°180.17 de jul. de 1966, p.1.

<sup>106</sup> BURKE, Peter. História e Teoria Social. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.111.

<sup>107</sup> Carta aberta ao povo alagoano!. Diário de Alagoas, Maceió, Ano:XIV, N °234, 15 de nov. de 1966, p.1.

bom homem, do defensor, do líder ceifado pelos melindres inimigos, dão a toda propaganda desenvolvida a marca da contrariedade. Evitava-se críticas diretas à ditadura militar. Enquanto oposição, as críticas centravam-se nos arenistas, realçando a incapacidade destes de conduzir o estado e realizar o que a “revolução de 1964” se propunha.

As linhas de atuação da sigla são traçadas a partir da primeira convenção estadual, realizada em 10 de agosto de 1966 no Palácio do Trabalhador, onde funcionava provisoriamente a Assembleia Legislativa. Tendo por liderança o deputado Cleto Marques Luz como presidente e a presença das diretorias regionais, de membros e candidatos pela agremiação, contando ainda com grande participação popular “que tomou todas as dependências do local”<sup>108</sup>. O evento reúne pela primeira vez as lideranças emedebistas de todo o estado, no sentido de alinhar o programa nacional às expectativas locais.

Que a nossa palavra seja, antes de tudo um incentivo aos jovens e trabalhadores, enfim a todo povo da nossa terra que aguarda a nossa palavra de estímulo e de confiança na luta que estamos empreendendo em prol dos nossos destinos. O programa do nosso partido é da fidelidade e do apoio ao bem-estar social e à defesa do povo. Daí a nossa luta por eleições diretas, quando ele poderá escolher livremente os seus governantes.<sup>109</sup>

O direcionamento das ações traçadas na convenção tinham como ordem do dia: a volta das eleições diretas e do regime democrático. Em suas diretrizes gerais, a sigla firmava nacionalmente seu compromisso de estabelecer sua atuação política dentro de novos objetivos que “sem outros compromissos, presentes ou passados, representava o interesse do povo e do país”. As linhas gerais presentes no manifesto do MDB visavam:

- Fortalecimento da democracia representativa e da Federação, sob a forma republicana de governo, baseada no respeito:- à soberania popular, manifestada através do voto direto, universal e secreto;- à pluralidade dos partidos políticos; -à autonomia dos Estados e a justa distribuição de rendas públicas, de modo a revigorá-los e a dar aos municípios condições plenas para a realização das tarefas que lhes incumbem;-à harmonia e independência dos Poderes<sup>110</sup>

<sup>108</sup> Convenção do MDB foi espetáculo de Liberdade e Fé Democrática. Diário de Alagoas, Maceió. Ano: XIV, Nº202. 12 de ago. de 1966, p.1.

<sup>109</sup> Idem, ibidem.

<sup>110</sup> Manifesto Programa do MDB. TSE. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/hotSites/registro\\_partidario/mdb/manifesto\\_programa.htm](http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/mdb/manifesto_programa.htm). Acesso em 23 de set, 2015.

Para o candidato a deputado federal Djalma Falcão, a convenção era um momento único para oposição alagoana manifestar suas expectativas e propostas:

Esta reunião não se constitui simplesmente, como ato formal de representação de candidaturas aos parlamentos do país e do Estado. Sua significação transcende o terreno das grandes e históricas decisões políticas, uma vez que, neste instante, adotamos providências que influenciarão, decisivamente, nos destinos políticos da nossa terra. Congregando as forças populares tradicionalmente unidas no Movimento Democrático Brasileiro, que se constitui na maior expressão partidária organizada de Alagoas.<sup>111</sup>

Deste modo, os norteamentos das ações emedebistas seriam:

A defesa da democracia como único regime compatível com a dignidade humana; defendemos a liberdade, por conquista imperecível do homem; defendemos a justiça como norma suprema da sociedade. Defenderemos o direito que o povo tem de participar, através dos seus representantes legislativos, dos negócios nacionais.<sup>112</sup>

Para Falcão, a força e legitimidade do MDB provinha da tradição de luta nas hostes oposicionistas e populares. Neste sentido, o emedebista identifica a sigla através da memória do eleitorado, num discurso claramente revelador da continuidade das tensões políticas.

Herdeiros de um passado de lutas memoráveis em defesa das aspirações mais autênticas do povo, somos a vanguarda que sempre assegurou as grandes vitórias da consciência popular alagoana, através do soberano pronunciamento das urnas livres e democráticas. Bastaria citar como exemplo o resultado das últimas eleições de 3 de outubro do ano passado, quando, as mesmas correntes que hoje, integram o Movimento Democrático Brasileiro, elegeram com maioria esmagadora o Governador do Estado, muito embora enfrentando a sanha, a pressão e o terror do Governo Luiz Cavalcante.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> Convenção do MDB foi espetáculo de Liberdade e Fé Democrática. Diário de Alagoas, Maceió. Ano: XIV, Nº202. 12 de ago. de 1966, p.4.

<sup>112</sup> Idem, ibidem.

<sup>113</sup> Idem, ibidem.

Ari Pitombo, também candidato a deputado federal, destaca que a luta emedebista tem base nas causas populares. Seu discurso trata de temas que seriam demasiadamente explorados durante às campanhas do MDB pelo país a fora. Tratava-se de demonstrar os efeitos negativos que a “revolução” trouxera; aumento do custo de vida, da desigualdade social, perserguições e expurgos nos serviço público, e nas demais entidades nacionais.

São as donas de casa, que se organizam para combater a exploração do qual estão sendo vítimas, são os estudantes que saem às ruas para reclamar contra o aumento do custo de ensino; são os trabalhadores que através de seus sindicatos, se unem na defesa da estabilidade, já agora ameaçada de desaparecer; são os funcionários públicos que gritam pedindo melhores salários pois não podem viver com os atuais. Em última análise é o povo que grita contra o assustador aumento do custo de vida e também da liberdade. E nós que sentimos todos esses problemas angustiantes, não podemos ficar contra esse povo, que confiou em nós. [...] Eis porque surgiu o MDB. O partido do povo!<sup>114</sup>

Os posicionamentos expressam a confiança de que a mensagem do partido coaduna com os anseios populares, o partido teria o papel de canalizar a insatisfação dos que se opunham ao regime, ou mesmo daqueles indiferentes ao quadro político, mas que sentiam os efeitos econômicos e sociais no seu cotidiano, com o alto custo de vida, a ausência das liberdades individuais e as constantes perseguições que ameaçavam os sindicatos, instituições públicas e diversas outras esferas da sociedade. Esse papel de mediação política, segundo Serge Berstein, deve ser tratado com cuidado pelo historiador, ao alertar que “A realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano, o campo do político à esfera do discurso e das representações especulativas, e não existe passarela natural entre as duas”<sup>115</sup>. O espaço da mediação surge da relação entre o problema posto e as estratégias elaboradas para sua solução, cabe às forças políticas conseguir construir essa ponte entre os anseios da sociedade e o problema objetivo. Nessa tarefa, “a mediação política assume o aspecto de uma tradução, e como esta, exhibe maior ou menor fidelidade ao modelo que quer imprimir”<sup>116</sup>. A ação política emedebista tendo como principal meta o retorno ao regime democrático, não se furtava de dialogar com os problemas concretos. Esse papel, mesmo limitado, conferia ao

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>115</sup> BERSTEIN, Serge. “Os Partidos”. IN : Por Uma História Política; REMOND, René (org). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.60-61.

<sup>116</sup> Idem, *Ibidem*.

partido o sentimento de ser portador de um discurso de salvação, de mudança real, de congregar em si as aspirações daqueles que se viam insatisfeitos com os rumos que o país tomava, em outras palavras, reforçava o caráter de Frente popular da sigla.

Mesmo de forma sucinta, o programa do MDB procurava traçar sua ação política em torno de pertinentes temas: na defesa das liberdades individuais num cenário em que a democracia se fazia cada vez mais ausente; na crítica das políticas econômicas do governo federal, ao alto custo de vida e à profunda desigualdade social presentes na sociedade brasileira. É possível identificar também a presença de pontos importantes do período pré-64, como a defesa da Reforma Agrária, das reformas estruturais, da legislação trabalhista, o desenvolvimento de uma política de afirmação nacional;

V - Realização de reformas estruturais que assegurem a integração de todas as classes sociais, especialmente da juventude, dos trabalhadores e dos intelectuais, no processo político brasileiro, que contribuam para o aprimoramento da prática do regime democrático e possibilitem a elevação do nível econômico e cultural dos brasileiros.

VIII - Política de reforma agrária que realmente condicione uso da propriedade ao bem-estar social, promova o acesso ao domínio da terra ao maior número e estenda aos trabalhadores do campo o gozo dos direitos assegurados na Legislação do Trabalho e da Previdência Social.

X - Preservação da política estatal do petróleo, controle e aproveitamento das riquezas minerais e energéticas, no interesse do País.

XI - Manutenção e aperfeiçoamento da Legislação do Trabalho e da Previdência Social, exercício do direito de greve autonomia dos sindicatos.

XV - política externa de afirmação nacional, de preservação da paz e de aproximação com todos os povos, especialmente com a América Latina e os países em desenvolvimento, para defesa de interesses comum.<sup>117</sup>

Percebe-se pela própria base que formava o MDB, a grande influência das pautas outrora defendidas pelos nacionalistas. Essa presença podia ser identificada como um ato de coerência partidária, mesmo levando em conta que os quadros mais ideológicos do partido haviam sido expurgados nos primeiros ventos revolucionários. A ala moderada restante manteve como linha de atuação uma identificação com as pautas trabalhistas/nacionalistas, o que favoreceu, de certa maneira, na tentativa de manutenção das antigas bases eleitorais. Nesse sentido estrutura-se o MDB alagoano, devido seu surgimento representar uma nova face do antigo PSP, e conseqüentemente receber como espólio toda sua máquina partidária. A manutenção das bases eleitorais representou nos

---

<sup>117</sup> Manifesto Programa do MDB. (op. cit.).

primeiros anos da agremiação um importante espaço de atuação, mas precisamente direcionado ao funcionalismo público e às classes baixas/médias urbanas do estado. A manutenção do eleitorado de outrora, segundo os emedebistas, tornava a sigla o partido de maior expressão popular do estado, o que representaria uma relativa vantagem sobre a ARENA. Todavia, nem sempre as expectativas correspodiam diretamente à realidade. As dificuldades surgidas durante o ano de 1966 colocavam o MDB em constante alerta sobre a manutenção de sua própria existência. O frágil terreno político em que se acentava a atividade parlamentar, em especial da oposição, levava ao descrédito grande parte do eleitorado. A oposição entendia que o real poder decisório estava centralizado nas mãos dos militares, e que ao parlamento cabia pouco, ou quase nada, a não ser homologar os atos do governo. Esse entendimento, entretanto, não impediu que a campanha de 1966 trouxesse denúncias e questionasse a ditadura militar.

## 2.2 – Primeiro desafio: As eleições 1966.

**“Tudo que é da Arena, Livrai-nos Senhor!  
Cordeiro de Deus que tirais o pecado do mundo, perdoai os pecados da  
“Revolução”  
Cordeiro de Deus que vê-des tanta corrupção, perdoai os corruptos da  
Arena, pois o governo já os perdoou.  
Cordeiro de Deus que protegeis os fracos e oprimidos, livrai o MDB da  
sanha dos Arenosos.”<sup>118</sup>**

Para René Remond “a campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato [...] é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião”.<sup>119</sup> É de fato um momento fundamental para perceber as correlações de força dentro de um campo político. A História Política

<sup>118</sup> Ladainha do Povo. Diário de Alagoas. Maceió. Ano: XIV, Nº225. 6 de nov. de 1966.p.1.

<sup>119</sup> REMOND, René (org). “As eleições” IN: Por Uma História Política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.49.

Renovada<sup>120</sup> tem possibilitado o estudo das campanhas políticas de maneira a não ter como único foco seus resultados, mas também o entendimento de sua construção através dos discursos produzidos pelos seus atores sociais. Esse direcionamento nos possibilita compreender a dinâmica de um processo eleitoral, e de uma maneira mais objetiva a relação entre expectativa e realidade.

As primeiras eleições do sistema bipartidário são permeadas por grandes expectativas tanto dos militares como das novas siglas. Para os primeiros seria a prova de fogo da eficácia de sua engenharia política, garantindo uma importante base que seria fundamental para institucionalização da ditadura militar. Para os segundos, além de ser um momento de busca pela permanência na carreira parlamentar, representava, em especial para o MDB, o desafio de construir um discurso oposicionista em meio às intempéries que obstruíam sua ação. Os obstáculos não foram poucos, em plena campanha eleitoral, o presidente Castelo Branco usava os dispositivos do AI-2 para cassar o mandato de seis deputados do MDB, gerando um mal-estar no Congresso que desembocaria no seu fechamento em 20 de outubro de 1966. A campanha se dá, dessa maneira sob um forte clima de coação, a advertência não podia ser mais clara; qualquer ato audacioso poderia resultar em severas consequências para os candidatos.<sup>121</sup>

Os emedebistas movimentavam-se em solo movediço, num cenário em que as regras do jogo poderiam ser mudadas a qualquer momento, sempre em prejuízo para os oposicionistas. Esse caso revelava o paradoxo em que o sistema político havia chegado, o parlamento, engessado de seus poderes, não teria o mínimo direito à contestação. Como exercer qualquer atividade parlamentar desse modo? Como ser oposição nessas condições? Muitos emedebistas chegaram à conclusão que a autodissolução do partido seria a estratégia a ser adotada. Todavia, essa atitude não representava nem os interesses do governo, muito menos o grosso do partido, cuja o ato representava o fim de suas carreiras políticas. Entretanto, não é possível desconsiderar que dentro dos quadros da sigla havia aqueles que “acreditavam que o MDB tinha um papel importante, consideravam que manter o partido vivo significava, pelo menos, conservar o estreito

---

<sup>120</sup> Cujo livro de René Remond acima citado é uma obra manifesto em busca de uma nova História Política que se torna cada vez mais interdisciplinar e de maior abrangência, redefinindo o espaço de atuação do político.

<sup>121</sup> KINZO. op. cit. p.101.

espaço político permitido [...] e assim nutrir os sentimentos oposicionistas.”<sup>122</sup> Não é possível, desta forma, examinar a atuação do MDB sem levar em conta essas peculiaridades.

Para analisarmos a campanha do MDB alagoano no pleito de 1966, utilizamos como fonte os comícios registrados pelo Departamento de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE)<sup>123</sup>. Esses documentos nos permitem tanto entender a dinâmica da campanha, como a preocupação dos órgãos repressivos em monitorar os discursos dos candidatos. Revelam também uma postura de maior contestação ao regime militar, diferindo da prudência que pautava as linhas editoriais do jornal emedebista Diário de Alagoas.

Os comícios iniciados em 15 de outubro e finalizados em 12 de novembro versam sobre as diversas preocupações dos emedebistas, além de serem incisivos na busca pela legitimação popular face ao novo regime. Dentre os temas, podemos destacar: a luta pela redemocratização, contra a censura, a repressão política e as perseguições, e as cassações arbitrárias. Presentes também estão críticas aos arenistas e à política econômica do governo Castelo Branco.

O primeiro comício da campanha é realizado no bairro da Ponta Grossa em Maceió, trazendo diversos oradores, dentre eles o funcionário do Fomento Agrícola, Jorge Omena dos Santos, que discursa:

Bravo povo da Ponta Grossa e Alagoas; estamos vivendo agora desta perseguição ao MDB, são eles que nos fazem correr da luta pela redemocratização, estamos nesse momento pedindo ao povo para nós juntos no dia 15 de novembro ir a vitória e derrotando esse governo que ai está, se me cassarem por dizer a verdade que me cassem<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> KINZO. Op. cit. p.98.

<sup>123</sup> Através do projeto do Arquivo Nacional Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) realizado em 2010 em parceria com o Arquivo Público de Alagoas e a Universidade Federal de Alagoas, foi possível resgatar todos os comícios da campanha emedebista de 1966 em Maceió.

<sup>124</sup> Arquivo Público de Alagoas. Acervo Memórias Reveladas/Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE). Comícios do MDB/1966. ALAPA, XX DOP.0.DOC.76.



As perseguições são recorrentemente destacadas nos discursos. Para o militante Artanham Marcelino:

O povo está sendo amarrado pelo pescoço, o povo está amedrontado porque não pode falar em público, o seu sindicato está ameaçado. Eles cassam mandatos mas não cassaram a consciência do povo. Nos temos candidatos fortes capazes de suportar essas circunstâncias. Nos estamos com o povo e com os estudantes pela libertação de nossos direitos. Eles dizem que se os nossos candidatos forem eleitos, serão cassados, eles dizem o voto do povo é nulo, mas nos esperamos decisivamente o dia 15.<sup>125</sup>

As críticas prosseguem no segundo comício, realizado no dia 16 de outubro, na Praça São José, distrito de Fernão Velho; bairro com grande concentração de trabalhadores fabris;

Povo! Lutamos pela libertação dos nossos direitos que foram usurpados pelo governo federal, então devemos repudiá-lo; operários empunhemos a bandeira do MDB, pela redemocratização do país, porque só assim teremos nossa liberdade que foi roubada pelos ladrões do poder; o regime que ai está implantando por corruptos e ladrões desde 1964 meu povo! Só tem trazido fome e miséria a todos os brasileiros!<sup>126</sup>

O candidato a vereador Sebastião Teixeira Neto discursa;

Operários de Fernão aqui estou para combater ao lado de vocês os problemas nacionais, estaduais e municipais; com a ditadura que ai está não podemos continuar, o povo passando fome e vivendo em completa miséria, operários lutem ao lado do MDB!, para que tenhamos liberdade de falar e pensar; o Governo Federal tirou o que de mais importante o operário brasileiro tinha: a estabilidade, o povo votando no MDB, está combatendo a carestia, está baixando o custo de vida; o MDB é a bandeira da libertação nacional; se todos assim pensarem teremos direito de eleger nossos governantes, porque fomos espoliados pelos atuais ditadores que usurparam o direito do nosso povo de falar e pensar.<sup>127</sup>

As falas dos candidatos procuraram tocar o cotidiano, os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Assumindo essa postura nos comícios, os emedebistas aproximavam-se de temas mais perceptíveis a realidade da grande maioria do

---

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> Idem.

<sup>127</sup> Idem.

eleitorado. Faziam, deste modo, os primeiros enfrentamentos diretos com a ditadura militar - elencado como responsável pela difícil situação econômica e política do país. A política de “fome” do governo Castelo Branco é constantemente citada como um dos motivos do país viver em completa miséria, refém de uma descontrolada inflação que atingia diretamente no custo de vida da população.

Nossa bandeira é a luta contra a carestia [...] não podemos falar de democracia quando um governo não se interessa e nem pode com os problemas do povo, temos que combater a miséria. [...] O problema que mais atinge o povo é a inflação. Não podemos admitir democracia onde o povo não tem onde morar, não tem o que comer, não pode estudar, porque atualmente o povo tem sido roubado em suas reivindicações.<sup>128</sup>

A “revolução” não teria sido capaz de sanar os problemas nacionais, além de aprofundá-los, mergulhava os brasileiros num regime de exceção que restringia os direitos individuais mais básicos. Desse modo, a bandeira emedebista passa a ser a da “Libertação Nacional”, a redemocratização do país é a ordem do dia. Aos arenistas recaia a culpa de compactuarem com a permanência da política autoritária do Governo Federal, distantes das causas populares, identificados nas arbitrariedades que tolhiam o direito das urnas livres. Em comício realizado em 23 de outubro na Avenida Siqueira Campos no distrito do Prado, o militante Artanham Marcelino destacava:

Povo do Prado desde o começo do mundo dois lados sociais se definem-se na política e na religião. O lado mais favorecido e o menos favorecido [...] Fazemos parte de um movimento que luta ao lado do povo. Nós estamos do lado de cá, os outros do lado de lá, o que mais sentimos foi a morte de Muniz Falcão, pelos inimigos do lado de lá. Eu não acredito que um povo trabalhador vá eleger um partido que esmaga, amodarça e expolia a população. [...] Apesar de não podermos falar porque estamos amarrados pela cintura, amigos só um caminho a seguir para libertação, se nos unirmos aos candidatos do MDB.<sup>129</sup>

Na mesma direção, em comício realizado no dia 1 de novembro na praça Força Total no distrito de Bebeouro, falava o candidato a deputado Antônio Barros de Castro, tecendo críticas a ARENA:

---

<sup>128</sup> Idem, Ibidem.

<sup>129</sup> Idem.

Todo mau do Brasil é praticado pelos poderosos ARENISTAS, que é o partido do Castelo Branco. Estes políticos que tão monstruosamente suga, sacrificam e humilha nossa gente; portanto eleitores amigos eu peço aos senhores que não votem nos famigerados candidatos da ARENA, porque votando estão ajudando o ditador Castelo Branco; vote nos candidatos do MDB; só assim estamos retirando esta nuvem negra que cobre a Nação desde o dia 31 de março de 1964, implantada pelo antropófago Presidente da República.<sup>130</sup>

As críticas à incapacidade da ARENA seguiram por todos os comícios realizados pela sigla. Em 11 de novembro na rua General Hermes no distrito do Bom Parto, o candidato Ari Pitombo declarava:

Amigos do Bom Parto, aqui estou para alerta-vos sobre o momento que se aproxima, temos atualmente dois partidos a ARENA e o MDB, este último é o que luta contra violência, contra a fome a miséria; contra este governo ditador que ai está!, contra essa política financeira que vemos atualmente. [...] Todos os deputados que votaram a Lei que tira estabilidade do trabalhador são da ARENA [...] por isso não podemos votar nesses candidatos. Vamos a redemocratização com os candidatos do MDB!<sup>131</sup>

Seguido pelo candidato a deputado Mello Mourão:

O Movimento Democrático Brasileiro é a luta pela redemocratização do país, é a liberdade do povo e não a ditadura implantada a mão armada. [...] advirto aos senhores que tomem cuidado no dia 15 quando entrarem nas cabinas devassadas com estes bandoleiros da ARENA.<sup>132</sup>

Do lado arenista a contrapropaganda foi largamente utilizada, espalhava-se ao eleitorado que era inútil votar nos emedebistas, pois todos teriam os mandatos cassados após as eleições. Somava-se a isso a identificação que se fazia dos candidatos da sigla como “subversivos”. Às vésperas da eleição em 12 de novembro de 1966, os emedebistas acusavam a ARENA de distribuir “por debaixo das portas, manifestos mimeografados concitando o povo a não votar ou a votar em branco”<sup>133</sup>. Denunciavam também o quadro de coação que os eleitores sofriam no interior, destacando o caso do município de Anadia:

---

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> O Manifesto da ARENA. Diário de Alagoas. Maceió. Ano: XIV, 13 de novembro de 1966, p.1.

Coação psicológica é o trato dado pelo prefeito ao funcionalismo municipal. O prefeito Zeca Barros sai de casa, exigindo dos servidores municipais que votem nos candidatos da ARENA. No caso de vitória da ARENA, tão logo se saibam os resultados, determinará o pagamento dos servidores. Este estado é o maior atestado de corrupção e pressões eleitorais.<sup>134</sup>

Para os emedebistas os maiores inimigos do pleito seriam o “cabresto e a fraude”, principalmente no interior onde as eleições sempre estiveram sujeitas ao domínio das lideranças políticas locais, nesse sentido, era preciso “ir às urnas protestar” não cedendo às coações dos arenistas<sup>135</sup>. Essa atitude para os candidatos do MDB representava o medo que os arenistas tinham da derrota, já cientes da “ojeriza” que o povo lhes devotava.

Outro fator de coerção aos emedebistas na campanha de 1966 era a constante vigilância dos agentes da DOPSE. Presentes em todas as manifestações públicas da agremiação, tratavam de registrar cada ação, gravando e elaborando relatórios dos comícios realizados. Do comício realizado no dia 02 de novembro na rua João Lício Marques no distrito do Prado foram produzidos os seguintes relatórios dos emedebistas:

**Jorge Omena dos Santos:** Fez severas críticas a Revolução, alegando que estamos numa ditadura, que os ladrões tomaram a liberdade de falar e votar, chamou o Cel. Luiz Cavalcante de corrupto, subversivo e ladrão, empregando as mesmas palavras ao Gal. José Bittencourt, ex-secretário de segurança, acusou a Polícia Federal de ter cometido arbitrariedades contra operários e camponeses e aos correligionários do falecido Muniz Falcão.

**Roberto Tavares Mendes:** Acusou o movimento revolucionário de ter cassado o mandato de seu irmão Robson Mendes, injustamente, que não tem medo dos revolucionários.

**Sebastião Teixeira Neto:** Atacou o movimento de 31 de março de 64, chamando a revolução de fome e de miséria, de que não temia cara feia nem ameaças e nem perseguições dos poderes constituídos.

**Paulo Ferreira de Araújo:** Atacou sistematicamente a Revolução, dizendo que a mesma está desmoralizada, que não tem medo de ser preso pelos gorilas, porque está ao lado do povo, contra a ditadura, implantada desde 1 de abril de 1964.

**Djalma Falcão:** Acrescentou que não vivemos numa democracia e sim num regime de ditadores militares.

---

<sup>134</sup> Idem, Ibidem.

<sup>135</sup> Fraude e cabrestos eleitorais, inimigos ferrenhos do povo. Diário de Alagoas. Maceió. Ano: XIV, Nº234. 15 de nov. de 1966., p.1.

**Hélio Taveiros:** Atacou a Revolução chamando-a de democracia de ladrão, onde o povo não tem liberdade, não podendo falar.<sup>136</sup>

No dia 4 de novembro, na praça Maravilha no distrito do Poço os agentes da DOPSE registravam os discursos “colocando em destaque os que fizeram pronunciamentos contrários a Revolução”. Dentre eles;

**Artanham Marcelino:** Atacou os poderes constituídos, dizendo que em 1930 o povo fez a revolução para defender a democracia brasileira, em 1945, os brasileiros participaram do conflito para defenderem a democracia mundial. Porque não libertarmos o país desse regime que ai está? INCENTIVANDO (sic), o povo, fazendo severas críticas a eleição do Mal. Costa e Silva, declarando que 298 homens conseguiram ludibriar 80 milhões de brasileiros, impedindo-os de elegerem com voto popular o seu presidente, adiantou que no Brasil existe uma democracia esfacelada, onde não há liberdade de pensamento.

**Francisco Guilherme Tobias Granja:** Fez severas críticas atacando o presidente Castelo Branco, em seu discurso inflamado declarou o seguinte: Apresento-me em público trazendo meus protestos e repúdio ao Presidente da República. Protestos estes das donas de casa, operários, camponeses e enfim da juventude brasileira, oprimida pelo Governo Federal. Ontem o povo brasileiro foi usurpado do direito de eleger o Presidente da República, tentaram calar minha voz, começando com o dinheiro do corrupto e assassino Luiz Cavalcante, trazendo do Rio de Janeiro marginais assalariados, para oprimir e humilhar o povo alagoano, trouxe o corrupto e ladrão Cel. Bittencourt, acompanhando dos assalariados da Polícia Federal. [...] A imprensa está corrompida porque o único jornal do povo está fechado (Diário de Alagoas); Uma lei foi aprovada pelo governo para calar nossos colegas de faculdade, os trabalhadores sofreram as maiores violências, tiraram o direito de greve, a vez é dos patrões. Portanto chegou a hora de decidir sobre esse plebiscito; o povo do sertão e do agreste irá responder pelo assassinato de Muniz Falcão. No dia 15 de novembro vocês dirão se estão de acordo com atual emissão de papel moeda do governo, que superou todas as outras desde Deodoro à João Goulart. Só o povo pode cassar mandatos, cassem portanto os mandatos daqueles que apoiam o atual governo. Fez severas críticas ao governo Castelo Branco, chamando-o de corrupto por várias vezes.<sup>137</sup>

Em algumas ocasiões os emedebistas tinham ciência da vigilância em torno de suas ações. Em 19 de outubro no distrito da Pitanguinha, o candidato do MDB Castro Filho falava:

<sup>136</sup> Arquivo Público de Alagoas. Acervo Memórias Reveladas/Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE). Comícios do MDB/1966. (op, cit.)

<sup>137</sup> Idem.

[...] os revolucionários de ontem são os algozes de hoje, segundo eles diziam há épocas passadas que o Brasil ia sair do [parte em branco] agora eu pergunto, por acaso não estamos marchando para o desconhecido? O que vemos é estudantes, radialistas, políticos sendo taxados de subversivos. [...] vemos agora a atitude vergonhosa, anulando 63 mil votos do povo alagoano [refere-se a eleição de Muniz Falcão no pleito de 1965]. Atentem bem amigos, pois estamos sendo gravados pela polícia!

Além da eterna vigilância em torno dos candidatos e dos mecanismos de contrapropaganda utilizados em seu desfavor, o MDB teria um adversário a mais para preocupar-se: o voto em branco. A preocupação com o grande número de abstenções levavam os emedebistas a um trabalho duplamente difícil, tratar de convencer o eleitorado que mesmo com a vida política do país sinalizando para debilidade da representação parlamentar, ainda assim, era preciso ir às urnas sufragar o nome daqueles que carregavam “as tradições políticas cívicas” do estado.

Entristecemos-nos, quando ouvimos alguém dizer que não vai mais votar. [...] somos os únicos responsáveis pelos nossos destinos. Ao povo brasileiro e sobretudo ao povo alagoano não cabe a pecha de covardes. [...] Não vos esquivéis de votar, povo alagoano, da capital e do interior; não voteis em branco, isso seria construir nossa própria ruína. Escolhei os candidatos do Movimento Democrático Brasileiro.<sup>138</sup>

As manchetes do Jornal Diário de Alagoas, apesar dos percalços, procuravam demonstrar o otimismo e a confiança de que o MDB poderia constituir-se como alternativa aos candidatos da ditadura militar; “Bandeira de libertação e esperança é conduzida pelos candidatos do MDB” (14/10/1966); “Fernão velho recebe oposição em verdadeiro delírio cívico” (16/10/1966); “Vibração cívica nos comícios emedebistas” (22/10/1966); “prelúdio da vitória do MDB começou em São Luiz com a adesão cívica do povo” (30/10/1966); “MDB prega campanha da resistência democrática” (01/11/1966); “povo de Alagoas se organiza para dizer não a Revolução!” (06/11/1966); “Incontida vibração popular no comício de encerramento do MDB” (13/11/1966); “Povo alagoano vai julgar os inimigos da democracia” (14/11/1966).

Na reta final da campanha o jornal oposicionista trazia a mensagem “O Povo Julgará”, alertando os eleitores de que era chegado o momento de manifestar-se contra o

<sup>138</sup> Alagoanos deveram votar contra os responsáveis pela falta de liberdade. Diário de Alagoas. Maceió, Ano: XIV, Nº206. 12 de out. de 1966, p.1.

“atual estado de coisas”. A luta pela redemocratização se faria através das urnas, onde o povo, apesar do quadro crescente de repressão, poderia apresentar sua repulsa e protestar votando nos candidatos emedebistas.

O povo na sua sensibilidade não irá fugir dessa luta. Sua convicção será a de levantar a bandeira da democracia. [...] Os sofrimentos foram terríveis, os calabouços, os presídios infectos, serviram de palco para as mais atrozes violências contra a moral e o físico do povo. A polícia torturou impiedosamente. Os delatores vulgares, censuraram jornais, violaram residências, denunciaram torpemente, espancaram e processaram criaturas humanas, debaixo do pretexto de serem comunistas. O povo não esqueceu!. O dia do julgamento será o 15 de novembro!<sup>139</sup>

Se o MDB representava a bandeira de luta e libertação, a ARENA cumpriria exatamente o papel oposto, votar nos arenistas seria compactuar com um sentimento antipopular, favorável à continuidade dos arrochos econômicos e das medidas repressivas ao qual todos achavam-se suscetíveis. No fogo cruzado em que se desenvolveu a campanha de 1966, os dois blocos políticos alagoanos, representados agora sobre as siglas do bipartidarismo, utilizaram todas as armas possíveis.

O jornal emedebista trazia diariamente em suas páginas a coluna “Em quem devemos votar”, onde fazia um pequeno resumo de seus candidatos, credenciando-os para às urnas. A composição mais representativa da sigla possuía origens diversas desde professores universitários, como Eliseu Diógenes, João Fireman, Mello Mourão; funcionários públicos, como Manoel Aureliano Reis, João Damasceno, Jorge Omena, Nathan Barreto, Pereira de Lucena; bachareis em direito, como Lumar Machado e Vinicius Cansansão; proprietários rurais, como Manoel de Medeiros, Luiz Malta Gaia, Rubens Canuto e Eliseu Teixeira. Além dos quadros de maior relevo da agremiação como os herdeiros políticos de Muniz Falcão: Djalma Falcão, Alcides Falcão e Ari Pitombo, além de políticos já tradicionais, como Pedro Timóteo, Armando Soares, Antônio Amaral e Silvestre Péricles. Em menor proporção, mas de importante relevância também faziam parte estudantes, jornalistas e líderes comunitários.

Se as candidaturas para a legislatura estadual e federal apostavam numa variedade significativa de nomes, para disputa do principal cargo majoritário em questão, o senado, o MDB optou por nomes de peso eleitoral. Desse modo, a

<sup>139</sup> O Povo Julgará!. Diário de Alagoas. Maceió. Ano: XIV, Nº223. 1 de nov. de 1966, p.4.

candidatura de Silvestre Péricles para o Senado e Alba Muniz Falcão para suplente visava conquistar os eleitores através do equilíbrio, levando em conta a influência política de Péricles, pleiteando sua reeleição, e o simbolismo de ter como suplente a cônjuge do popular Muniz Falcão.

Mesmo com todas as estratégias adotadas, o pleito de 1966 representou para o MDB uma derrota significativa, elegendo apenas 4 senadores contra 18 da ARENA, que conquistou a maioria das cadeiras ao legislativo estadual e federal. Em Alagoas, os emedebistas conseguiram eleger 11 deputados estaduais e 4 federais, perdendo a disputa majoritária ao Senado, como vemos abaixo:

<b>Deputados Estaduais eleitos em 1966 - MDB<sup>140</sup> (Quadro IV)</b>	<b>Votos</b>
Higino Vital da Silva	2930
Elísio da Silva Maia	2818
Rubens de Mendonça Canuto	2632
Alcides Muniz Falcão	2613
Diney Soares Torres	2499
Antônio Guedes do Amaral	2423
Antônio Lopes de Almeida	2126
Moacir Lopes de Andrade	1954
Roberto Tavares Mendes	1899
Luiz Coutinho	1829
Ademar Medeiros	1756

<b>Deputados Federais eleitos em</b>	<b>Votos</b>

<sup>140</sup> TRE divulga resultados oficiais do pleito. Jornal de Alagoas. Maceió. Ano:58º, Nº:260. 6 de dez. de 1966, p.1.



<b>1966 – MDB</b>	
Djalma Falcão	14087
Cleto Marques Luz	8854
Aloysio Nonô	6327
Vinicius Cansansão	5567

No balanço da derrota, os emedebistas consideraram cumprido seu papel de oposição: “encorajamos a todos com a nossa mensagem de fé nos verdadeiros anseios democráticos”<sup>141</sup>. É difícil, contudo, analisar se o voto obtido pelos emedebistas estava relacionado às propostas defendidas durante a campanha; muitos dos candidatos eleitos já possuíam suas bases eleitorais em seus respectivos municípios. Perceptível, porém, é a forte herança do munizismo na bancada que se forma. Essa característica estará presente durante os primeiros anos de existência da sigla, refletindo a permanência do projeto político trabalhista de Muniz Falcão em seus herdeiros políticos.

Apesar de poucos em representação, o MDB alagoano contou com a formação de um bloco que convergia para um direcionamento alicerçado em convicções comuns. Esse fato, mostrava-se importante, quando levamos em conta o vazio político institucional que a artificialidade do bipartidarismo havia criado na vida nacional. O partido enquanto oposição nasce com o *dna* das lutas políticas engendradas pelo extinto bloco trabalhista nacionalista do pré-64, enfrentando, por isso, todo um aparato estatal e midiático dos liberais conservadores arenistas - apoiadores e mantenedores da ditadura militar em Alagoas.

Coube aos emedebistas organizar seu papel dentro do parlamento e sua inserção dentro das principais pautas nacionais. Além do desafio de articular-se sendo minoria na esfera estadual e federal, tendo como adversidade o aparelhamento do estado pelos arenistas.

---

<sup>141</sup> Adeus Alagoanos! Diário de Alagoas, Maceió. Ano:XIV, Nº239. 23 de nov.de 1966, p.1.

### **3. – RECRUDESCIMENTO DA DITADURA MILITAR E A DERROTA OPOSICIONISTA (1967-1970).**

#### **3.1 – Ensaio de liberalização e compressão: Militares, MDB e Sociedade Civil.**

A transição entre os anos de 1966 e 1967 inaugurou uma nova etapa no processo de consolidação da ditadura militar brasileira. É um período de institucionalização dos mecanismos de controle da sociedade civil e reformulação das políticas econômicas. Esses dois pontos seriam o cerne das preocupações dos militares durante todo período da ditadura. Para consolidar a “revolução” era necessário torná-la permanente, garantindo não só pela repressão, mas por todo um aparato legal, o controle da sociedade civil e dos poderes legislativo e judiciário. A imagem dos militares, contudo, partia de um ponto delicado na correlação entre a força e a legitimação. Ao mesmo tempo que os expurgos tolhiam os direitos de milhares de cidadãos, os militares buscaram manter uma “imagem democrática” de “saneamento moral e econômico”. As contradições e dificuldades desse processo eram evidentes.

O Governo do Marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967) desde sua gênese oscilava entre as medidas autoritárias, representadas pelas diversas prisões, cassações, demissões e sua promessa de reconduzir o país à “normalidade democrática”.<sup>142</sup> Essa normalidade, todavia, não representaria um retorno à estruturação política do pré-1964. Para os militares, o quadro político anterior ao golpe de 1964 representava um quadro de improbidades administrativas, insegurança, irresponsabilidades diversas que conduziram o país à desordem política e econômica. Para Castelo a função dos militares acima de tudo era moralista, nesse sentido, as Forças Armadas exerciam o poder moderador ou arbitral em meio às ameaças, desvios do meio político ou crises institucionais. É neste sentido que em agosto de 1966,

---

<sup>142</sup> Neste sentido José Paulo Netto destaca que “Castelo Branco e os homens da “Sorbonne” estiveram empenhados [...] em preservar as formalidades que adornavam a ditadura com aparências de compromissos democráticos. Mesmo expurgando, o Congresso Nacional funcionava, os partidos políticos, mesmo mutilados, preparavam-se para o embate eleitoral.” - NETTO, José Paulo. Pequena História da Ditadura Brasileira. São Paulo: Cortez, 2014, p.98.

Castelo Branco se dirige ao então interventor alagoano em exercício General José Tubino<sup>143</sup>:

Há muito era meu desejo visitar Alagoas, cuja exigüidade territorial não a faz menos segura nos serviços ao Brasil, ou menos admirada dos brasileiros. [...] Tanto maior é a minha satisfação quando verifico que, superadas antigas dissensões, encontro o vosso Estado pacificado e entregue tranqüilamente ao trabalho de que irá surgir a vossa prosperidade. E os meus votos são por que a grande obra de paz aqui realizada graças ao descortínio, à habilidade e à dedicação do vosso ilustre Interventor, general João José Batista Tubino, seja suficientemente duradoura para que os alagoanos, reconciliados, possam esquecer o que o tempo inevitavelmente sepultará. A sua profícua administração criou condições de prosperidade, firmou o princípio da autoridade e deu aos alagoanos segurança de cidadania<sup>144</sup>

José Tubino chega em Alagoas com o objetivo de “pacificar” e estabelecer a autoridade necessária para garantir os interesses da “revolução” no Estado. Em seu tempo de gestão (fevereiro a setembro de 1966) procurou serenar os ânimos dos grupos políticos alagoanos e fortalecer o partido do governo federal (ARENA). Como indica as colocações de Castelo Branco em sua visita à capital alagoana;

Era mister dar ao País uma estrutura política sólida e capaz de servir de suporte político à Revolução. Foi o que fizemos através da ARENA, organização partidária na qual se reuniram quantos acreditam benéfico à Nação implantar os ideais revolucionários. Hoje, no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas, nos municípios, na opinião pública, é ela o maior núcleo político eleitoral do Brasil, congregando prestigiosos elementos de todos os Estados. Certos de que a Revolução, para o seu bom êxito e a sua continuidade, necessitava de largo apoio político, não procuramos fomentar discórdias ou suscitar rivalidades. Pelo contrário, na medida em que nos foi possível, sem prejuízo dos princípios e objetivos que nos nortearam, esforçamo-nos para apagar diferenças, abolir querelas, extinguir dissensões. Muitos tiveram de ceder em benefício da coletividade, outros precisaram sacrificar interesses ou renunciar a legítimas aspirações, e a todos estes! está o País a dever um reconhecimento.<sup>145</sup>

Esse papel de fortalecimento da ARENA, como vimos no capítulo anterior,

<sup>143</sup> João José Batista Tubino (1905-1982) foi nomeado interventor federal em Alagoas pelo presidente da República, Castelo Branco em 1966, em virtude da crise ocorrida no estado após o pleito de outubro de 1965 (ver capítulo anterior). Exerceu a interventoria até setembro do mesmo ano, quando foi substituído por Antônio Lamenha Filho, governador eleito pela Assembléia Legislativa. Durante esse período foi membro do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo fundada em 1962 e que desenvolveu intensa propaganda anticomunista através de cursos, seminários e artigos publicados em jornais e revistas, tendo participação destacada no golpe que derrubou o presidente João Goulart em 31 de março de 1964.

<sup>144</sup> Biblioteca da Presidência da República: A Revolução de 31 de março e as reformas. Saudação ao Interventor João José Batista Tubino pelo Presidente da República Marechal Castelo Branco. Sede do Governo do Estado, 13 de agosto de 1966, p.53.

<sup>145</sup> Idem, p.56.

buscava criar uma base de sustentação política para o governo no Congresso Nacional, sustentando a imagem de um regime democrático, uma vez que permitia a estruturação de um partido de oposição. A estratégia visivelmente tornava-se paradoxal, uma vez que contrariados os interesses dos ditadores, a mão de ferro coercitiva dos militares suspendia mandatos, processava parlamentares e fechava as casas legislativas. Castelo Branco pedia “compreensão e tolerância para os sacrifícios”<sup>146</sup>, em outras palavras, o poder dos militares deixava claro que a política e a sociedade seriam geridos conforme os interesses da cúpula militar. Apesar da dicotomia, caberia à ARENA ser o braço político da ditadura militar, senão com poder decisório, através da legitimação das medidas tomadas pelo governo federal. Nesse ínterim, a sigla teria todo apoio necessário para consolidar-se e dominar as esferas de poder municipal e estadual.

Em setembro de 1966 o deputado Lamenha Filho<sup>147</sup>, usineiro e membro das elites agrárias do estado, presidente da Assembleia Legislativa Alagoana, é escolhido governador do Estado por Castelo Branco<sup>148</sup>. Seu nome foi escolhido através da lista tríplice que os Colégios Eleitorais de cada Estado eram obrigados a enviar para homologação do Presidente da República. Seus concorrentes foram Afrânio Lages e Segismundo Andrade, ambos políticos ex-udenistas. Sua indicação representava a continuação do mesmo projeto político liberal conservador ensejado nas administrações de Arnon de Mello e Luiz Cavalcante. Como vimos, os antigos udenistas agruparam-se sobre a sigla da ARENA e com o apoio dos militares não tiveram problemas em estabelecer sua hegemonia política em todo período ditatorial.

O processo de escolha indireta do governador, contudo, não passou a salvo das críticas dos deputados emedebistas. Ainda em agosto de 1966 reunidos em convenção estadual, o partido decretava sua abstenção na eleição indireta, tanto para o executivo

---

<sup>146</sup> “Castelo pede compreensão e tolerância para os sacrifícios”. *Jornal de Alagoas*. Maceió. Ano:57, Ed:74. 2 de abr de 1966, p.1.

<sup>147</sup> Filho de Antônio Simeão de Lamenha Lins e de Olímpia Lins Lamenha. Foi membro do PSD e foi eleito prefeito de sua cidade natal, São Luis do Quitunde (AL) em 1950, eleito deputado estadual em 1954, 1958 e 1962. Favorável à queda do presidente João Goulart e presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas por sete anos, filiou-se à ARENA após o bipartidarismo, e governou Alagoas a partir de 1966 até 1971, por indicação do Gal. Castelo Branco. Faleceu em 1997 na cidade de Maceió.

<sup>148</sup> O processo eleitoral era disciplinado da seguinte forma: Em cada Estado reunia-se em convenção, com votação secreta, o Colégio Eleitoral, composto da bancada federal, da estadual e dos membros do diretório de cada partido, sob a presidência de um representante do Tribunal Eleitoral. Votavam uma lista tríplice, isto é, escolhiam os nomes de três pessoas que tivessem as devidas condições previstas pela legislação militar vigente. Esta lista era encaminhada ao Presidente da República que procurava ouvir o SNI (Serviços Nacional de Informações) e indicava um dos três candidatos. Caso os nomes escolhidos não agradassem ao Conselho Revolucionário, o Presidente pediria outra lista.

estadual, quanto para o federal. A opinião geral era de que não se havia concluído um processo eleitoral legítimo para que qualquer de seus integrantes votasse com os partidários do governo. Além disso, participar desse processo seria ir de encontro aos objetivos traçados pelos emedebistas de retorno às eleições diretas em todos os cargos eletivos. Os emedebistas enfatizavam que não era momento de adotar posições dúbias, que poderiam levar ao descrédito a oposição no Estado. O MDB alagoano, desse modo, fecha questão optando por não participar do processo, considerado pelos parlamentares uma farsa.<sup>149</sup> Após a homologação do nome de Lamenha Filho como governador, os emedebistas construíram um processo sistemático de oposição à sua administração. Grande parte dessas críticas tinham como base os conflitos do pré-1964 e suas respectivas lutas políticas, entretanto, outras tinham vínculo com demandas importantes da sociedade, como o aumento do custo de vida e os ataques ao funcionalismo público. Cabe entendermos o cenário econômico que o país vivia na segunda metade da década de 1960.

Através das reformas no sistema político com a instauração do bipartidarismo, os militares almejavam consolidar uma face legal, por meio do apoio ao partido oficial do governo (ARENA). O processo de institucionalização da ditadura militar requeria também um compromisso com a recuperação econômica do país. Castelo Branco após estabelecer a centralidade autocrática na política, cassando mandatos, reprimindo trabalhadores e estudantes, realizando expurgos nas instituições civis, voltou suas atenções para área econômica. Era preciso controlar um forte processo inflacionário que corroía a economia brasileira desde início de 1964. Para tal tarefa é montada uma equipe com nomes como Octávio Gouveia de Bulhões (ministro do Fazenda) e Roberto Campos (ministro do Planejamento), como meta principal os tecnocratas elaboraram o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Em resumo, os diagnósticos do programa destacavam que “a inflação acelerada era o principal obstáculo a um sadio desenvolvimento econômico [...] os autores afirmavam que “a inflação era causada principalmente pelo excesso de demanda”<sup>150</sup>. O programa tinha como meta uma verdadeira reforma tributária, que se estendeu em reformas fiscais, creditícias e

---

<sup>149</sup> “Questão fechada: MDB alagoano não participará da Eleição Indireta”. Diário de Alagoas. Maceió. Ano: XIV, Nº 202, 12 de agos de 1966, p.2.

<sup>150</sup> Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Programa de ação econômica do governo, 1964-1966. Apud SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.69.

trabalhistas, aproximando cada vez mais a política econômica dos setores privados.

José Paulo Netto descata que a política desenvolvida por Castelo Branco apresentava uma orientação macroeconômica que favorecia enormemente o capital estrangeiro, e maximizava a exploração dos trabalhadores.

Um dos pontos nevrálgicos da orientação macroeconômica de Bulhões e Campos estava na política salarial: com o PAEG instaurou-se a política que marcaria praticamente todo ciclo ditatorial – a política do arrocho salarial [...] tratou-se de uma política salarial dirigida abertamente contra a massa trabalhadora, em especial a classe operária, sobre o qual se descarregou o custo decisivo da estabilização econômica.<sup>151</sup>

A política de austeridade do governo federal aliada à repressão, contudo, causava um descontentamento cada vez maior na população, atingindo mesmo setores que outrora apoiaram ativamente o golpe militar. Mesmo com a alta impopularidade das medidas orçamentárias, Castelo Branco entendia que se fazia necessário continuar com o processo de estabilização, mesmo que isso demandasse “sacrifícios”. A bem da verdade, sabemos que tanto a população, quando os setores oposicionistas já estavam demasiadamente sacrificados nesta relação. Os emedebistas denunciavam com frequência a repressão e a difícil situação financeira, no dia 6 de novembro de 1966 no Largo da Vitória no distrito de Pajuçara, em plena campanha do MDB, destacava o candidato Pedro Timóteo:

Creio que o povo não está satisfeito com a revolução, que até hoje só nos trouxe fome e miséria. Os estudantes viram suas atividades atropeladas pelo governo. Os fiéis se vêem prejudicados com esse governo, como o Arcebispo Dom Hélder Câmara. Dizem que o Presidente do Brasil entregou o governo aos Estados Unidos da América. Todos os dias vemos fábricas fechando por motivo de uma política financeira que não satisfaz, enterrando o país, tendo como ministro do planejamento um homem como Roberto Campos.<sup>152</sup>

Os emedebistas acompanhavam o movimento de dois grupos importantes da sociedade civil: os estudantes e a Igreja Católica. O ano de 1966 foi marcado por marchas de protesto e reivindicações, tendo por frente universitários reunidos em torno

<sup>151</sup> NETTO, José Paulo. Pequena História da Ditadura Brasileira. São Paulo: Cortez, 2014, p.92.

<sup>152</sup> Arquivo Público de Alagoas. Acervo Memórias Reveladas/Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE). Comícios do MDB/1966. (op, cit.).

da UNE (União Nacional dos Estudantes), que mesmo posta na ilegalidade articulava-se em manifestações e na organização de seus congressos nacionais. Os choques dos estudantes com a ditadura tornaram-se frequentes.<sup>153</sup> Setores progressistas da Igreja Católica, tendo por figura central D. Helder Câmara, também começaram a posicionar-se criticamente ao governo de Castelo Branco, ainda em julho de 1966, D. Helder liderando 15 bispos de 5 estados nordestinos, incluindo Alagoas, externou apoio formal “a um manifesto lançado em março por três grupos ativistas católicos atacando a estrutura social injusta do Brasil, a exploração da classe trabalhadora e as perseguições policiais”<sup>154</sup>.

Se o tratamento com setores expressivos da sociedade, como os estudantes e a Igreja, apresentava sinais de desgaste, o processo de transição dos militares não iria por caminhos diferentes. A sucessão presidencial revelaria um dos processos que permearam os anos ditatoriais: a delicada relação entre a “linha dura” e o grupo “Sorbonne”<sup>155</sup> no seio das Forças Armadas. Duas facções militares que apesar de unidas através do poder centralizador militar, rivalizavam em questões fundamentais na condução e nos objetivos que a ditadura seguiria.<sup>156</sup> Castelo Branco se viu no meio de uma forte disputa, seu ministro da Guerra General Arthur da Costa e Silva ventilava abertamente a preferência pela sucessão. Sua posição alinhada à linha dura recebia apoio de grande parte da oficialidade, que desejava um aprofundamento da tutela militar e maior eficiência no combate aos que consideravam “inimigos da nação”. O resultado da querela não desembocou em conflito aberto entre as duas facções, mas em um acordo “branco” onde Castelo e seus ministros pressionariam Costa e Silva a continuar com a política econômica iniciada, porém sem nenhuma garantia de continuidade efetiva.<sup>157</sup>

---

<sup>153</sup> SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp.108-109.

<sup>154</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>155</sup> Alusão a tradicional Universidade de Paris, que segundo José Paulo Netto (2014) é bastante imprópria.

<sup>156</sup> Os militares não eram um bloco homogêneo; eles se uniram pela perspectiva de derrubar o governo Goulart, mas depois disso continuaram divididos. Existia o chamado grupo da Sorbonne, mais intelectualizado, que pretendia fazer uma espécie de purificação democrática – eliminar a corrupção, os políticos da conjuntura pré 1964 e seus respectivos projetos políticos, os comunistas e, feita a limpeza, reinstalar um regime democrático, baseado na ordem, com mais estabilidade. Do lado oposto estava a chamada linha dura, que acreditava na ameaça comunista e defendia total firmeza contra qualquer adversário do regime, sustentando que, para mudar o Brasil, seria preciso manter um longo período de ditadura. Castelo Branco se situava entre os homens da Sorbonne, entre os democratas conservadores e, nesse sentido, governou com a intenção de chegar o mais rápido possível à democracia conservadora, expurgando os inimigos do país.

<sup>157</sup> SKIDMORE, op. cit. p.111.

Castelo, entretanto, não permitiria que o poder passasse às mãos da linha dura sem antes “enquadrar” o novo ditador nos limites de uma nova Constituição. A Constituição de 1967 além de incorporar diversos Atos Institucionais que foram promulgados nos primeiros anos da ditadura, permitindo o cerceamento das atividades oposicionistas, visava também a centralização do poder na esfera executiva, limitando os poderes e a autonomia do Legislativo e do Judiciário.

A postura do MDB diante do processo de sucessão revelava o quanto o quadro político estava limitado. De um lado, o partido esperava um movimento de liberalização do regime, o que levantava dúvidas sobre um processo mais efetivo de oposição. Do outro, era preciso diferenciar-se, pela própria sobrevivência no sistema eleitoral, do partido oficial do governo. Três tendências apresentaram-se como opções: 1º – A indicação de um candidato próprio (setores do partido divergiam entre um candidato civil ou militar), 2º – O paradoxal apoio a Costa e Silva (segundo seus defensores a eleição de Costa e Silva representaria um esforço no sentido da redemocratização), 3º – Abstenção da eleição indireta.<sup>158</sup> A última tendência acabou prevalecendo e o partido preferiu não participar da escolha indireta do novo presidente.

Para as oposições à ditadura militar o governo de Costa e Silva apresentava-se como uma incógnita. Castelo Branco era considerado um militar liberal, formado sobre os princípios da ESG, tinha em mente uma concepção estratégica do papel de transformação que os militares tinham perante a sociedade. A instauração de uma ditadura declarada não agradava seus postulados de uma “democracia conservadora”. Paradoxalmente, seus anos de governo foram marcados por uma enorme escalada da violência e da repressão, assim como uma acentuada crise econômica que gerava insatisfações de todas as partes. Seu sucessor Costa e Silva partia justamente de um caminho inverso, figura importante da linha dura e defensor de medidas autoritárias no tratamento com a política e a opinião pública, ascendia à presidência com promessas de liberalização e diálogo com a oposição. Essas promessas segundo Maria Helena Moreira Alves eram conhecidas como uma “política de alívio”

Esta política de liberalização controlada, então conhecida como “política de alívio”, envolvia uma interpretação liberal da legislação repressiva contida na Constituição de 1967. [...] no setor do trabalho, o governo encetou uma

---

<sup>158</sup> KINZO, op. cit. pp.93-94.



ativa política de organização dos sindicatos e controle ou cooptação de suas lideranças. O governo estava pronto a oferecer concessões limitadas à oposição, em troca do apoio limitado e de legitimação. As discussões entre governo e a oposição, não se estenderam, todavia, à questão do restabelecimento do equilíbrio do poder, e tampouco (sic) tocaram na política salarial e no FGTS.<sup>159</sup>

A abertura ao diálogo de Costa e Silva era de fato contraditória, enquanto o presidente destacava seu compromisso de dialogar, as amarras impostas pela Constituição de 1967 continuavam a sufocar amplos segmentos sociais. Muitos políticos apoiadores de primeira hora do golpe militar já expunham abertamente seu descontentamento pela ditadura e demonstravam disposição para criticá-la. A inquietação entre os anos de 1967 e 1968 revelou-se em diversas manifestações estudantis, e num forte movimento de inflexão nos setores da classe média que acompanhavam assustados o recrudescimento da repressão. A sociedade civil organizava-se através da Igreja, estudantes, funcionários públicos, trabalhadores, políticos, artistas, professores universitários, entre outros segmentos sociais, numa onda que colocaria o governo Costa Silva dentro de um amplo leque de contestações.

### **3.2 – Oposições na ofensiva, baionetas de prontidão.**

Para entermos o quadro de contestação e repressão que emerge em finais de 1967 é necessário analisarmos de que modo articula-se o aparato repressivo estatal, além da ideologia que perpassa às Forças Armadas em suas ações. Esse exercício nos coloca em face de entender que o domínio militar não se dá sem uma estrutura ideológica, responsável por organizar e estabelecer diretrizes do *modus operandi* adotados pelos militares na condução política, econômica e principalmente nas questões de segurança nacional. Os militares, desde o início da República, tiveram posição ativa nos principais movimentos políticos da nação, seja na própria proclamação em 1889, na derrubada da República oligárquica em 1930, na instauração do Estado Novo de 1937 a 1945, e nas ameaças ao Estado de direito como em 1955 e 1961. Na atuação do aparelho militar brasileiro é possível observar duas fases distintas: a primeira antes de 1964 quando as Forças Armadas atuam em condição arbitral para preservação da ordem

---

<sup>159</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 5ªed., 1989, p.112.

constitucional; a segunda pós 1964, quando o aparelho militar assume condição de tutela absoluta do Estado.<sup>160</sup> Para os militares era clara a ideia de que possuíam uma missão providencial de zelar pela pátria, intervindo se necessário em processos políticos. Desta maneira, a cultura militar brasileira acreditava que as Forças Armadas detinham o monopólio legal e real da intervenção.

De que maneira se estruturava essas concepções? Com base na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Surgida no seio da ESG e disseminada entre os militares no decorrer dos anos 1950/1960. A teoria tinha por influência direta a concepção da defesa nacional<sup>161</sup>, seu raio de alcance, porém, foi bem além das questões relacionadas à defesa e segurança interna. Um dos seus objetivos primordiais era criar quadros para ocupar importantes funções no aparelho estatal, a formação de um capacitado corpo tecnocrata alinhado aos objetivos da DSN foi um dos fatores importantes do controle militar sobre todas as áreas consideradas estratégicas. O desenvolvimento do país se daria a partir do lema “desenvolvimento com segurança”, o crescimento econômico estaria atrelado desse modo a um complexo conjunto articulado que englobava o controle social, a defesa externa e interna às políticas fiscais e econômicas. A compreensão da dimensão da DSN é analisada por Maria Helena Moreira Alves; para a autora, a doutrina não só orientava os princípios adotados pelos militares no decorrer da ditadura como também teria sido utilizada para impor formas específicas de domínio da sociedade, na criação de um projeto de governo para o país.

A ideologia da segurança nacional contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente. Devemos analisar em sua globalidade a Doutrina de Segurança Nacional, tal qual como ministrada na ESG e em outros estabelecimentos militares. Em sua vertente teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial e um modelo

---

<sup>160</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: O Tempo da Ditadura. Vol 4. Orgs: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013, pp.15-16.

<sup>161</sup> É notória a influência norte-americana na criação da Escola Superior de Guerra no Brasil em 1949, muitos militares que se esforçaram para estruturá-la foram alunos do *National War College* dos Estados Unidos. Famosa escola de guerra especializada em táticas contrarrevolucionárias, e no combate ao comunismo.

específico de desenvolvimento econômico.<sup>162</sup>

A partir de uma análise dinâmica, Alves desenvolve suas observações, enfocando a relação dialética que permeará a formação e atuação do Estado de Segurança Nacional com os movimentos oposicionistas. Observando que as contradições geradas pelas atitudes de coerção ao mesmo tempo que atingiam os setores de oposição, lançava bases para o engajamento de novos atores sociais nos movimentos de contestação, tornando o Estado de Segurança Nacional cada vez mais instável e propenso ao isolamento.<sup>163</sup>

Um dos pilares fundamentais da DSN foi a estruturação dos serviços de informação, que passaram a atuar com grande dimensão na sociedade. Pelos pressupostos da doutrina, a ideia de “subversão interna” era considerada um problema a ser combatido com todas as energias. Recorrente era “a concepção de que o “inimigo interno” está infiltrado em toda a sociedade brasileira, agindo organizadamente para tomar o poder e, assim, transformar o Brasil numa República totalitária.”<sup>164</sup> Vale ressaltar que o inimigo interno era todo aquele que não concordasse com a ditadura militar, ou que defendesse qualquer outra ideologia que diferisse da DSN, em especial o comunismo. A necessidade de recolher o máximo de informações possíveis sobre organizações e elementos considerados “subversivos” fez surgir, três meses após o golpe de 1964, sob *intelligentsia* do General Golbery do Couto e Silva<sup>165</sup>, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Tratava-se da criação de uma vasta rede de espionagem, implantada em todo o país.

Em pouco tempo ramificou-se, possuindo agências regionais em diversos pontos do país. A partir de julho de 1967, passou a contar também com as informações recolhidas pelas Divisões de Segurança e Informações (DSIs), ligadas aos ministérios civis, e pelas Assessorias de Segurança e Informação (ASIs), que atuavam junto às universidades e empresas estatais. Completava a estrutura o Centro de Informações do Exterior (Ciex), instituído em 1966 com a função de monitorar as atividades políticas de brasileiros fora do país e

---

<sup>162</sup> ALVES, op. cit. p.26.

<sup>163</sup> Idem, ibidem.

<sup>164</sup> BORGES, op. cit. pp.36-37.

<sup>165</sup> Golbery do Couto e Silva (1911-1987). Tornou-se reconhecido como um dos principais teóricos da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada nos anos 50 pelos militares brasileiros da Escola Superior de Guerra (ESG), sendo um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI). Foi membro do Tribunal de Contas da União (1967) e ministro da Casa Civil da Presidência (1974-1981). Considerado do grupo da “Sorbornne”, foi um importante estrategista no governo Geisel no processo de distensão.

dos estrangeiros dentro das fronteiras nacionais.<sup>166</sup>

A reunião de todas essas agências formava a “comunidade de informações”, cuja tarefa era dotar de dados qualquer assunto que fosse de interesse da ditadura. Para tal tarefa se fazia necessário a organização e classificação das informações, que seria desde a verificação das fontes até a especificação de sigilo de cada uma (Confidencial, Secreto, Reservado). Apesar da estrutura organizacional da “comunidade de informações” apresentar um certo método, a aplicação deste ficava a critério dos agentes de informações. Não é difícil imaginar as interpretações específicas que cada agente poderia dar na coleta e análise dessas informações.

Uma pichação poderia conter ameaças à “segurança nacional”. A visita de um professor universitário a um militante de esquerda poderia significar um passo na “escalada do movimento comunista internacional”. Uma greve seria um “óbice” ao futuro do país. Essas interpretações peculiares dos escalões inferiores da comunidade de informações faziam surgir aquilo que podemos chamar de “técnicas de suspeição”, isto é, as maneiras encontradas para “provar” que alguém era culpado de “subversão”.<sup>167</sup>

Além dos exageros e absurdos que tais afirmações possam ensejar, acabam por revelar o poder que a comunidade de informações adquire. Muitos dos relatórios produzidos serviam como provas para demissões, prisões, cassações, torturas, e assassinatos. A sistematização da rede incluía órgãos que atuavam no seio das Forças Armadas, cada um possuía seu próprio sistema de informações, como é o caso do Centro de Informações do Exército (CIEEX), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar). O setor de informações, contudo, não agia sozinho, mas alimentava outros órgãos da repressão como os Destacamentos de Operações e Informações - Centros de Operação e Defesa Interna (DOI-Codis) e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS).<sup>168</sup>

<sup>166</sup> JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. IN: A Ditadura que mudou o Brasil. (Orgs: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. SÁ MOTTA, Rodrigo Patto.) 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.160.

<sup>167</sup> FICO, Carlos. Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda. IN O Tempo da Ditadura. Vol 4. Orgs: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013, p.180.

<sup>168</sup> Sobre o assunto ver: FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Quando os descontentamentos com a ditadura militar começaram a aflorar nos finais de 1967, todo este aparelho repressivo já estava em pleno funcionamento. Como vimos, a DSN dotava os militares de uma visão estratégica compreendida muito além da área específica da defesa interna, qualquer projeto que ousasse contestar estes parâmetros não representava somente uma ameaça à ordem, mas ao futuro da nação.

Durante o governo Costa e Silva, as forças opositoras assumiram uma posição ofensiva, as promessas de liberalização assumidas pelo presidente logo se revelariam mero discurso demagógico, fomentando um movimento de articulações da sociedade civil nas críticas ao governo. Em 1968 os grupos de pressão eram compostos por universitários, secundaristas, professores, políticos, intelectuais, artistas, operários, setores progressistas da Igreja Católica, parcelas significativas da classe média, entre outros. Provando que o descontentamento atingia a sociedade civil como um todo e não estava restrita a poucos “militantes de esquerda”. Manifestações, passeatas, comícios, tomavam às ruas e também chegavam ao Congresso Nacional em forma de críticas diretas à ditadura militar.

Durante o governo Costa e Silva o MDB passa por significativas transformações. As eleições de 1966 levaram ao parlamento uma leva de novos deputados que seriam conhecidos como os “imatuross”, um grupo caracterizado por parlamentares de primeiro mandato e possuidores de uma retórica de enfrentamento à ditadura. A atuação desses deputados foi fundamental para um processo de revitalização do partido, tendo em vista que suas opiniões muitas vezes questionavam as posições dos “moderados”, grupo composto por políticos tradicionais, que pregavam a cautela no tratamento com o regime. É importante observar essas peculiaridades, uma vez que grande parte da crítica dirigida ao MDB via-o como uma sigla unânime. Uma opinião recorrente da época para desqualificar a política parlamentar era que o MDB era o partido do “sim” e a ARENA do “sim senhor”. Todavia, uma análise cuidadosa do partido possibilita-nos entender as correntes e as disputas de posições hegemônicas durante sua trajetória, além das constantes dissensões entre posturas questionadoras e moderadas. São o caso dos trabalhos de Kinzo (1988), Alves (1984), Soibelman (1998) e Nader (1998). O grupo dos “imatuross” representaram uma inovação na política externa da sigla, mas também não se furtavam de dirigir críticas ao cupulismo partidário, que engessava suas ações:

O regime e o governo não eram os únicos alvos das críticas veementes dos parlamentares radicais. O grupo também iria dirigir suas críticas à liderança do MDB, acusada de omissão, de estar colaborando com a Revolução e formar uma casta oligárquica que bloqueava o acesso de novos parlamentares à direção do partido. Eles reclamavam da falta de uma clara linha pragmática e de inexistência de um estatuto que regulamentasse a organização interna do partido.<sup>169</sup>

Mesmo com importantes diferenças, a partir da Convenção Nacional de 1967, os emedebistas assumem uma postura de maior contestação à ditadura militar. Kinzo salienta que esse processo se devia tanto ao descontentamento dos setores moderados do partido com as vagas promessas de normalização institucional do governo Costa e Silva, quanto da emergência da Frente Ampla, que estava se constituindo um movimento de oposição além do esquema partidário legal<sup>170</sup>.

A formulação dessa Frente merece atenção especial. Surgida em 1966 reunia, curiosamente, políticos que estiveram em trincheiras opostas na conjuntura política do pré-1964. Faziam parte da Frente: Carlos Lacerda (ex governador da Guanabara pela UDN e adversário ferrenho de Getúlio e Jango nos anos 1950 e 1960), Juscelino Kubitschek (Presidente da República entre 1956-1961 pelo PSD) e o próprio João Goulart, exilado desde o golpe no Uruguai. A união de figuras tão díspares se dava em torno de um projeto que visava a redemocratização do país pelas vias políticas legais. Seus objetivos principais eram: a volta às eleições livres, o desenvolvimento de uma política econômica de bases nacionais e uma política externa independente.<sup>171</sup> Idealizada por Lacerda após suas pretensões presidenciais terem sido frustradas, através da escolha de Costa e Silva<sup>172</sup>, a Frente realizou suas atividades de forma efetiva de dezembro de 1967 até sua dissolução em abril de 1968. Isso porque desde outubro de 1966, articulações para sua formação eram feitas. Lacerda selou, não sem algumas resistências, o apoio de JK e Jango<sup>173</sup>. A partir da inserção dos dois ex-presidentes a

<sup>169</sup> KINZO, op. cit. p.109.

<sup>170</sup> Idem, ibidem, p.110.

<sup>171</sup> COSTA, Célia Maria Leite. A Frente Ampla de oposição ao regime militar. IN FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs) João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.177.

<sup>172</sup> O ex governador acreditava que apoiado por oficiais da linha dura descontentes, poderia despontar como candidato à Presidência da República, após o término do governo de Castelo Branco, contudo, a instauração do AI-2, estabelecendo as eleições diretas e o bipartidarismo, sepultou de vez suas pretensões.

<sup>173</sup> JK exiliado em Lisboa havia sido cassado pelos militares, contudo apostava num futuro político incerto após readquirir seus direitos políticos, e receava a aliança com nomes como Lacerda e Goulart. Jango, por sua vez, deposto da Presidência em 1964 e acusado de subversão e corrupção pelos militares,

Frente, esta pode ampliar consideravelmente seu alcance em círculos políticos e setores sindicais e trabalhistas. As atividades da Frente começaram a incomodar o governo, que via com maus olhos a adesão de amplos setores políticos, muitos deles representantes de classes conservadoras. O movimento também contava com participação ativa de trabalhadores, sindicalistas e da opinião pública em geral.

O MDB que já contava com parlamentares participando da Frente Ampla desde sua formação, possuía também opiniões diversas sobre a posição do partido em relação ao movimento. Alguns acreditavam que o apoio poderia ser um ato perigoso, na medida que desencadearia uma onda repressiva que acabaria de vez com a democracia, além do fato de a Frente ameaçar o futuro do MDB como setor ativo de oposição. Outros porém defendiam a integração do partido ao movimento, uma vez que sua atuação extrapolava o Congresso e serviria como complemento na luta oposicionista. A decisão final do MDB foi permitir que seus parlamentares ficassem livres de aderir ou não a Frente Ampla, reconhecendo que os objetivos desta também estavam concatenados com os do partido<sup>174</sup>.

O MDB alagoano enxergava com receio a formação da Frente Ampla, tanto por esta representar uma oposição extraparlamentar – que poderia influir negativamente, como por disvirtuar através da aliança de Jango com Lacerda o “verdadeiro trabalhismo”<sup>175</sup>. A Frente representava, desse modo, um movimento político prejudicial aos emedebistas e ao legado do trabalhismo. Principalmente por ter como articulador principal o histórico antigetulista Carlos Lacerda. Visto como uma falsa liderança que desejava utilizar do espólio do getulismo para sua promoção perante à classe trabalhadora, a crítica também se estendia aos “novos trabalhistas” que compactuavam com este intuito.

As massas trabalhadoras brasileiras, tão maltradas em outras épocas por falsas lideranças e agora até certo ponto marginalizadas do processo político, não se deixaram iludir, por certo, pelas manobras dos que querem de novo utilizá-las para seus desígnios pessoais. Mesmo no seu melhor tempo, o trabalhismo no Brasil ressentiu-se da falta de líderes autênticos e os poucos que disso se aproximaram foram sistematicamente destruídos pelos

---

exilado no Uruguai, ainda muito identificado a ideologia trabalhista tão combatida por Lacerda, receava sofrer sérios desgastes aliando-se a seu detrator de longas décadas. (C.COSTA, op. cit.) p.186.

<sup>174</sup> KINZO, op. cit. p.112.

<sup>175</sup> Como vimos no primeiro capítulo, a influência da cultura política trabalhista no PSP alagoano (em 1966 realinhado na formação do MDB) era bastante presente.

demagogos e oportunistas que monopolizavam a direção do PTB e partidos afins. O getulismo entretanto deixou inegáveis raízes populares; quando se pensava que essa página da nossa história estivesse encerrada, surgem políticos que, com manifesta insinceridade (sic), procuram disputar entre si, os restos do prestígio do presidente Vargas nas massas populares. Além de desrespeitarem uma memória que por todos os títulos merece ser deixada em paz, revelam profundo menosprezo pela capacidade de discernimento do povo.<sup>176</sup>

Essa crítica foi ativa durante toda existência da Frente Ampla, principalmente dos setores fiéis à cultura política trabalhista. Soma-se a isso o receio de setores mais moderados, como é o caso do MDB alagoano, de que a união de políticos distintos numa oposição ao governo sobre qualquer resquício de influência getulista, causasse o definitivo fechamento democrático.

Já se anuncia, por outro lado que, para combater a Frente Ampla, forças políticas governistas estariam dispostas a transformar em indiretas as poucas eleições diretas que ainda restam. Impressionado com o fantasma de uma mobilização popular em torno da pregação oposicionista reagiria, pura e simplesmente, aumentando a marginalização do povo do processo político.<sup>177</sup>

Mesmo com algumas resistências, a Frente adquiriu relativo crescimento em finais de 1967 e início de 1968 com reuniões e comícios pelo país. Como o realizado em dezembro de 1967 na cidade de Santo André (SP), e em 1968 nas cidades de São Caetano (SP) e Maringá (PR).<sup>178</sup> Sua capacidade de mobilização e aglutinação, principalmente em eixos industriais com alta concentração de trabalhadores, como é o caso dos comícios realizados no ABC paulista, assim como a articulação da Frente com setores sindicais como o Movimento Anti-Arrocho (MIA) foram o estopim para que a Frente Ampla fosse extinta por portaria do Ministério da Justiça em 5 de abril de 1968.

O fim da Frente Ampla por meio de uma portaria é importante por demonstrar o caráter discricionário que a ditadura perpetrará no decorrer do ano de 1968. As medidas arbitrárias e repressivas paulatinamente aumentavam de intensidade conforme a sociedade civil articulava-se na oposição. Os trabalhadores até então acuados desde o desmonte dos diversos sindicatos com o golpe de 1964, começavam a se organizar em movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho e melhores salários. O

---

<sup>176</sup> Editorial. Diário de Alagoas. Maceió. Ano: XV, 20 de out. de 1967, p.2.

<sup>177</sup> Idem, ibidem.

<sup>178</sup> COSTA C, op. cit. p.189.



reflexo dessa movimentação culminou nas greves de Contagem (MG), que paralizou mais de 15 mil operários e a de Osaco (SP), que foi duramente reprimida, ocasionando a prisão de 120 pessoas, além de espancamentos e torturas diversas aos seus participantes.<sup>179</sup> A repressão entrava em choque com a crescente disposição das oposições ao enfrentamento às políticas adotadas por Costa e Silva, estudantes, políticos e trabalhadores sinalizavam na formação de uma forte Frente de lutas reivindicatórias.

### **3.3 MDB e o caso dos Excedentes**

Neste sentido, uma das forças de oposição mais significativas do período foram os estudantes. Entre 1967 e 1968 empreenderam importantes protestos contra a política educacional e a reforma universitária proposta por Costa e Silva. Unidos em torno das suas entidades representativas, tendo por carro chefe a UNE, os estudantes protestavam contra a arcaica estrutura universitária, as más condições de ensino, além do restrito número de vagas nas escolas e universidades públicas. As pautas estudantis ganharam espaço na mídia e atraíram diversos segmentos sociais, a organização de grandes passeatas nas principais capitais do país marcaram o período. Um fato, contudo, tornou-se o elemento catalisador de toda luta estudantil, num sentido mais amplo podemos dizer que não só dos estudantes, mas de todos os movimentos oposicionistas ao governo: o assassinato em 28 de março de 1968 do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Edson Luís protestava junto com universitários pela melhoria dos preços e da comida do restaurante, em meio ao protesto recebeu um tiro fatal por um batalhão da Polícia Militar que chegou ao local disparando contra os manifestantes. Sua morte foi transformada em símbolo, gerando um quadro de ampla comoção da sociedade civil, engrossando a insatisfação pela ditadura militar. Seu enterro reuniu mais de 50 mil pessoas, mobilizando toda cidade do Rio de Janeiro, com forte cobertura da imprensa. Do mesmo modo a missa de 7º dia, realizada na igreja da Candelária, reuniu mais de 30 mil pessoas descontentes com a escalada da violência – estas foram duramente reprimidas pela polícia na saída da igreja.

A revolta com a ditadura militar rescrudesceu no mês seguinte, quando mais de 100 mil pessoas participaram da “Passeata dos 100 mil” realizada no Rio de Janeiro

---

<sup>179</sup> ALVES, op. cit. p.125.

com presença de estudantes, artistas, professores e diversos segmentos sociais. A morte de Edson Luís aprofundou o desgaste do governo federal e deu por fim qualquer ilusão a respeito do processo de liberalização prometido por Costa e Silva. O desgaste da ditadura aumentava a cada dia, minando suas bases de legitimidade na sociedade, a visão inicial de “saneamento político e econômico da revolução” esmorecia em amplas camadas sociais, gerando desde desconfianças a enfrentamentos diretos com o governo.

O MDB durante o período de crise adotou posturas mais ofensivas, extrapolando o mero recinto parlamentar, prestando solidariedade ao movimento estudantil. Na correnteza oposicionista que tornava-se caudalosa com adesões espontâneas de diversas setores da sociedade, os emedebistas souberam utilizar o favorável clima político para radicalizar as críticas à ditadura militar. No Congresso os emedebistas reuniram-se para elaboração de um projeto de anistia aos estudantes e grevistas, presos desde a morte de Edson Luís, contando nessa tarefa, inclusive, com adesões de deputados arenistas. O MDB mostrava disposição de ir além do que lhe estava imposto no papel de “oposição legal”<sup>180</sup>.

Os emedebistas alagoanos prestaram solidariedade aos estudantes, utilizando-se das tribunas parlamentares e das páginas do Diário de Alagoas, movimentando tanto a bancada estadual, como a câmara municipal. Sebastião Teixeira, vereador e líder da oposição em Maceió “formulou veemente apelo à polícia guanabarina e ao governador Negrão de Lima, no sentido que fatos semelhantes não mais se repitam. Frisou que o Brasil está de luto com a morte do estudante na Guanabara”. No mesmo sentido, o deputado federal Djalma Falcão, destacava que “foi acertada e justa a posição de toda bancada do MDB, contra os excessos que estão praticando contra jovens indefesos que estão privados de reivindicar e pensar conforme suas diretrizes”<sup>181</sup>.

O MDB alagoano procurou fortalecer a luta dos estudantes, divulgando e apoiando as mobilizações no estado contra o assassinato do estudante Edson Luís. Estudantes membros dos Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) decretaram luto de sete dias e greve por 72 horas nas faculdades de Direito, Engenharia, Serviço Social e Economia, juntando-se aos estudantes secundaristas do

---

<sup>180</sup> KINZO, op. cit. p.115.

<sup>181</sup> Vereador Sebastião Teixeira contra assassinato de estudante. Diário de Alagoas, Maceió. Ano; XVI, nº 69. 2 de abr de 1968, p.2.

Colégio Moreira e Silva<sup>182</sup>.

Na tarde de ontem, quando do início dos trabalhos do período vespertino do Colégio Moreira e Silva, o diretório convocou os estudantes para uma reunião na qual seria estudada a posição a ser adotada face aos mais recentes acontecimentos. Dos contatos mantidos, resultou a completa paralisação das aulas naquela colégio, em sinal de luto pelo estudante morto e de protesto veemente contra o assassinato. [...] a União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas, está de luto oficial. Uma faixa preta cobre grande parte da fachada do seu prédio na rua do Comércio.<sup>183</sup>

Os emedebistas acusavam a violência utilizada contra os estudantes, denunciando a falta de diálogo do governo, contudo, não deixavam de destacar que não apoiavam atos que culminassem em “subversão” e “anarquia”. Durante todo período de crise estudantil, os emedebistas alagoanos prestaram solidariedade aos estudantes, mas sem abandonar discursos moderados a respeito do governo Costa e Silva. Entendiam que o movimento de contestação que se apresentava estava irrompendo em todo mundo, sendo por isso legítimo.

Os últimos acontecimentos verificados na Guanabara, que culminaram com o assassinato de um estudante, em decorrência de violências praticadas pela polícia, deixaram ver que está faltando algo às autoridades para um diálogo com a mocidade brasileira. [...] Parece que está faltando aos adultos condições para interpretar os anseios e as aspirações de liberdade da população jovem, que cada vez mais se conscientiza em busca de um futuro mais promissor, onde as frustrações, decorrentes da falta de oportunidade para todos, sejam coisas do passado.<sup>184</sup>

Destacando o protagonismo dos setores estudantis durante a história brasileira, os emedebistas realçavam a importância dos movimentos reivindicatórios que eclodiam pelo país. Todavia, apesar de destacar a positividade da articulação dos estudantes, não deixaram de ponderar que o retorno às normalidades democráticas só seria possível dentro de um processo de negociação com o executivo federal. Era preciso “estabelecer condições de diálogo entre o governo e os estudantes, entre o Governo e as demais

<sup>182</sup> SALDANHA, Alberto. A Mitologia Estudantil: Uma abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano. SERGASA, Maceió. 1994, p.66.

<sup>183</sup> Secundaristas falam mais alto que universitários: greve paralisa aulas no Moreira e Silva até quarta-feira. Diário de Alagoas, Maceió. Ano; XVI, nº72. 2 de abr. de 1968, p.2.

<sup>184</sup> Impacto Nacional (Editorial). Diário de Alagoas, Maceió. Ano: XVI, nº73. 3 de abr. de 1968, p.1.

classes, com o único pensamento de servir ao interesse nacional, porque só assim voltará a tranquilidade à vida do país.”<sup>185</sup>

É possível inferir que os emedebistas buscavam, embalados pela conjuntura política nacional, fortalecer a imagem oposicionista do partido. Os movimentos reivindicatórios dos estudantes movimentavam a sigla a inserir-se nas pautas discentes, possibilitando aos parlamentares oportunidade de utilizarem o Congresso Nacional para falar em nome da “Sociedade civil”, assumindo desse modo um papel mediador. Os emedebistas alagoanos procuraram proximidade com os setores estudantis, no sentido de canalizar o poder de mobilização dos estudantes em benefício da sigla. O objetivo seria unir a experiência dos parlamentares com a “força da juventude” no sentido de fortalecer a luta pela redemocratização do país.

[...] estando na juventude a força motriz e a esperança de um acionamento diferente para o futuro de nossa pátria, o Movimento Democrático Brasileiro, volta-se, como o povo da nossa nação, esperançoso e confiante, para os nossos moços na tentativa de uma tomada de posição e consciência, em favor da nossa gente.<sup>186</sup>

Essa aproximação é realizada em início de 1968 com o caso dos “excedentes”<sup>187</sup>. O excedentes alagoanos eram oriundos, em sua maior parte, do curso de medicina, onde mais de 144 alunos aprovados aguardavam vaga na Universidade Federal de Alagoas. A luta dos alunos por vagas nos respectivos cursos reunirá vários segmentos da sociedade local em ações conjuntas<sup>188</sup>. A bancada emedebista articula-se no sentido de tornar o caso dos estudantes uma importante pauta para oposição. Associando-se aos excedentes e suas famílias, os parlamentares utilizaram às páginas do Diário de Alagoas e a tribuna no sentido de tornarem-se porta-voz do movimento.

---

<sup>185</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>186</sup> MDB convocará juventude para a luta. Diário de Alagoas. Maceió. Ano: VXi, nº106, 16 de maio de 1968, p.1.

<sup>187</sup> A estrutura universitária brasileira em meados da década de 1960 não conseguia acompanhar a crescente demanda por vagas dentro das universidades públicas, o número de inscritos nos vestibulares somavam mais que o dobro de vagas disponíveis. Para se ter uma ideia no ano de 1967 mais de 183.150 candidatos prestaram o exame, sendo aprovados somente 70.915, 30% da demanda inscrita. Os estudantes que não preenchiam as vagas iniciais tornavam-se os “excedentes”, em número cada vez maior, esses estudantes lutavam por seu acesso a universidade gratuita, mobilizando a opinião pública e os governos estaduais e federais. (SKIDMORE, op. cit. pp.153-154), sobre o assunto ver (SANFELICE, 1986)

<sup>188</sup> SALDANHA, op. cit. pp.55-62.

Compreendendo o drama que estão vivendo os excedentes de nossas faculdades [...] O deputado Rubens Canuto, líder do Movimento Democrático Brasileiro na Assembleia Legislativa de Alagoas – encetou campanha visando conseguir por todos os meios válidos e legais, o enquadramento dos referidos universitários nos cursos a que se destinam, nas nossas faculdades. Para tanto, distribuiu tarefas com os seus liderados, objetivando positivar seu intento, o quanto antes, afim de que ao chegar o período de iniciação letiva, possam estar os mesmos devidamente matriculados.<sup>189</sup>

O deputado emedebista, atuando como mediador, trava diálogo com o então reitor A.C. Simões e o Ministro Gama e Silva, tendo por meta estabelecer soluções imediatas para o caso. Nesta campanha se fez importante demonstrar que o MDB atentava para a questão, não só solidarizando-se com os estudantes e seus familiares, mas atuando para efetiva solução do caso. Desse modo, os emedebistas procuram demonstrar que o papel de oposição do partido parte do compromisso com a Sociedade civil, em outras palavras, do interesse coletivo.

Não só os deputados do MDB. Mas os pais de família, que tem filhos e, mais próximo as poderes públicos, sentem essa responsabilidade enorme de solucionar a angústia de uma mocidade que está querendo afirma-se e não está encontrando o apoio necessário do Governo e dos Poderes Constituídos.<sup>190</sup>

Em sessão extraordinária na Câmara Municipal de Maceió no dia 7 março de 1968, os vereadores emedebistas recebiam a “Comissão dos pais dos excedentes”, convidando e ensejando o apoio da imprensa e da sociedade alagoana para cerrar fileiras em favor dos estudantes. O fortalecimento da luta dos estudantes naquele momento tornou-se importante meio do MDB alagoano contrapor-se ao imobilismo do executivo estadual e dos parlamentares arenistas. Para os parlamentares a indiferença do governo e do reitor A.C. Simões fazia diversos jovens sofrerem sem nenhuma solução. O caso dos excedentes alagoanos de 1968 encerrar-se-á em fins de abril, com o objetivo alcançado. A vitória dos estudantes será utilizada pelos emedebistas para promover a imagem do partido, procurando demonstrar a proatividade dos parlamentares junto aos estudantes.

---

<sup>189</sup> O Governo nada faz pelos Excedentes: Deputado Rubens Canuto lidera campanha para conseguir matrículas na Universidade. Diário de Alagoas. Maceió. Ano: XVI, nº21. 31 de jan. de 1968, p.1.

<sup>190</sup> Idem, Ibidem.

Exatamente a noventa dias, aqueles jovens, em número de 144, aprovados com média [...] apelaram ao deputado Rubens Canuto, Moacir Andrade e outros parlamentares do MDB, que de lá para cá, não pouparam esforços para este final feliz. Da tribuna do Palácio Tavares Basto, o deputado Rubens Canuto, esboçou os prósperos planos. Teceu considerações várias mostrando a todos a injustiça que estava cometendo, e em contato com a Reitoria apresentou soluções várias.<sup>191</sup>

É possível deduzir que a aproximação da sigla com o caso dos excedentes visava não só colocar em protagonismo a ação dos parlamentares, mas buscar um importante diálogo com o movimento estudantil, mesmo que esse acercamento não culminasse em críticas diretas à política de reformas educacionais da ditadura militar. Muitos dos estudantes, membros das classes alta e média alagoana, não se aventuravam no enfrentamento ao governo, utilizando como estratégia soluções locais. Os emedebistas direcionavam suas críticas ao reitor A.C. Simões e aos adversários arenistas, desviando-se de uma apreciação crítica do sistema de reformas imposto por Costa e Silva às universidades. Nesse sentido, sempre buscaram o “diálogo” e a “negociação” para resolver o problema, revelando a opção pelas posturas moderadas que marcam a atuação dos emedebistas alagoanos nos primeiros anos de mandato.

### **3.4 – O MDB nos municípios.**

Em meio ao agitado campo político e social que marcava o ano de 1968, o MDB concentrou suas forças numa posição mais ativa de contestação à ditadura militar. Neste intuito tornava-se necessário a preparação para as eleições vindouras, a sigla deveria apresentar-se aos pleitos municipais que se realizariam em novembro. Essa tarefa pragmática gerou algumas dificuldades, que revelavam a fragilidade estrutural do MDB, primeiro no tocante aos números de diretórios (restrito), muitos municípios sequer possuíam algum. Além disso, ainda eram débeis as burocracias partidárias nos estados, com raras excessões. Outro fator era o próprio aparelhamento do estado, que favorecia em larga escala a ARENA, com benesses financeiras e utilização da máquina estatal nas

---

<sup>191</sup> Oposição logra tento com a vitória dos Excedentes. Diário de Alagoas, Maceió. Ano; XVI, 30 de abr, de 1968, p4.

eleições. Essas características permeariam os pleitos na maioria dos estados, todavia, no nordeste esse processo seria intensificado. Os grandes redutos clientelistas, marcados ainda pelas relações do coronelismo e de desigualdade social, a distância dos grandes centros de poder, favoreceram efetivamente o partido que teve ampla influência nas máquinas políticas interioranas. Esse fato seria demonstrado a partir das expressivas vitórias da ARENA na região. Para acentuar as dificuldades a instituição da Sublegenda<sup>192</sup> tornava-se mais um impedimento ao MDB. Este recurso eleitoral permitia que um partido político apresente mais de uma lista de candidatos a cargos eletivos, computando-se os votos a eles dados para a legenda partidária. Na prática, os estrategistas políticos militares queriam amenizar os enormes conflitos gerados pela instauração do bipartidarismo, com a aglutinação de políticos de diferentes tendências numa única legenda. Essa prática, no entanto, auxiliaria mais a ARENA que o MDB. Pois, com maior representação e número de candidatos, seria fácil para o partido situacionista eleger seus parlamentares, uma vez que cada sigla poderia apresentar até três candidaturas para o mesmo cargo. Sem contar o fato de que ser candidato pela ARENA significava estar mais próximo dos recursos federais e estaduais, vitais para administração dos municípios e para manutenção das carreiras políticas.

Os mecanismos engendrados pelos militares no sistema político dificultavam enormemente o crescimento emedebista. Durante todo período de vigência do bipartidarismo é perceptível a preocupação em manter total controle sobre o processo político, para isso, dificultando ou minando qualquer atitude que prejudicasse o êxito do apoio institucional aos militares. Os diversos Atos complementares, publicados com assustadora frequência desde o golpe de 1964, demonstravam uma guinada progressiva ao recrudescimento do regime. Neste sentido, as Constituições de 1967 e 1969 representavam a aglutinação dessas leis ordinárias, formando um arcabouço autoritário que sob a égide da DSN dominaria a vida pública e política da sociedade.

É compreendendo este cenário de dificuldades que analisaremos a atuação do MDB alagoano, procurando traçar um panorama das prefeituras conquistadas pela sigla, os posicionamentos dos parlamentares contra a instituição da sublegenda e do voto

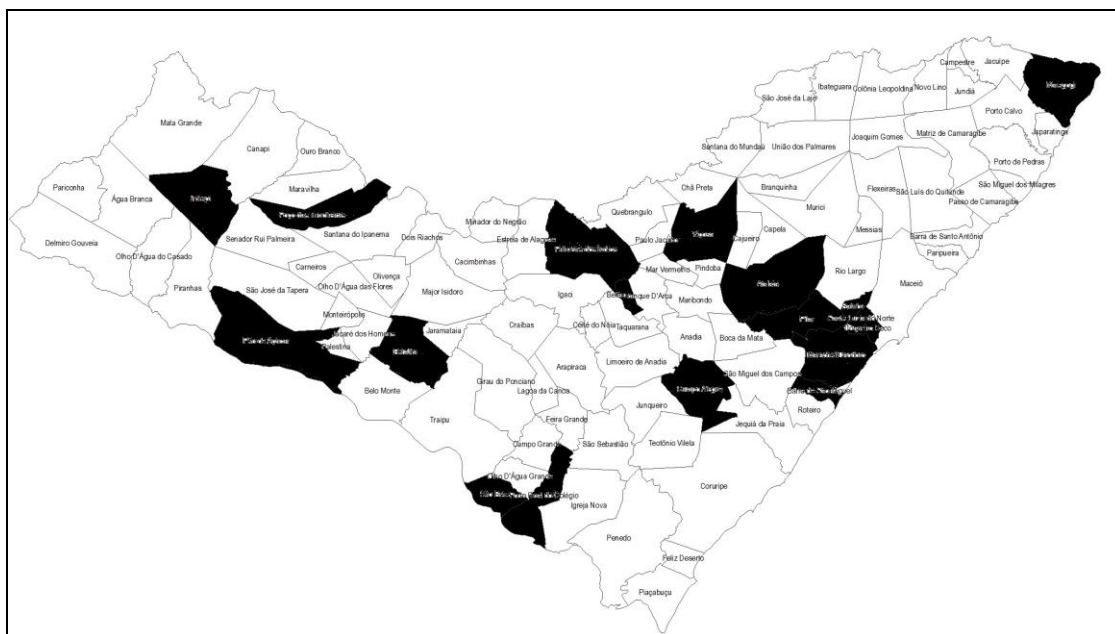
---

<sup>192</sup> O sistema de sublegendas foi introduzido pelo Ato Complementar nº 26, de 29 de Novembro de 1966 e regulamentado pela lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968 (depois substituída pelo Decreto-Lei nº 1.541, de 1977).

vinculado, além dos protestos contra a inclusão de municípios alagoanos nas Áreas de Segurança Nacional.

Colocando em perspectiva a conquista de prefeituras pelo MDB nos municípios alagoanos, observamos um constante declínio, assim como a perda de influência em algumas regiões. No pleito de 1969 a sigla conquistará 18 prefeituras, 15 em 1972, e 12 em 1976. Vejamos abaixo os municípios conquistados pelo MDB em 1969.

**(Figura I – Municípios onde o MDB venceu as eleições em 1969)**



As respectivas prefeituras foram: Atalaia, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Campo Alegre, Coqueiro Seco, Inhapi, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Maragogi, Pão de Açúcar, Pilar, Poço das Trincheiras, Porto Real do Colégio, Santa Luzia do Norte, São Brás, Satuba e Viçosa. É interessante observar que grande parte desses municípios possuíam no pré-1964 forte influência pessepista, devido a isto, podemos inferir que os antigos vínculos partidários, concretizados com a transformação do PSP na formação do MDB alagoano, permaneceram nesse primeiro pleito do bipartidarismo. Estes formados por alianças em municípios sertanejos, mas com maior concentração em áreas mais urbanas, como as regiões mais próximas da capital e cidades com maior população no interior.







1969 é marcado por uma série de manobras políticas dos militares para garantir o resultado favorável das eleições. A ameaça da inclusão de mais de 234 municípios brasileiros na “Zona de Segurança Nacional”, cujos prefeitos seriam nomeados pelos governadores dos estados, afastava candidatos mais receosos de se incompatibilizarem com a ditadura militar. Os emedebistas alagoanos manifestaram-se com apreensão. Entendo que não havia motivos plausíveis para inclusão de determinadas cidades, uma vez que estas não representavam perigo para Segurança Nacional. De certo modo entendiam que a medida favoreceria a ARENA e representava uma ameaça não só ao MDB, mas um retrocesso no sentido da normalização democrática.

Dos municípios elencados, duas cidades alagoanas eram ventiladas pela imprensa como constantes nas listas: Penedo e Palmeira dos Índios, prefeituras de suma importância para a sigla. Da Câmara Federal o deputado emedebista Djalma Falcão, destacava que se a medida fosse concretizada, o governo estaria dando um passo perigoso no caminho da supressão das eleições diretas nos estados, “o que representa o início da escalada para instalação de uma ditadura total no Brasil”<sup>193</sup>. Para o militante do MDB, Ary Pitombo era injustificada a inclusão de Penedo em tal lista:

Quais as razões apresentadas para Penedo ser incluída nessa relação de municípios? Segurança Nacional? Não é possível. Penedo não possui fábricas de material bélico, não tem quartéis, ou outros estabelecimentos militares, e quanto a sua situação topográfica, não se pode dizer que seja fundamental à Segurança Nacional. Daí não atinarmos com o porque da medida, que virá a tirar dos penedenses o sagrado direito de escolher livremente nas urnas, do modo mais democrático possível, o seu prefeito. Talvez quem saiba, haja um outro motivo, qual seja de evitar que a oposição vença as eleições.<sup>194</sup>

Para a oposição a inclusão de cidades com grande eleitorado, como Palmeira e Penedo não teria outro motivo senão garantir o controle destas pela ARENA, uma vez que a presença emedebista era forte nos dois municípios. Essa situação frequentemente estava em evidência, o líder da oposição, deputado Rubens Canuto, destacava através da tribuna a desigualdade entre as duas legendas políticas.

<sup>193</sup> Djalma Falcão Protestou contra a inclusão de Penedo e Palmeira na “área de segurança nacional”. Diário de Alagoas, Maceió. Ano: XVI, nº 38, 20 de fev. de 1968, p.1.

<sup>194</sup> Por quê Penedo?. Diário de Alagoas, Maceió. Ano: XVI, 14 de jul. de 1968, p.2.

As forças do País e do Estado, com esta preocupação em discriminar a atuação dos políticos, quando procuram armar esquemas eleitorais, impedindo, ao MDB, condições de disputar, em igualdade as eleições para os mandatos eletivos, estão, senhor Presidente, concorrendo para trazer a intranquilidade e a incerteza à família brasileira. [...] Mas como podemos pensar em tranquilidade se todos os obstáculos são postos àqueles que militam nas correntes oposicionistas brasileiras? [...] É um governo voltado apenas à facção arenista, deixando ai outra (sic), simplesmente porque faz oposição, bloqueada. Quase sem condições de disputar a preferência do eleitorado<sup>195</sup>

Apesar das contestações, a postura moderada dos emedebistas é evidenciada pela preocupação de manter uma divisa segura, diferenciando-se e afastando-se de posições mais “radicais”. Neste sentido é evidente a justificativa “não somos subversivos ou corruptos, não somos extremistas, o que somos é democratas autênticos e legítimos”<sup>196</sup>. Utilizando o discurso ponderado como estratégia os emedebistas revelavam suas inquietações “O Brasil desfruta no momento, de condições de tranquilidade. Sem razão, portanto, a ideia, ainda a esta altura, de transformar os municípios brasileiros, em municípios cassados (sic)”<sup>197</sup>. A prudência dos parlamentares obedecia ao pragmatismo eleitoral das eleições vindouras. Com medidas cada vez mais restritivas por parte do governo federal, tornava-se necessário não ir muito além dos limites impostos pelos militares. Somava-se a isso, a constante apreensão de novas listas de cassação; a cada reunião do Conselho de Segurança Pública, o receio de ser atingido fazia os parlamentares emedebistas, mesmo caracterizados pela constante moderação nos seus posicionamentos, ficarem em alerta.<sup>198</sup>

Neste cenário, os veementes protestos digiriram-se às novas regras do sistema eleitoral; duas delas foram alvo de protestos por parte dos parlamentares alagoanos: a instituição da sublegenda e do voto vinculado. A sublegenda era vista como um ato de força que visava somente fazer maioria no parlamento, uma atitude meramente discricionária, cujo efeito seria nocivo para a oposição. Sebastião Teixeira, líder emedebista na Câmara Municipal de Maceió, julgava um atentado à democracia a

<sup>195</sup> Discurso de improviso do deputado Rubens Canuto, no 2º período, da 2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura. Anais da Assembleia Legislativa de Alagoas, Maceió. 5 de ago. de 1968, pp. 1-2.

<sup>196</sup> Idem, Ibidem.

<sup>197</sup> Discurso de improviso do deputado Rubens Canuto, no 1º período, da 2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura. Anais da Assembleia Legislativa de Alagoas, Maceió. 29 de abr. de 1968, p.3.

<sup>198</sup> Alcides Muniz Falcão. Entrevista concedida ao autor. Jardim do Horto 1, Maceió, 7 de abr. 2016.

instituição de tal medida; para Djalma Falcão a sublegenda representava “um indigno blefe a consciência do povo brasileiro”<sup>199</sup>. O presidente em exercício do MDB alagoano, deputado federal Cleto Marques destacava que “sua adoção será não só um atentado à liberdade da vida partidária, como um flagrante desrespeito às leis. As críticas dos parlamentares estenderam-se também ao voto vinculado. A proposta previa que o eleitor somente poderia votar em candidatos do mesmo partido para os cargos de deputado federal e deputado estadual, sob pena de ter seus votos cancelados. A medida, segundo os emedebistas, era uma “aberração”, nas palavras de Cleto Marques “O voto vinculado é o meio das maiorias encabrestarem as eleições, encaminhando-as para onde desejam”<sup>200</sup>.

Apesar das denúncias dos parlamentares oposicionistas, o recrudescimento da ditadura militar limitaria cada vez mais o espaço da política institucional. A cada mês novas medidas sinalizavam a disposição dos militares em estabelecer sob às diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional um rígido controle político e social da sociedade. Essas medidas, fortalecidas pelo Ato Institucional nº5 e o conseqüente fechamento do Congresso Nacional, tiveram reflexos diretos na derrota oposicionista na maioria dos estados, nas eleições municipais de 1969 e nas estaduais de 1970. Os municípios alagoanos por representarem um elo ainda mais frágil na organização dos quadros oposicionistas, assistiram durante toda a década de 1970 um significativo encolhimento, seguido pela desestruturação de diversos diretórios. A presença emedebista nas cidades do interior dependia da força dos parlamentares que disputavam os pleitos majoritários. O fechamento político com o AI-5 isolava os municípios de uma presença mais efetiva dos parlamentares do MDB. Somava-se a isso as dificuldades geradas pelas sublegendas e o constante uso da máquina pública para favorecimento do partido situacionista. Esse quadro afastava possíveis candidaturas pela sigla, a sobrevivência da legenda no interior se deu em grande medida pelos antigos vínculos tecidos no pré-1964, das velhas redes políticas do PSP, que permaneciam agora no MDB. Mesmo com o movimento de inflexão nas urnas no cenário nacional (que levou o MDB a uma vitória significativa a partir da metade da década de 1970) e a penetração da sigla por diversos municípios do

<sup>199</sup> Djalma Falcão: “Sublegendas beneficiarão governo”. Diário de Alagoas, Maceió. Ano: XVI, nº 91. 26 de abr. de 1968, p.4.

<sup>200</sup> Cleto Marques chegou para Reestruturar MDB. Diário de Alagoas, Maceió. Ano: XVI, 21 e mar. de 1968, p.1.

interior do país - em especial de grandes centros urbanos como o estado de São Paulo - no caso alagoano esse fator não teve reflexo num crescimento efetivo no interior. Paulatinamente o partido oficial do governo, a ARENA, exercerá sua hegemonia política tanto nas cidades do interior, quanto no controle do executivo estadual.

### **3.5 – A Ditadura sem máscara.**

Desde o golpe civil-militar em 1964 até meados de 1968, os militares oscilaram entre ensaios de liberalização e medidas autoritárias. Desse modo, as promessas da “política de alívio” na transição do governo Castelo Branco para Costa e Silva, andavam juntas com os expurgos, prisões e cassações. Os primeiros anos da ditadura militar revelam essa constante contradição, onde os discursos oficiais destacavam a disposição de dialogar com a sociedade civil, e os atos manifestavam disposição contrária. O ano de 1968, contudo, tornou-se um paradigma para o estudo do regime autoritário brasileiro, por representar um momento de transição entre um estado de direito autoritário à restauração de uma ditadura aberta<sup>201</sup>. Essas análises destacam que a partir da instauração do AI-5 há um “golpe dentro do golpe” pela intensificação da repressão.

Entretanto, apesar da escalada repressiva ter observado um grau nunca antes visto em finais de 1968, sua arquitetura já estava sendo preparada há algum tempo (como vimos no início do capítulo), a convivência dentro do seio das Forças Armadas entre os “castelistas” e os “linha-dura”, desvelaria em conflitos sobre qual destino a “revolução” deveria seguir, no sentido de uma tímida abertura ou do total fechamento democrático. As manifestações que ganhavam corpo por todo Brasil contra a ditadura tornavam-se um elemento fundamental no conflito interno das duas facções, o tratamento que se daria seria crucial para o desenvolver da crise.

Dentre todas as agitações uma seria utilizada como “bode expiatório” pelos militares para a guinada repressiva: o discurso proferido em 3 de setembro de 1968 pelo deputado Márcio Moreira Alves. O emedebista utilizava-se da imunidade parlamentar para tecer suas críticas à ditadura, o discurso proferido incitava a população a boicotar o desfile militar de 7 de setembro, sugerindo as mulheres brasileiras “que resistissem ao governo militar recusando-se a namorar oficiais que silenciassem diante da repressão ou

---

<sup>201</sup> Neste sentido, podemos elencar os trabalhos de (REIS FILHO, 2014) e (GASPARI, 2014).

participassem ativamente das violências cometidas pelo Estado”<sup>202</sup>. Apesar do discurso não ter causado alarme na imprensa e mesmo ter passado despercebido pelo próprio Congresso, serviu de pretexto para desencadear uma onda de insatisfação entre os militares, que sentiam-se ultrajados em sua honra. Cópias do discurso circularam por todos os quartéis do país; como consequência os ministros militares das Forças Armadas exigiram que fosse suspensa imediatamente a imunidade do emedebista para processá-lo.<sup>203</sup> Daí em diante, o caso isolado de Márcio Moreira Alves tomou outras proporções. A negação de parlamentares da ARENA de abrir requerimento contra o deputado, contrariaram ainda mais os militares, em especial a linha-dura, desejosa de eliminar qualquer foco de oposição. Por outro lado, evidenciava a preocupação dos políticos aliados ao governo de abrir um perigoso precedente para supressão total da liberdade parlamentar.

Essa apreensão fez muitos parlamentares da ARENA e do MDB votarem no dia 12 de dezembro, dois meses após o pronunciamento, pela rejeição do pedido contra o emedebista. Era a primeira vez desde o golpe militar em 1964 que o Congresso demonstrava força política numa questão crucial para o governo. A vitória, porém, era só aparente, no dia seguinte, 13 de dezembro de 1968 era decretado o Ato Institucional nº5 dando poderes quase ilimitados ao Presidente. Diferentemente dos outros atos, o AI-5 não tinha prazo para terminar, transformando em permanente o estado de exceção. Em outras palavras, enquanto os outros atos limitavam-se a expurgar e “corrigir” setores da vida política e social por determinado período, o novo Ato Institucional pretendia tornar a censura e a repressão instrumentos legais e institucionalizados pelo Estado.<sup>204</sup>

---

<sup>202</sup> ALVES, op. cit. p.129.

<sup>203</sup> SKIDMORE, op. cit. p.162.

<sup>204</sup> Os poderes atribuídos ao AI-5 foram sintetizados por Maria Helena Moreira Alves “1) - Poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) – Direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo, nos níveis federal/estadual e municipal; 3) – Direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, reinstituição do “Estatuto dos Cassados” ; 4) – Direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5)- Direito de demitir ou remover juízes, e suspensão das garantias aos judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. 6) – Poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Consituição de 1967; 7 – Direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) – Suspensão da garantia do *habeas corpus* em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional; 9) – Julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) – Direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais; 11) – Poribição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional nº5.” ALVES (op. cit.,) p.131.

O AI-5 revelou a face mais autoritária da ditadura militar, sem meio termo, e o Estado de Segurança Nacional assumia sua postura discricionária, sem nenhuma máscara ou receio da opinião pública. As causas de sua instauração receberam diferentes atribuições. Para o historiador Jacob Gorender, testemunha ativa do período, “a causa determinante esteve na tendência crismada na época de “linha-dura”, atuante desde 1964 e responsável pela crise-político-militar de 1965”<sup>205</sup>. Gorender destaca que a atuação da linha-dura, considerada a extrema-direita do regime ditatorial, foi fundamental para criação de um “clima propício ao fechamento completo”. O autor afasta a concepção de que o AI-5 se deveu à escalada da esquerda, com suas “ações armadas” e das “lutas de massas”. Desse modo, o recrudescimento da repressão teria causa nas dissensões das facções militares, e na consequente vitória da ala mais radical, que já trabalhava nesse sentido desde o início de 1968.

[...] Já no primeiro semestre de 1968, a extrema direita militar estava decidida a recorrer a um plano “*diabólico e hediondo*” – nas palavras insuspeitas do brigadeiro Eduardo Gomes – a fim de suprimir resquícios liberais remanescentes. Conforme se verifica pelo levantamento de Flávio Deckers, os atentados terroristas de direita com autoria oculta atingem o pico em 1968, decaem bruscamente em 1969 e desaparecem, de todo, entre 1971 e 1975. Consumado o fechamento ditatorial, não era mais necessária a atuação das organizações paramilitares. O terrorismo de direita se oficializou. Tornou-se terrorismo de Estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionais.<sup>206</sup>

Para os militares, o Ato era uma resposta às agitações políticas verificadas no decorrer de 1968, todavia, essa tese não se confirma. A medida que analisamos os conflitos internos da própria corporação militar, fica perceptível o intuito da facção mais radical em recrudescer o regime, mesmo antes dos movimentos contestatórios de 1968. É possível inferir que as dissensões internas nas próprias Forças Armadas, tenham eclodido com as crescentes mobilizações da sociedade civil, refletidas no Congresso Nacional. Utilizando como justificativa a radicalização, os militares não demoraram para pôr em prática seus objetivos de indicar o rumo que a ditadura militar deveria tomar, agora com total controle da ala radical.

<sup>205</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014, p.165.

<sup>206</sup> Idem, *Ibidem*, p.166.



A avalanche repressiva teve um raio de alcance bastante amplo, atingindo a imprensa, com a prisão de vários jornalistas, como o diretor do Jornal do Brasil, José Sette Câmara. O Judiciário com a redução de sua representação de 16 para 11 cadeiras, onde os ministros do Supremo Tribunal Federal, Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva, foram aposentados compulsoriamente.<sup>207</sup> Na Universidade vários professores, como Caio Prado Jr e Florestan Fernandes, foram exonerados. Os expurgos seguiram atingindo burocratas, advogados, engenheiros, arquitetos, políticos e militares. Estima-se que mais de 1607 pessoas tenham sido processadas com base no AI-5.<sup>208</sup> No campo político, o ato serviu para “cassar os mandatos eleitorais de 133 deputados federais e senadores, 190 deputados estaduais, 38 vereadores e 30 prefeitos”<sup>209</sup>.

Era evidente que as medidas punitivas não deixariam mais espaço para eventuais críticas ao governo. Indo além, os militares não só estabeleceram a censura e a repressão sistemáticas, como outorgaram na figura do Presidente poderes extraordinários, tornando o poder Executivo o único com capacidade de legislar. Neste sentido, o Congresso Nacional e diversas Assembleias estaduais e municipais são colocadas em recesso forçado, abrindo espaço para uma torrente de novos atos institucionais e decretos-lei.

Entretanto, apesar do fechamento do sistema político, tanto o MDB, quanto a ARENA não são extintos. Fator curioso, uma vez que uma das explicações para aplicação do AI-5 era a “rebeldia” dos parlamentares. Tal fato, como destaca Kinzo, revelava que os militares deixavam alguns sinais que não pretendiam privar totalmente os civis de desempenhar algum papel<sup>210</sup>, soma-se a isto o fato das eleições de 1969 e 1970 terem sido mantidas (mesmo com inúmeras restrições e dificuldades).

Em Alagoas a onda repressiva desencadeada pelo AI-5 foi responsável pela cassação de nove deputados, três arenistas: Oséas Cardoso Paes, Aloysio Ubaldo Nonô e Eraldo Malta Brandão, e seis emedebistas: Pedro Timóteo Filho, Luiz Gonzaga Malta Gaia, Diney Soares Torres, Roberto Tavares Mendes, Elísio Maia e Moacir Lopes de

---

<sup>207</sup> SKIDMORE, op. cit. pp.167-198.

<sup>208</sup> ALVES, op. cit. p.134.

<sup>209</sup> Idem, ibidem, p.135.

<sup>210</sup> KINZO, op. cit. p.120.

Andrade, além de Melo Mourão (suplente de deputado federal)<sup>211</sup>. Desse modo, mais da metade da bancada emedebista eleita em 1966 é expurgada do parlamento estadual. Soma-se a este fato o fechamento do jornal oposicionista Diário de Alagoas, único veículo de comunicação do partido. Reduzidos e desarticulados os emedebistas denunciavam as investidas do governo estadual contra as tentativas de reorganização da sigla. Em telegrama enviado em meados de julho de 1969 ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, o então presidente do MDB alagoano Djalma Falcão, denunciava:

Comunico vosso excelência que o MDB conseguiu quórum em mais de quarenta por cento dos municípios alagoanos. Todavia pressões do governo local começam a fazer sentir, com finalidade tornar inexecutáveis as Convenções de 10 de agosto. No Município de Canapi mais de vinte eleitores inscritos em nosso partido foram induzidos sob coação das sanções revolucionárias a renunciarem suas filiações, por parte do cidadão João Alvino Malta Brandão, prócer da ARENA local e correligionário do governador do Estado. Nossos companheiros do interior manifestam receio que este episódio repita-se em outros municípios [...] Por esta razão solicitaram ao Diretório Nacional do MDB levar esta denúncia as autoridades federais competentes, no sentido de que sejam asseguradas as mínimas garantias para a oposição alagoana cumprir a legislação eleitoral vigente.<sup>212</sup>

Neste cenário são realizadas as eleições municipais de 1969, em meio as coações e obrigações impostas pela nova legislação eleitoral. A participação da oposição nos pleitos seguintes ao AI-5 foi extremamente reduzida, o que é demonstrado pelo constante declínio da legenda nesse período. No decorrer de 1969 e 1970 o MDB limitou-se à sobrevivência e à reorganização. O papel de partido oposicionista que em 1968 expressava-se com considerável força, paulatinamente foi substituído por posições excessivamente moderadas. Para os militares o papel da oposição devia ser o da “crítica construtiva”, de maneira nenhuma teria espaço qualquer movimento de rebeldia ou de contrariedade aos intuitos da ditadura, todavia, as demarcações entre críticas positivas e constestação ao regime não estavam claras<sup>213</sup>. Isso revelava-se na constante prudência dos emedebistas no trato com o governo federal, tornando as diferenças entre os emedebistas e os arenistas muito sutis.

<sup>211</sup> PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. (TOMO II, Vol. II) – Os atingidos. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. (grifo nosso).

<sup>212</sup> MDB de AL denuncia pressões e solicita providências. Jornal de Alagoas. Maceió. nº 402, 15 de jul. de 1969, p.1.

<sup>213</sup> KINZO, op. cit. p.130.

Desta maneira podemos elencar alguns motivos da grande derrota do MDB nas eleições de 1970: 1º - Os expurgos que retiraram do partido seus parlamentares mais combativos; 2º - A dificuldade de conseguir condições mínimas de funcionamento e organização de diretórios; 3º - A atuação moderada e discreta pós AI-5; 4º - As ameaças de cassação e prisão de seus políticos e militantes; 5º - A censura à imprensa, rádio e televisão durante a campanha. Esses fatores levaram a um significativo encolhimento da sigla por todo país. Em Alagoas, entretanto, as condições apresentaram-se mais adversas. O MDB alagoano já mutilado de metade de seus deputados, organizava-se como podia para o pleito de 1970, quando em março do mesmo ano, no mês de comemoração de 5 anos da “Revolução de 1964”, o então líder da bancada alagoana deputado Rubens Canuto sofre um trágico acidente de carro, em uma manhã de domingo, quando acaba falecendo. Em meio as notícias de comemoração pelo golpe de 1964, o Jornal de Alagoas anunciava o sepultamento do líder emedebista<sup>214</sup>. A morte do parlamentar foi o início de um longo ostracismo do MDB alagoano, nas eleições de 1970, a sigla só consegue eleger 4 parlamentares estaduais: Antônio Ferreira de Andrade, Alcides Muniz Falcão, Walter Dória Figueiredo e Higino Vital da Silva, e apenas o deputado federal Vinícius Cansansão Filho. Essa significativa redução refletiu-se na letargia em que esteve a oposição alagoana durante os primeiros anos da década de 1970. O que se tem notícia da sigla nesse período refere-se às tentativas de reorganização e adequação às novas leis eleitorais. No parlamento o restrito número de deputados voltaram suas atuações para uma efetiva oposição ao governo Lamemha Filho, e na defesa de pautas relacionadas ao funcionalismo público<sup>215</sup>.

No plano nacional em fins de 1969 e início de 1970 as lutas pelo poder dentro da esfera do Estado se intensificam e, em meados de agosto o Presidente Costa e Silva sofre um grave ataque cardíaco, ficando incapaz de conduzir o governo. Pela atual Constituição de 1967, no impedimento do Presidente seu vice deveria assumir. Contudo, na linha sucessória legal estava um político arenista: Pedro Aleixo. No cenário de fechamento democrático em que o país estava, conduzir um civil para a presidência

---

<sup>214</sup> Sepultamento do deputado Rubens Canuto foi assistido por cerca de cinco mil pessoas. Jornal de Alagoas. Maceió, 31 de mar. de 1970, p.2.

<sup>215</sup> Alcides Muniz Falcão. Entrevista. (op. cit.)

não seria viável segundo os ministros militares<sup>216</sup>. Sem maiores cerimônias, o Alto Comando das Forças Armadas estabeleceu uma “Regência Trina”, composta pelos chefes das três armas: Exército, Aeronáutica e Marinha. A junta militar provisória foi responsável pelo processo de sucessão presidencial e, para isso, teve que agir com cautela controlando as fortes dissensões internas. Nesse sentido, em outubro de 1969 o Congresso Nacional é reaberto para confirmar o nome do próximo ditador, Emílio Garrastazu Médici, numa votação em que a ARENA, sem maiores pretensões confirmou o nome do general e o MDB optou pela total abstenção.<sup>217</sup>

Uma nova fase da ditadura militar estava prestes a ter início, anos que seriam marcados pela repressão sistemática, institucionalização da tortura e aparelhamento militar nos diversos órgãos públicos. E também pela guinada econômica, pelos altos índices de crescimento e concentração de renda, pelas propagandas ufanistas que defendiam um país “potência”. O início da década de 1970, dessa forma, inaugura um período em que a euforia desenvolvimentista está somatizada ao recrudescimento do Estado de Segurança Nacional. Mas além disso, é um fase de enfrentamento e reconstrução dos grupos de oposição, representados pelas ações das esquerdas armadas e pela revitalização programática e política do MDB.

---

<sup>216</sup> É válido ressaltar que a desconfiança dos militares também se devia ao político arenista ter sido veementemente contra a promulgação do AI-5.

<sup>217</sup> SKIDMORE, op. cit. pp.194-201.

#### 4. – DO OSTRACISMO À RECONSTRUÇÃO: MDB E AS NOVAS PAUTAS NO CONTEXTO DA DISTENSÃO (1970-1979).

##### 4.1 – A estratégia armada como alternativa à “oposição legal”.

[...] o enfrentamento real a ditadura passava por duas vertentes: uma de política convencional constituída por nosso grupo; e outra, a luta armada. Existia inclusive, entre esses dois segmentos um confronto surdo. [...] A guerrilha [...] considerava a democracia como uma farsa, e o processo político uma mentira permanente. [...] De nossa parte, entendíamos que a guerrilha era um pretexto para a ditadura recrudescer.<sup>218</sup>

Este depoimento do ex-deputado emedebista Marcondes Gadelha<sup>219</sup> ilustra de que maneira as estratégias do MDB e das esquerdas armadas divergiram no contexto político pós instauração do AI-5. De um lado os emedebistas acreditavam que o caminho para redemocratização não poderia dissociar-se dos mecanismos legais, do outro, os grupos que aderiram à luta armada consideravam o MDB responsável por passar para a sociedade brasileira e para o exterior a imagem de que existia qualquer normalidade democrática, a existência da “oposição legal”, desse modo, tinha como único objetivo legitimar a ditadura militar.

Todavia, é importante destacar, que a desconfiança das esquerdas armadas com a oposição parlamentar, principalmente pós-golpe de 1964, possuía suas bases na crítica construída ao PCB e sua opção pela “revolução pacífica”. Desde o V Congresso em 1960, o Partido Comunista Brasileiro ratificara a defesa de uma aliança com a burguesia nacional, na proposição da formação de um governo nacionalista e antiimperialista. A aliança entre proletariado, campesinato e a pequena burguesia seria o caminho para a revolução brasileira.<sup>220</sup> A posse de João Goulart fez a estratégia pecebista encontrar uma base real de sustentação, a defesa de seu projeto reformista tornou-se para o partido a possibilidade efetiva de lutar contra os problemas que apresentavam-se mais urgentes: como a libertação nacional contra o imperialismo norte-americano e o atraso “feudal”

<sup>218</sup> NADER, Ana Beatriz. Autênticos do MDB: história oral e vida política. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.300.

<sup>219</sup> Deputado Federal pelo MDB da Paraíba nas legislaturas: 1971-1974/1975-1979.

<sup>220</sup> MORAES, op. cit. p.65.

do campo. Essa estratégia, contudo, rendeu ao partido diversas críticas internas e externas dentro do seio das esquerdas. As acusações de “reboquismo”, “pacifismo”, “revisonismo” foram frequentes desde o início da década de 1960. O descrédito pela confiança exarcebada do PCB em relação a política convencional culminou em críticas e rachas que marcaram o contexto pré e pós golpe de 1964. Após a queda de Jango, e a derrota com poucas resistências das forças progressistas, o PCB além de sofrer suas cisões, tornou-se o alvo principal das críticas que relacionavam a estratégia do partido à derrota das esquerdas. Seria, desta maneira, responsável por desviar a classe operária de seu “destino revolucionário” deixando-a a reboque de uma burguesia nacional.

Os grupos remanescentes no PCB orientaram suas ações, ratificadas pelo VI Congresso em 1967, na luta antiditatorial, porém, destacando a recusa à luta armada. Neste sentido, desde o surgimento do MDB em 1966 até seu fim em 1979, os pecebistas apoiaram a sigla, integrando-se na luta pela redemocratização. A recusa das esquerdas de aceitar o MDB como oposição à ditadura militar, desse modo, não era centrada somente no fator deste ter surgido por força de um ato de legitimação dos militares, mas também por representar toda a herança de conciliação do PCB, que havia levado a derrocada de 1964. PCB e MDB representavam o imobilismo perante os projetos revolucionários das esquerdas armadas. Tornava-se, deste modo, urgente sair da inércia para ação, uma vez que as tentativas “pacíficas” de enfrentamento à ditadura militar tinham falhado e culminado no fechamento democrático.

A opção pelas armas não foi pensada somente após a instauração da ditadura militar, grupos como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) já defendiam a estratégia no começo da década de 1960. Contudo, a estratégia armada, após o AI-5, deixa de ser apenas uma opção para tornar-se imperativa em diversos grupos de esquerda. Inúmeros fatores contribuíam nesse sentido, desde a derrota do projeto de revolução “nacional burguesa” defendido pelo PCB à crença de que o recrudescimento da ditadura militar despertaria na população o caráter revolucionário para derrubada do regime.

Os partidos e organizações que ingressam na luta armada possuíam visões diversas de organização, objetivos e estratégias. Segundo Ridenti é possível dividir em

três grandes coordenadas as divergências entre os grupos, “uma referente ao caráter da revolução brasileira (nacional democrática ou socialista), outra, às formas de luta para chegar ao poder (pacífica ou armada); uma terceira, ao tipo de organização necessária à revolução (partido leninista ou organização guerrilheira)”<sup>221</sup>. É perceptível que o objetivo da luta armada ia muito além de derrubar a ditadura militar, as diversas organizações, destacadas suas peculiaridades, tinham como meta principal realizar a “revolução brasileira”. O mergulho de cabeça na luta armada durante o final dos anos 1960 e início dos 1970 visava a construção de uma nova sociedade, de uma nova democracia, em outras palavras, da eclosão de um movimento revolucionário em direção ao socialismo. Esses ideais estavam diretamente influenciados pelo contexto internacional, dos exemplos da Revolução Chinesa (1949) e Cubana (1959). Neste contexto, as formas de luta tinham por base estratégias utilizadas nos movimentos revolucionários. De Cuba a teoria do Foquismo despertou grande entusiasmo na esquerda brasileira. “O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos.”<sup>222</sup> Inspirada pela atuação de Che Guevara e desenvolvida a partir dos escritos de Régis Debray<sup>223</sup>, o Foquismo, privilegiando a formação dos focos guerrilheiros nas áreas rurais por grupos que atuavam como “vanguardas”, conduzindo o processo revolucionário, tornou-se, dentro da conjuntura de intensa repressão, fragmentação e isolamento dos grupos armados, imperioso para o êxito da revolução.

O fato é que essa versão serviu como uma luva para movimentos revolucionários dos chamados países do Terceiro Mundo, em especial os da América Latina, que não contavam com a participação social na luta revolucionária ou o faziam com limites e contradições. Nada como um modelo a ser seguido, equacionando as dificuldades, apontando soluções, propondo caminhos, encorajando a luta.<sup>224</sup>

<sup>221</sup> RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. 2ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.32.

<sup>222</sup> GORENDER, op. cit. p.90.

<sup>223</sup> “Revolução na Revolução” (Folheto de 1967).

<sup>224</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e luta armada. In: O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX./ orgs: Jorge Ferreira Lucília de Almeida Neves Delgado. 6ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2013, p.60.

O Foquismo acaba por permitir aos diversos grupos que se propunham à luta armada, a organização de movimentos isolados, dissociados de qualquer apoio da sociedade, que atuavam como vanguardas, servindo como “motores propulsores” do processo revolucionário. Jacob Gorender alerta que a teoria sigularizou a ideia da “primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido”<sup>225</sup>. A guerrilha, desse modo, representava dentro da esquerda brasileira, um movimento de supervalorização da ação. Afinal, se as condições já apresentavam-se postas, o momento era de agir. Nos finais da década de 1960, esse processo levou a uma constante militarização das esquerdas, o eixo norteador deixava de ser a classe operária e deslocava-se para os grupos “marginais”.

Esta revisão do marxismo ortodoxo, influenciada por Herbet Marcuse, acabou servindo para justificar e legitimar a prática militarista e o isolamento da vanguarda em relação à sociedade que as organizações marxistas-leninistas encaravam.<sup>226</sup>

As ações armadas multiplicaram-se em fins de 1960 e início de 1970, grupos como: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Ação Popular (AP); Ação Libertadora Nacional (ALN); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Comando de Libertação Nacional (COLINA); Movimento de Libertação Popular (MOLIPO); Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), foram exemplos de organizações que estruturavam suas ações em torno da guerrilha. Três grupos em especial, influenciados pelas agitações de trabalhadores e estudantes nas grandes cidades, intensificaram a estratégia de guerrilha urbana; a ALN de Carlos Marighela, a VPR do ex-capitão do Exército Brasileiro Carlos Lamarca, e o MR-8 (grupo formado por universitários dissidentes do PCB). Suas ações como expropriações de bancos para financiar as operações, roubo de armas do Exército, libertação de presos políticos e os sequestros de embaixadores, surpreenderam os aparelhos repressivos, que ainda não estavam preparados para as novas táticas das organizações revolucionárias. Cabe destacar, nesse ínterim, o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick em setembro de 1969, organizado por membros da ALN e do MR-8. Essa ação, pela grande

---

<sup>225</sup> GORENDER, op. cit. p.91.

<sup>226</sup> ROLLEMBERG, op. cit. p.66.



repercussão que atingiu, tornou-se emblemática na história da luta armada. Tendo em mãos o embaixador do mais poderoso aliado do Brasil, os membros das duas organizações revolucionárias exigiram a libertação imediata de quinze presos políticos<sup>227</sup>, além da divulgação de um manifesto à nação repudiando as torturas realizadas pela repressão e o caráter das ações armadas. Por pressão dos Estados Unidos, as exigências foram imediatamente atendidas pelos militares. A ousadia dessa operação, contudo, provocou a fúria dos militares, e fez desabar sobre a esquerda uma onda repressiva de largo alcance, que nos anos seguintes seria responsável por dizimar a guerrilha urbana e rural, com as mortes de Marighela, Lamarca, e a dizimação do foco guerrilheiro do PCdoB na região do Araguaia nos anos de 1972-1974.

Dando o “capítulo” da luta de massas encerrado, o combate pelas armas tornou-se o único caminho possível para diversas organizações - a estratégia pela política legal era vista como um engodo - “as vanguardas revolucionárias não podiam ser partidos políticos com braços armados, mas organizações de corpo inteiro militarizadas e voltadas para as tarefas de luta armada”<sup>228</sup>. A luta armada, portanto, teve um curto e intenso período de ações, cristalizadas nas fragmentadas organizações revolucionárias, na supervalorização da ação através do militarismo e no isolamento social.

Neste cenário de recrudescimento da ditadura militar e da emergência da luta armada, a atuação emedebista esteve sob retração com o fechamento do Congresso Nacional entre dezembro de 1968 a outubro de 1969. Analisando o período, Thomas Skidmore afirma que “o silêncio da oposição legal criou um vácuo que a oposição armada tentou ocupar”<sup>229</sup>. Se a luta armada surge como alternativa a “oposição legal”, cabe fazermos uma pequena análise das críticas dirigidas ao MDB. Não é intuito nosso, contudo, realizar um extenso mapeamento do que as diversas organizações revolucionárias achavam sobre a sigla. Mas entender alguns pontos, principalmente no

---

<sup>227</sup> Os 15 presos políticos pedidos em troca do embaixador eram: Luís Travassos, José Dirceu e Vladimir Palmeira, líderes estudantis; José Ibrahim, líder sindical operário; Flávio Tavares, jornalista; Gregório Bezerra, dirigente do PCB em Pernambuco e um dos primeiros presos após o golpe militar; Onofre Pinto, dirigente da VPR e ex-militar; Ricardo Villas Boas, músico e integrante da Dissidência/MR-8; Ricardo Zaratini, engenheiro ligado a movimentos sindicais do Nordeste; Rolando Fratti, do PCB; Agonalto Pacheco, da ALN; Mário Zanconato, do COLINA; Ivens Marchetti, do MR-8; Leonardo Rocha, da ALN e a única mulher do grupo, Maria Augusta Carneiro, do MR-8.

<sup>228</sup> GORENDER, op. cit. p.169.

<sup>229</sup> SKIDMORE, op. cit. p.171.

contexto do nosso recorte espacial (nordeste/Alagoas) de como o MDB era visto e relacionava-se com as esquerdas neste período.

Em Alagoas a hegemonia da esquerda concentrava-se em torno do PCB, partido que alcançou significativo crescimento desde meados do final da década de 1940. Nas eleições de 1946, o partido consegue eleger três deputados estaduais: José Maria Cavalcante, André Papine Góis e Moacir Rodrigues, que atuavam até o partido ser posto novamente na ilegalidade em 1947. Intensificando suas ações políticas o partido comunicava-se com a população e sua militância através do jornal “A Voz do Povo”, que possuía bom alcance nas camadas dos trabalhadores urbanos de Maceió e de outras cidades possuidoras de fábricas e comércio dinâmico. Como vimos no primeiro capítulo, o período de maior liberdade de atuação dos comunistas em Alagoas foi no Governo de Muniz Falcão (PSP), neste período “os comunistas ampliaram sua influência nos sindicatos operários, multiplicaram o número de seus militantes e criaram uma larga faixa de simpatizantes em todos os estratos sociais”.<sup>230</sup> Deste modo, em meados da década de 1950 e 1960, comunistas e trabalhistas (reunidos em torno do PSP/PTB) caminhavam juntos, sem evidentemente abandonar suas peculiaridades, no sentido de um governo progressista e reformista.

Após o golpe de 1964, entretanto, a desarticulação do PCB será significativa, com a prisão de seus principais dirigentes e a consequente imobilidade do Comitê Estadual perante as baixas. Segundo informações do ex-militante do partido, Rubens Colaço, após o golpe, a posição do PCB foi pela resistência política, “aqui em Alagoas, no MDB, continuamos nosso trabalho sindical e no movimento popular”<sup>231</sup>. Desse modo, a relação entre emedebistas e comunistas em Alagoas, perpassou toda década de existência da sigla, essa ligação continuaria mesmo após o fim do bipartidarismo em 1979, uma vez que os comunistas alagoanos do PCB desfilaram-se do já então PMDB, somente em 1985.<sup>232</sup> Infelizmente ainda não é possível realizar uma análise detalhada de que forma as inserções e atuações do PCB foram realizadas dentro do MDB, mas, é

---

<sup>230</sup> LESSA, Golbery. Os Principais Momentos do PCB em Alagoas. In. A indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas. Alberto Saldanha (organizador). Maceió: Edufal, 2011, p.101.

<sup>231</sup> MAJELLA, Geraldo de. Rubens Colaço: 40 anos de militância comunista. (entrevista) In: *O PCB em Alagoas: Documentos (1982-1990)*. Maceió, Cepal, 2011, p.281.

<sup>232</sup> A carta de desfiliação pode ser consultada na obra acima citada do historiador Geraldo de Majella, nas páginas 253 e 254.

possível inferir que o “partidão” tenha ajudado os emedebistas nas campanhas eleitorais e nos trabalhos de base.

Cabe ressaltarmos, também, os posicionamentos do Partido Comunista Revolucionário (PCR), fundado em maio de 1966 na cidade Recife, por um grupo de dissidentes do PCdoB. Três motivos importantes podem ser destacados na escolha da sigla; primeiro que, apesar de sua fundação ter se dado na capital pernambucana, seu núcleo de formação possuía três alagoanos; Manoel Lisboa de Moura, Selma Bandeira e Valmir Costa. Segundo pela sua estratégia de ação, que privilegiava a região nordeste, terceiro pela penetração do partido nos núcleos universitários alagoanos na segunda metade da década de 1970. Ainda em 1966, o partido lança seu primeiro documento de formulação programática, a *Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários*, onde defende a classe operária como vanguarda da revolução socialista brasileira e a ditadura do proletariado. Em um artigo publicado em fevereiro de 1968 na revista de divulgação *Luta Ideológica*, intitulado “P.C. Brasileiro, antro do revisionismo em nossa pátria”, podemos analisar o posicionamento do partido em relação ao MDB. Assim, como as diversas organizações que aderiram à luta armada, o PCR direcionava suas principais críticas ao PCB, essas avaliações, contudo, estendiam-se “por tabela” aos emedebistas.

O programa dos revisionistas [PCB] é em essência o mesmo do MDB, que reflete e defende através de elementos de proa os interesses e reivindicações da burguesia nacional, e que essa mesma burguesia nacional é incapaz de conquistar o poder, não podendo, portanto ver a concretização de seu programa. [...] por isso a burguesia nacional em lugar de desenvolver a guerra popular, sonha com “putshs” ou como é característico de nosso país, utiliza o seu próprio método de luta que é o eleitoral, visando tão somente participar e ampliar sua participação no poder. [...] Essa política dos revisionistas é altamente perniciosa, pois propaga a ilusão entre as massas de que a ditadura será derrubada por meio de eleições.<sup>233</sup>

Percebemos que tanto o PCB e o MDB além de criticados pelos métodos de atuação (via democrática), eram considerados prejudiciais ao esclarecimento da sociedade. Mais do que isso, seriam responsáveis por iludir a população, desviando-a da “guerra popular” para o campo da disputa política institucional. Os emedebistas

---

<sup>233</sup> P.C. Brasileiro antro do revisionismo em nossa pátria. *Luta Ideológica*. Editorial nº 4, fev. de 1968.

representavam o setor mais evidente da burguesia nacional, seus interesses de classe, portanto, estariam completamente dissociados dos interesses da revolução. Além do mais, a burguesia nacional era considerada uma classe em decadência, essencialmente contra-revolucionária e anti-comunista<sup>234</sup>. Outro artigo de abril de 1968 intitulado “A Ideologia do snr. Miguel Arraes”, segue no mesmo sentido, esclarecendo que é necessário “aprofundar a crítica a burguesia brasileira e aos políticos que a representam”<sup>235</sup>. O apoio a “oposição legal” era considerado um fator que levaria “a perda da hegemonia do proletariado”.

[...] interessa aos comunistas revolucionários a participação da burguesia nacional na luta antiimperialista, na medida em que o partido do proletariado criando, desenvolvendo e dirigindo as forças armadas populares, o exército popular, detenha a hegemonia da luta revolucionária e faça com que os representantes políticos da burguesia nacional, como o snr. Miguel Arraes, marchem a reboque dos nossos interesses e objetivos revolucionários.<sup>236</sup>

A participação da burguesia nacional só teria sentido se caminhasse sob hegemonia dos interesses “revolucionários”, desse modo, buscavam não incorrer no que consideravam um erro do pré 1964, quando as forças de esquerda capitaneadas pelo PCB deixaram as forças políticas e populares “a reboque” da política convencional. Do outro lado, os emedebistas percebiam a estratégia armada como a “solução do desespero”.

Confiávamos no processo democrático, no processo político e sabíamos, que mais cedo, ou mais tarde, por uma ação sustentada, continuada e forte, encontraríamos meios e modos de promover algum tipo de clivagem no sistema dominante. [...] Éramos, inegavelmente, um ponto de referência, sobretudo por que a cada ação da guerrilha, recrudescia a violência e alguém morria, desaparecia, ia preso ou exilado.<sup>237</sup>

Era evidente que os movimentos de guerrilha e a oposição parlamentar possuíam estratégias divergentes de enfrentamento à ditadura militar. As esquerdas armadas apesar das discórdias internas, estavam unidas na crítica à estratégia de luta legal. A aproximação dos setores que participaram e defenderam a luta armada das pautas

<sup>234</sup> Idem, Ibidem.

<sup>235</sup> A Ideologia do snr. Miguel Arraes. Luta Ideológica. Editorial nº5, abr. de 1968.

<sup>236</sup> Idem, Ibidem.

<sup>237</sup> (Depoimento de Marcondes Gadelha). NADER, op. cit. pp.300-301.

emedebistas só seria percebida na segunda metade da década de 1970, com a inflexão eleitoral e o crescimento do partido. Derrotada definitivamente a luta armada em meados de 1974, muitas organizações e partidos guerrilheiros redirecionaram suas ações para dentro do campo legal, nos movimentos sociais, operários e estudantis. Esse contexto em Alagoas seria percebido principalmente dentro do seio universitário, a partir de 1976, quando a “Frente Medebista” que reunia membros do PCR, MDB jovem e do PCdoB, formam uma frente única para disputar os Diretórios de Área da Universidade Federal de Alagoas.<sup>238</sup> Portando, podemos inferir que o relacionamento do MDB alagoano com os partidos de esquerda de 1966 até a segunda metade da década de 1970, esteve restrito ao PCB, que atuava timidamente na sigla, contudo, a partir do crescimento nacional emedebista, membros de partidos como PCdoB e PCR engrossaram às fileiras da sigla na formação de uma frente única de lutas no meio estudantil.

#### **4.2 – O “Milagre Econômico” e a modernização conservadora.**

Paralelo ao crescimento das ações armadas e da guinada repressiva, durante os anos de 1968 a 1973 o Brasil passou por um crescimento vertiginoso na área econômica, alcançando taxas que o colocavam entre as dez maiores economias mundiais. Num curto período, a economia brasileira despontava com índices elevados de crescimento na indústria, construção civil e produção de bens duráveis. No esteio desse processo, investimentos na indústria petroquímica, expansão de rodovias e do complexo hidrelétrico, desenvolvimento das telecomunicações estiveram na ordem do dia dos tecnocratas militares. Empolgados pelo grande êxito e utilizando-se de uma eficiente máquina publicitária estatal, os burocratas não tardaram de batizar esse contexto de “Milagre Econômico”. O modelo milagroso, contudo, não obedecia ao acaso, mas era coordenado por competentes especialistas dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, cujas figuras de Delfim Netto e João Paulo dos Reis Velloso, sobressaíam.

Sob o comando do ministro Delfim Netto considerado no período o “czar” da economia - título que explicitava bem o poder discricionário das medidas tomadas na

---

<sup>238</sup> SALDANHA, op. cit. pp.118-119.

área econômica pelos militares – o Brasil colocou em prática um programa econômico de aceleração do crescimento nunca visto antes. O “Milagre Econômico” brasileiro era destacado através de uma eficiente propaganda dirigida pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), agência de publicidade criada em 1969, responsável por vincular na sociedade *slogans* de ufanismo exacerbado como: “Brasil Potência”; “Ninguém segura esse país”; “Pra frente Brasil”, entre outros. A ideia era mostrar um país grande e empreendedor, exaltando uma nação que crescia vertiginosamente e que chamava a sociedade -ou mesmo obrigava-a – a participar nessa campanha, um dos *slogans* mais indicativos desse processo seria o “Brasil Ame-o ou deixe-o”.

O crescimento dos investimentos estrangeiros no país nesses anos foram vultuosos, o desenvolvimento de importantes obras de infraestrutura (siderurgia, energia, estradas, etc.) visava atrair o capital estrangeiro, uma vez que este era visto como um fator fundamental para um crescimento rápido. O desenvolvimento da economia, dessa forma, privilegiava grandes empresas multinacionais, além de utilizar como subsídios importantes redes de financiamento internacionais – fato que elevou consideravelmente a dívida externa para mais de 12,5 bilhões de dólares em 1973.<sup>239</sup> Também foram desenvolvidas nesse período importantes empresas estatais, responsáveis por centralizar áreas estratégicas como exemplo temos: a Telecomunicações Brasileiras S.A.; Siderúrgica Brasileira S.A. e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

As ações que deram a origem a este modelo de desenvolvimento, entretanto, longe de serem frutos da casualidade, possuíam importantes condicionantes, gestadas já antes do golpe civil-militar de 1964, e cristalizadas com a guarida repressiva na ditadura. Desde o período da redemocratização pós 1945, o crescimento e politização dos trabalhadores, movimentos sociais, centrais sindicais, a emergência de lideranças nacionalistas na política, formavam uma importante frente que defendia uma alternativa de desenvolvimento por meio de governos nacionalistas e democráticos<sup>240</sup>. Os processos de revoluções socialistas, desencadeados durante as décadas de 1950 e 1960, ganharam força, revelando uma pauta de reivindicações significativas aos países subjulgados aos

---

<sup>239</sup> ALVES op. cit. p.146.

<sup>240</sup> No primeiro capítulo destacamos as contradições inerentes a esse processo histórico no Brasil.

domínios imperialistas. Durante essas décadas, marcadas ainda pela Guerra Fria, o desenvolvimento e o futuro de diversos países, passavam pelo confronto direto de projetos de modernização. No Brasil, a concretização do golpe de 1964 e a implantação da Doutrina de Segurança Nacional, representaram a vitória de um projeto de modernização estritamente conservador. A desarticulação das esquerdas e das forças progressistas após a instauração da ditadura militar, garantiriam pela via autoritária o desenvolvimento econômico e cultural da sociedade, em outras palavras, as elites assegurariam todo controle do processo de mudanças econômicas e sociais através de uma “modernização conservadora”.<sup>241</sup> Segundo Theotonio dos Santos, as características principais desse modelo, podem ser elencadas desta forma:

- A dependência econômica para com o sistema capitalista internacional e particularmente seu centro hegemônico, que são os Estados Unidos;- A concentração e centralização da produção e da renda; - A marginalização e exclusão de vastas camadas sociais, sobretudo as de menor renda da produção e distribuição da riqueza.<sup>242</sup>

Os aspectos acima destacados demonstram que a concretização e o prolongamento do regime ditatorial possuíam suas bases num projeto particular de modernização que não contemplava as emergentes reivindicações nacionais e populares. O “autoritarismo modernizante” do pós 1964 implantou diversas reformas de cunho conservador consideradas essenciais para estabilização econômica. A amplitude desse feito foi considerável, uma vez que atingiu partidos políticos, universidades, sindicatos, meios de comunicação de massa e diversos setores salutarres da vida nacional. “A limitação imposta à autonomia (desses) subsistemas era considerada necessária para que o governo pudesse levar a efeito as diretrizes econômicas que possibilitariam o

---

<sup>241</sup> O termo original, como vimos no primeiro capítulo é atribuído ao sociólogo estadunidense Barrington Moore Jr, mas precisamente, o conceito é desenvolvido na sua obra: *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno (1966)*. No Brasil, os estudos sobre o golpe de 1964 e seu caráter político e econômico, assim como a ideia da via de modernização brasileira, deve atenção a obra de René Armand Dreifuss: “1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis, Vozes, 1981. (Tradução da tese “State, Class and the Organic Elite: the Formation of an Entrepreneurial Order in Brazil—1961-1965). O autor destaca que o complexo IPES/IBAD teria sido o núcleo ativo de um “golpe de classe”, cujos objetivos seriam, entre outros, restringir a organização das classes trabalhadoras; consolidar o crescimento econômico num modelo de capitalismo tardio, dependente, com alto grau de concentração industrial integrado ao sistema bancário e promover o desenvolvimento de interesses multinacionais e associados na formação de um regime tecnoempresarial, “protegido e apoiado pelas Forças Armadas”.

<sup>242</sup> SANTOS, Theotônio dos. O modelo econômico da ditadura militar. In: O Brasil de João Goulart: um projeto de nação. (organizadores: Adriano de Freixo; Oswaldo Munteal e Jacqueline Ventapane). Rio de Janeiro: PUC – Rio, Contraponto, 2006, p.188.

desenvolvimento”<sup>243</sup>. Dito isto, é preciso considerar que o tal “Milagre Econômico” teve um alto custo, possuindo causas e objetivos bem definidos, assim como beneficiários e prejudicados em alta soma.

O país crescia, modernizava-se, tornava-se uma das maiores economias do mundo, contudo, na mesma proporção que a indústria batia todos seus recordes, o abismo social da desigualdade multiplicava-se rapidamente - o êxito econômico, não arbitrariamente, veio junto do intenso período de recrudescimento da ditadura militar. O que se revelava através do intenso arrocho salarial, da concentração de renda e da prevalência das estruturas fundiárias. “O “Milagre Econômico” brasileiro não só não aliviou os sérios problemas de pobreza e sofrimento extremos, de privação dos mais elementares recursos na maioria da população, como, sob muitos aspectos, agravou-os.<sup>244</sup>”. Um grande indicativo dessa desigualdade estava na discrepância entre as regiões do país, em especial para as regiões Norte e Nordeste. Uma vez que a concentração da economia nacional direcionava-se ao eixo Sul/Sudeste, nortistas e nordestinos estavam longe de “desfrutarem” do “Milagre Econômico”.

O nordeste apresentava um problema econômico cuja solução estava muito além dos recursos alocados por qualquer governo anterior. Nenhuma região do Brasil podia comparar-se à escala de miséria que viviam mais de 30 milhões de nordestinos. [...] O Governo Castelo Branco, preocupado em cortar despesas governamentais, fez muito pouco pelo Nordeste. O governo Costa e Silva começou dizendo que era necessário ajudar o Nordeste para promover a integração nacional. Mas esta conversa não se traduziu em alocação de recursos<sup>245</sup>

A preocupação com a região só seria incisiva a partir da trágica seca de 1970, que dizimou plantações, criações de animais, e lançou a população numa miséria extrema. Realizados os paliativos naturais para situação, o governo Médici decide, para resolver definitivamente o problema das duas regiões, promover uma integração interregional, que consistia em realocar o contingente de mão-de-obra nordestino para a região Norte (carente de trabalhadores e de povoação). A eficiência desse plano pode

---

<sup>243</sup> ALVES, op. cit. p.147.

<sup>244</sup> ALVES, op. cit. p.156.

<sup>245</sup> SKIDMORE, op. cit. p.287.



ser medida pelo projeto da faraônica rodovia Transamazônica, inaugurada inacabada e sem atingir seus objetivos iniciais.

Se o projeto econômico do governo federal revelava a face excludente do progresso, resta-nos saber de que maneira Alagoas situa-se nesse contexto, sendo um dos mais pobres estados nordestinos. Os emedebistas alagoanos ainda no ano de 1968, já destacavam a necessidade de equilibrar as diferenças regionais, e denunciavam os “privilégios”, assim como os subsídios direcionados ao Centro-Sul em prejuízo do Nordeste.

As forças econômicas do Centro-Sul continuam avançando contra os interesses do Nordeste.[...] Esquecem que a industrialização do Centro-Sul baseou-se, principalmente na ajuda que recebeu do Nordeste. [...] O que achamos é que os habitantes do Centro-Sul, as forças econômicas devem permitir que o Nordeste saia dessa faixa de subdesenvolvimento e possa alcançar o estágio de progresso, de independência, e deixasse (sic) de precisar da ajuda, não somente do Centro-Sul, mas também do governo Federal.<sup>246</sup>

Na ótica dos parlamentares, os privilégios da industrialização e da circulação de capitais estava restrito à estrutura industrial montada na região Sudeste; mesmo com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>247</sup>, há décadas a região Nordeste não conseguia acompanhar o desenvolvimento das outras regiões. Grande parte da dificuldade de crescimento, consistia exatamente, da concentração de investimentos no parque industrial dos grandes centros, enquanto os nordestinos estavam “à mingua”.

[...] Diante da situação em que se encontra o Nordeste, não poderia, como nordestino que sou e como alagoano, calar a minha voz e deixar de pedir a atenção dos poderes competentes para que, em tempo oportuno, venham em socorro de nossa população. O presidente Médici disse, no Rio Grande, que o país ia muito bem, mas, o povo ia mal, o país vai rico, e o povo vai pobre. Se ele disse da região Centro-Sul, que podemos dizer em relação ao nossa região pobre e miserável? [...] Espero que, nesse momento, acredito que do outro lado, as inteligências que estão do lado oposto do Movimento Democrático

<sup>246</sup> Assembleia Legislativa de Alagoas: Discurso de improviso do sr. Deputado Rubens Canuto, no Segundo Período da 2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura, no dia 19 de agosto de 1968.

<sup>247</sup> Criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Governo Federal no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. A criação da Sudene resultou da percepção de que, mesmo com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. Tornava-se necessário, assim, haver uma intervenção direta na região, guiada pelo planejamento, entendido como único caminho para o desenvolvimento.

Brasileiro, venham, afinal, dar uma definição, uma posição exata, sobre finalmente o que está acontecendo nesse Nordeste tão sofrido.<sup>248</sup>

As críticas do MDB alagoano com relação ao grave contexto de miserabilidade e de subdesenvolvimento da região, contudo, não perpassavam por um questionamento efetivo do modelo de desenvolvimento da ditadura militar. Em muitos pontos, os parlamentares questionavam, tão somente, o “desvio de verbas” para o Centro-Sul. Problemas estruturais fundamentais não eram debatidos, como a questão dos grandes latifúndios, da precarização do trabalhador e da concentração de renda. Temas caríssimos para o contexto alagoano, onde a propriedade rural estava (e ainda permanece) diretamente ligada às estruturas de poder.

As elites alagoanas, no decorrer da ditadura militar, aliaram de forma significativa a política a seus interesses econômicos; a modernização conservadora em terras alagoanas foi um processo decisivo para a perpetuação de um quadro de subdesenvolvimento e dependência, em contraponto a manutenção do *status quo* dos estratos oligárquicos.

Ao longo da história econômica e política de Alagoas, a preservação da estrutura agrária, e de poder político, mostra que sua elite soube tirar proveito das mudanças históricas, abrindo novos espaços políticos na dependência interna, de forma que as mudanças econômicas centralizadas e promovidas no Nordeste pelos capitalistas do Sudeste, no período de 1960 a 1990, não afetassem a sua estrutura de poder.<sup>249</sup>

De fato, dentro do processo amplo de modernização no país, os governadores alagoanos indicados pelos militares alinharam-se automaticamente ao projeto de desenvolvimento autoritário. É justamente neste período que o crescimento da agroindústria canavieira em Alagoas atinge taxas que acompanham o ritmo nacional, correlacionando o poder fundiário dos usineiros alagoanos com sua hegemonia política. As duas décadas de ditadura em Alagoas foram marcadas, assim como no restante do

---

<sup>248</sup> Assembleia Legislativa de Alagoas: Discurso de improviso do sr. Deputado Walter Figueiredo, no Segundo Período da 1ª Sessão Legislativa, da 7ª Legislatura, no dia 25 de novembro de 1971.

<sup>249</sup> LIRA. Fernando José de. Crise, Privilégio e Pobreza: Alagoas no limiar do terceiro milênio. Maceió, EDUFAL, 1997, p.28.

país, por grandes investimentos em indústria e infraestrutura, alinhados com os piores índices sociais.

A economia (alagoana) recebeu, nas duas décadas do regime militar, fortes investimentos federais em sua agroindústria (como o Proálcool), na infraestrutura (estradas, telefonia etc), na indústria química (Salgema) e no setor de serviços (hotelaria); mas, no plano social, o balanço aponta um quadro de pleno fracasso no enfrentamento do subdesenvolvimento regional de um modelo que não melhorava os indicadores sociais nem gerava mobilidade social.<sup>250</sup>

O crescimento acelerado tinha, portanto, altos custos para a população. Todavia, a ideia do rápido desenvolvimento, de iniciativas redentoras e espetaculares na economia, transformavam-se rapidamente num apanágio as classes dominantes alagoanas. Nada mais confortável para as oligarquias que dominavam o poder estadual do que fortalecerem esse modelo, apresentando a sociedade alagoana seus “micro milagres”.

Em finais da década de 1970, o governador Lamenha Filho, estimulado pelo contexto nacional, tanto da economia, quanto pelo tri campeonato da Seleção Brasileira de Futebol no México, inaugurava uma das obras mais emblemáticas de Alagoas, o então Estádio de Futebol Rei Pelé. O Estádio converteu-se num importante modelo, postulado pelos setores alinhados à ditadura militar, do “Brasil Potência”.

Sua contrução iniciada em 1968 pela Fundação Alagoana de Práticas Esportivas (FAPE) gerou diversos embates entre parlamentares da ARENA e do MDB. Os emedebistas questionavam as vultuosas somas empregadas na obra, assim como os constantes impedimentos impostos à Comissão Parlamentar de Fiscalização.<sup>251</sup> Apesar dos constantes embates a construção do estádio foi concluída e entregue em outubro de 1970. Segundo Golbery Lessa, a relação entre a construção do estádio e a ditadura é direta, uma vez que o próprio nome do estádio “Rei Pelé”, “representava e ainda

<sup>250</sup> CARVALHO, Cícero Péricles de. Formação Histórica de Alagoas. 3ª ed. rev. e ampl.. – Maceió: EDUFAL, 2015, p.304.

<sup>251</sup> Roberto Mendes: “ Se estou vivo, contanto essa história”. Disponível em: <http://impedimento.org/se-estou-vivo-contando-essa-historia/>. Acesso em 14 de nov. de 2016.

representa, a concepção de futebol defendida pelos governos militares, baseada na mercantilização do esporte e em sua manipulação política”<sup>252</sup>.

O sucessor de Lamenha Filho (1966-1971) será o advogado, professor universitário e antigo udenista Afrânio Salgado Lages (1971-1975). Em seu governo o modelo de desenvolvimento da ditadura militar será mais perceptível. Neste período o investimento na industrialização de Alagoas será percebido através da instalação da mecânica Pesada Continental, da *Fives Lille*, da Salgema Indústrias Químicas S/A, da criação da Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR) e da ampliação dos sistemas rodoviários e de abastecimento de água<sup>253</sup>. Um resumo de suas ações pode ser consultado através da revista “Alagoas; O Grande Avanço”, lançada no início de 1975. O objetivo da revista era “vender” Alagoas para o restante do país e para o mundo, demonstrando que o Estado crescia junto do país e estava apto a receber investimentos, tanto na indústria, quanto no turismo.

A visão atual do centro político e administrativo de Alagoas parece antecipar o colossal futuro do nosso Estado. Maceió está na trilha de progresso de destaque no Nordeste. A indústria será o grande elo dessa corrente, que os alagoanos constroem com invulgar sabedoria. [...] Temos a consciência tranquila que ajudamos construir Alagoas, e de que a solidificação do seu progresso testemunhará ao Brasil nossa contribuição bem viva e atuante nesta explosão de desenvolvimento de nosso país.<sup>254</sup>

Nas páginas seguintes da publicação, embaladas pelo otimismo ufanista da ditadura militar, é demonstrado os investimentos feitos pelo governo estadual. No sentido de criar uma grande rede de infraestrutura para as empresas interessadas em instalar-se no Estado, destacando também as indústrias já em funcionamento. O “surto desenvolvimentista’ alagoano, também contava com o desenvolvimento na área de telecomunicação, com a filial da Telebrás, a Telecomunicações de Alagoas S/A (TELASA), e com investimentos maçicos na Secretaria de Segurança Pública. O potencial turístico alagoano, também foi destacado, tendo como propulsora a empresa

<sup>252</sup>Golbery Lessa: Futebol e Ditadura em Alagoas. Disponível em: <http://reporteralagoas.com.br/novo/futebol-e-ditadura-em-alagoas/>. Acesso em 14 de nov. de 2016.

<sup>253</sup>QUEIROZ. Álvaro. Episódios da História de Alagoas. 3ª ed. Maceió. Gráfica Moura Ramos, 2010, p.144.

<sup>254</sup> Governo do Estado de Alagoas. Alagoas; O Grande Avanço. Número único. (sem editora) Jan. de 1975, pp.1-3.

estatal EMATUR. Alagoas era referida como o “oásis do nordeste”, “lugar de privilegiada beleza”.<sup>255</sup>

Uma nova Alagoas era perfigurada para o restante do país nas páginas da revista, com excelentes fotografias, mas a Alagoas real crescia paulatinamente em desigualdade e precarização do trabalho. Este cenário era evidente uma vez que o crescimento econômico do Estado não alterava a hegemonia das velhas oligarquias alagoanas, que tinham como eixo econômico a agroindústria do açúcar.

Em razão de sua relevância econômica, a agroindústria canavieira alagoana foi também importante elemento definidor do quadro de condições de vida no Estado, sendo a maior fonte direta e indireta de emprego e renda para uma parcela considerável da população. [...] No entanto, o que se conclui pela evolução dos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Alagoas, é que, a despeito do crescimento dessa atividade no Estado [...] quase nada se reverteu em melhores condições de vida para a população alagoana.<sup>256</sup>

De uma forma geral, os governos durante a ditadura militar em Alagoas mantiveram as mesmas estruturas de dominação, e aproveitaram-se consideravelmente do período de crescimento do país para solidificar o processo de industrialização. Este processo não pretendeu realizar uma diversificação de atividades, mas reforçou o caráter predominante do setor canavieiro. Trazendo consigo todas as consequências de tal atividade (trabalho precarizado, devastação ambiental, expansão dos latifúndios, restrição à outras culturas, etc.). Dessa forma, fica evidente o caráter conservador da modernização empreendida durante os “anos de chumbo” em Alagoas. “Onde mesmo as alternativas (de industrialização, como exemplo o Pólo Cloroquímico e a adesão ao Pró-Álcool na década de 1970) não surgem como elemento a se contrapor à secular estrutura produtiva açucareira, mas como complemento direto”<sup>257</sup>

Nesse cenário, vemos, que o contexto do “Milagre Econômico” brasileiro e consequentemente o alagoano, esteve atrelado a uma modernização da economia que

---

<sup>255</sup> Idem, p.12.

<sup>256</sup> LIMA, Arakem Alves. Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX. Maceió: EDUFAL. 2004, pp.163-164.

<sup>257</sup> MACHADO, Fabiano Duarte. História Econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência. (Fabiano Duarte Machado, Matheus Carlos Oliveira Lima). Maceió: EDUFAL, 2016, p.184.

não alterou as estruturas sociais e de poder dos estratos oligárquicos. Cícero Péricles destaca que “esse tipo de abordagem da questão econômica social da realidade alagoana era coerente com os postulados mais caros ao setor político que dominava o Estado”<sup>258</sup>. O aparelhamento do Estado pelos parlamentares da ARENA fez das duas décadas de ditadura militar em Alagoas a concretização desse modelo de desenvolvimento, em que as velhas elites agrárias, travestidas de facetas modernizantes, consolidaram seu domínio econômico e político. Os governos de Lamenha Filho, Afrânio Lages, Divaldo Suruagy e Guilherme Palmeira são exemplos da hegemonia dessas elites na via de modernização autoritária.

#### **4.3 – O novo MDB: Autênticos e a inflexão nas urnas de 1974.**

Desde o fechamento do Congresso Nacional em dezembro de 1968, o MDB experimentou um significativo encolhimento. O retorno a cena em fins de 1969 revelou um partido tímido, cujas ações limitavam-se à sobrevivência e à difícil reorganização. Muitos quadros do partido que apresentaram posições claras de enfretamento à ditadura militar tiveram seus mandatos cassados, permanecendo na sigla a predominância dos setores excessivamente moderados. Tal fato refletiu diretamente no resultado das eleições de 1970 e 1972, quando os resultados eleitorais demonstravam o esfacelamento do partido, somando-se a isso o afastamento crescente dos campos mais progressistas da sociedade, que por não ver na sigla uma bandeira clara de oposição, optavam por votar em branco. Nesse esteio, o “boom” econômico da ditadura aproximou esferas importantes da sociedade na legitimação dos governos militares, fortalecendo ainda mais a hegemonia da ARENA na política institucional.

Neste cenário desanimador o MDB encontrou-se com seus cruciais dilemas; repensar a dissolução do partido ou partir para sua reconstrução sob novas bases. A segunda opção acabou sendo adotada, tanto que em meados de 1971, o partido já organizava-se no sentido de transforma-se num veículo legítimo e contudente de oposição. Esse fato demonstra que apesar dos estudos sobre a sigla destacarem que seu

---

<sup>258</sup> CARVALHO. Cícero Péricles de. *Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas*. 4ª ed. rev. e ampl. Maceió, EDUFAL, 2010, p.60.

papel oposicionista só se revelou na segunda metade da década de 1970<sup>259</sup>, classificando a vitória nas eleições de 1974 como algo extraordinário e surpreendente. As bases reais da mudança do partido foram construídas anos antes, com a reorientação da sua atuação.

Essa inflexão sobre o papel que a sigla deveria seguir não se deu de maneira homogênea e isenta de conflitos, mas através de fortes dissensões intrapartidárias. Primeiro porque gerou um choque de gerações na sigla, onde os jovens parlamentares eleitos em 1970 não possuíam identificação com os quadros remanescentes. Segundo, pela disputa de postos chave no partido, o que acarretava diretamente na sua mudança de postura. Neste sentido, Kinzo destaca:

Podemos identificar pelo menos dois grupos que pressionaram os líderes no sentido de sua reformulação da linha partidária. O primeiro era formado por políticos paulistas, liderados pelo então prefeito de Campinas, Orestes Quércia.[...] Quércia exigia uma revisão da estratégia do MDB nas campanhas eleitorais: o partido não deveria restringir seu apelo as questões políticas, mas deveria antes incorporar temas relativos à política econômica do governo. [...] A nível nacional outro núcleo de pressão sobre a cúpula do partido (surgiu): o grupo autêntico. Nome dado pela imprensa a um conjunto de deputados cuja presença no Congresso tornou-se bastante ativa.<sup>260</sup>

Esses dois grupos foram responsáveis por um importante movimento de revitalização do MDB, responsável por tecer críticas à cúpula do partido e dinamizar sua atuação nos anos seguintes. Todavia, “Quercistas” e “Autênticos”, diferenciavam-se nas estratégias a serem tomadas. Enquanto os primeiros consideravam a “revolução como um fato consumado”, cabendo a sigla evitar a “radicalização”, os segundos defendiam uma posição mais ativa, questionando a ditadura militar e defendendo com contidência as bandeiras dos direitos humanos e da redemocratização.

Os Autênticos, formados por um conjunto de deputados em grande maioria de primeiro mandato<sup>261</sup>, assemelhavam-se com o grupo dos “imatuross” em finais da década de 1960, pelo modo como utilizaram seus mandatos denunciando a ditadura militar.

<sup>259</sup> Neste sentido podemos analisar diversos autores (ALVES, 1984), (GORENDER, 1987), (SKIDMORE, 1988), (SILVA, 2004), entre outros que condensaram a reestruturação emedebista tendo como foco as eleições de 1974.

<sup>260</sup> KINZO, op. cit. pp.140-141.

<sup>261</sup> Compunham o grupo: Alencar Furtado, Álvaro Lins, Amaury Müller, Eloy Lenzi, Fernando Cunha, Fernando Lyra, Francisco Amaral, Francisco Pinto, Freitas Diniz, Freitas Nobre, Getúlio Dias, Jaison Barreto, Jerônimo Santana, JG de Araújo Borges, João Borges, Lysâneas Maciel, Marcondes Gadelha, Marcos Freire, Nadyr Rossetti, Paes de Andrade, Severo Eulálio, Santilli Sobrinho e Walter Silva.

Grande parte da mudança de postura do MDB na década de 1970 teve nos Autênticos seu norte. Contudo, apesar desses contribuírem significativamente para o dinamismo na sigla, muitos quadros do partido, em especial, os setores mais moderados (muitos considerados adesistas à ditadura) não percebiam com bons olhos o movimento dos novos parlamentares.

Desde o surgimento do grupo Autênticos os conflitos internos do MDB serão desvelados constantemente. Em junho de 1971 foi organizada uma grande reunião em Recife no sentido do redirecionamento da atuação do partido, neste evento ficaria marcado os primeiros conflitos entre a ala dos Moderados representada por Tancredo Neves e Ulysses Guimarães e a dos Autênticos tendo a frente Francisco Pinto, Marcos Freire e Fernando Lyra. No “Seminário do Recife” como ficou conhecida a conferência, os Autênticos apresentaram aos demais emedebistas um documento contendo as principais bandeiras as quais o MDB deveria redirecionar-se, entre estas constavam a luta pela Anistia e a proposta da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. O documento ao final do encontro acabou por ser preterido pelo grupo Moderado.

Segundo Fernando Pinto, o Seminário de Recife acabou por revelar as tensões latentes entre os dois grupos, “Fomos chamados publicamente de comunistas. O que surpreendia é que éramos tratados da mesma forma, tanto pela ditadura, quanto pelo nosso partido, o MDB”.<sup>262</sup> Os Moderados, desse modo, entendiam que a estratégia dos Autênticos culminaria num novo fechamento democrático, sendo preciso agir com prudência. Os setores mais adesistas, todavia, não se furtavam a demonstrar tal comportamento diferindo pouco do partido situacionista, a ARENA.

Apesar dos conflitos, Alencar Furtado destaca que para os Autênticos o Seminário de Recife “foi fecundo, trazendo à baila a discussão de muitos problemas que passaram a tratar na Tribuna”<sup>263</sup>. Esse primeiro movimento do grupo, resultou em posições mais eficazes no Congresso Nacional, que passou a tratar de temas importantes como a censura à imprensa, o decreto que instaurava a pena de morte, a construção da Transamazônica, as desigualdades regionais, as violações aos direitos humanos, a desnacionalização da economia, entre outros. Essa postura teria reflexo, principalmente

---

<sup>262</sup> NADER, op. cit. p.173.

<sup>263</sup> Idem, p.49.



num alinhamento na postura emedebista nos diversos estados, atuando de maneira coordenada com as pautas nacionais defendidas pelo grupo.

Thomas Skidmore, ao tratar dos conflitos internos da sigla destaca que a divisão entre os parlamentares “foi menos séria do que possa ter parecido na ocasião”, para o autor “ambas facções queriam o fim do regime. Ambas queriam permanecer fiéis aos seus princípios morais e políticos. Ambas sabiam que não havia soluções simples para seus apuros eleitorais”<sup>264</sup>. Todavia, segundo os próprios Autênticos, as dissidências constituíam-se num importante movimento de contestação à direção nacional emedebista, como percebemos no relato de Alencar Furtado.

Constituíamos uma oposição que lutava em várias frentes, havendo contra nós o chamado “sisteminha” do MDB e o “sistemão”, da própria ditadura. A maioria do partido, internamente, não concordava com nosso comportamento, e ao contrário, insurgia-se lutando contra nós, combatendo-nos. A ditadura, então, repudiava-nos.<sup>265</sup>

Essa concepção será compartilhada por outros parlamentares autênticos do MDB, como é o caso de Francisco Pinto, que destaca “combatíamos a ditadura e fugíamos, internamente, o partido à luta”<sup>266</sup>. E de Marcondes Gadelha, que enfatizava a crítica à passividade da direção emedebista.

O trabalho feito pela direção, ou comando do MDB, constituído na época dos moderados, na opinião de muita gente, limitava-se a coonestar o regime, dando uma moldura, supostamente legítima a tudo que era praticado pela ditadura. [...] No nosso entendimento, o que os moderados faziam era inautêntico, uma maneira de contracenar, participando do processo. Agiam como se o MDB fosse apenas, a outra face de uma mesma moeda. [...] Seríamos, nós, autênticos, neste sentido, uma tentativa de contrariar essa lógica.<sup>267</sup>

Apesar dos conflitos internos direcionarem as energias do partido para questões intrapartidárias, ocasionando dificuldades entre as facções da sigla. Essas dissidências foram responsáveis, como vemos, por uma reestruturação significativa na imagem do MDB, como um veículo importante de denúncia da ditadura militar. O fato mais

<sup>264</sup> SKIDMORE, op. cit. p.303.

<sup>265</sup> NADER, op. cit. p.47.

<sup>266</sup> Idem, p.168.

<sup>267</sup> Idem, p.300.

importante e exemplar desse período sem dúvida foi a “anticandidatura” de Ulysses Guimarães para a Presidência da República em 1973.

Vindos de uma enorme derrota das eleições municipais de 1972, o MDB era ciente que precisava mudar suas estratégias para sobreviver. Neste sentido, o grupo dos Autênticos lançaram a ideia de concorrer as eleições indiretas para Presidente, marcadas para o início de 1974. O Partido não possuía ilusões de que poderia lograr qualquer êxito nas urnas, uma vez que a escolha do próximo Presidente era um jogo de cartas marcadas, cabendo ao Congresso só referendar o novo general que assumiria o poder. Entretanto, os emedebistas destacavam que era preciso aproveitar o espaço para iniciar uma campanha oposicionista de âmbito nacional, denunciando a “farsa” que consistia a eleição indireta pelo Colégio Eleitoral; assim como, tratar de problemas importantes para o eleitorado (arrocho salarial, a repressão, o desenvolvimento desigual). Dessa forma, sublinhavam que não tratava-se de uma candidatura normal, mas de uma anticandidatura, em outras palavras, um instrumento para fazer a voz da sigla chegar a um número cada vez maior de pessoas.

A pressão dos Autênticos surtiu efeito, e mesmo os setores moderados decidiram levar a frente a ideia. No início de setembro de 1973 os nomes de Ulysses Guimarães e do jornalista Barbosa Lima Sobrinho eram referendados como candidatos oficiais do partido. A partir daí, o movimento de inflexão emedebista foi considerável. A tônica da campanha empreendida pelos “anticandidatos” era a da denúncia, que ia desde o caráter antidemocrático das eleições, até a política econômica do governo, que já apresentava sinais de desgaste.

Neste sentido, é salutar destacar o discurso proferido por Ulysses Guimarães no dia 22 de setembro de 1973, quando da convenção do MDB para oficialização de seu nome a Presidência. Intitulado “Navegar é preciso, viver não é preciso”<sup>268</sup>, o discurso representou um importante movimento de reestruturação das diretrizes emedebistas. Nele constava pontos nevrálgicos para os militares, como a crescente miséria das populações mais pobres, desprezadas pelo crescimento desigual. Assim como os constantes privilégios dos capitais estrangeiros que desnacionalizavam a economia.

---

<sup>268</sup> Título da poesia homônima do escritor português Fernando Pessoa.

Enfatize-se que desenvolvimento não é o silo monumental e desumano, montado para guardar e exibir a mitologia ou o folclore do Produto Interno Bruto, inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares. É intolerável mistificar uma Nação a pretexto de desenvolvê-la, rebaixá-la em armazém de riquezas, tendo como clientela privilegiada, senão exclusiva, o governo para custeio de tantas obras faraônicas e o poder econômico, particular ou empresarial, destacadamente o estrangeiro, desnacionalizando a indústria e dragando para o exterior lucros indevidos. É equívoco, fadado à catástrofe, o Estado absorver o homem e a Nação. A grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado.<sup>269</sup>

Pela primeira vez desde 1968, o MDB posicionava-se claramente quanto aos seus questionamentos à ditadura militar. Falava agora não só por si, mas procurava somar-se ao descontentamento de considerável parcela da sociedade. O “tom” de denúncia do discurso, além de elencar as contradições dos governos militares, buscava alertar ao povo brasileiro a farsa eleitoral reinante no sistema político, onde a população estava tolhida de exercer seu direito nas urnas.

O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira. Na situação, o anunciado como candidato, em verdade, é o Presidente, não aguarda a eleição e sim a posse. [...] A 15 de janeiro próximo, com o apelido de “eleição”, o Congresso Nacional será palco de cerimônia de diplomação, na qual Senadores, Deputados Federais e Estaduais da agremiação majoritária certificarão investidura outorgada com anterioridade. O Movimento Democrático Brasileiro não alimenta ilusões quanto à homologação cega e inevitável, imperativo da identificação do voto ostensivo e da fatalidade da perda do mandato parlamentar, obra farisaica de pretenso Colégio Eleitoral [...]. A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a Nação e perante o mundo que o sistema não é democrático, de vez que tanto quanto dure este, a atual situação sempre será governo.<sup>270</sup>

A tarefa de prossiguir com a anticandidatura encontraria diversos obstáculos, uma vez que a própria convenção emedebista foi censurada pelos diversos meios de comunicação. Os pedidos do MDB de ter amplo acesso ao rádio e a televisão durante a campanha acabaram por ser indeferidos pela Justiça Eleitoral. Apesar da anticandidatura ser tolerada pelos militares (por ser uma oportunidade de demonstrar ao mundo a

---

<sup>269</sup> “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Discurso pronunciado por Ulysses Guimarães durante na VI Convenção Nacional do MDB, no dia 22 de setembro de 1973. Disponível em: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/o-comando-de-ulysses-navegar-e-preciso>. Acesso em 15 de dez. de 2016.

<sup>270</sup> Idem, ibidem.

“normalidade democrática” do país), seus intuitos eram claros, não haveria qualquer margem para o crescimento da oposição. Dessa forma, a engenharia política da ditadura concebia o processo eleitoral como um ato simbólico, onde cabia aos atores envolvidos cumprirem seus papéis estabelecidos. Contudo, se tanto os militares, quanto seu braço civil no Congresso, a ARENA, acreditavam que desse processo a ditadura militar sairia ainda mais fortalecida, as previsões seguiram tendência inversa.

Mesmo impedidos de utilizarem os meios de comunicação de massa, os emedebistas empreenderam pelo país uma intensa mobilização em torno da anticandidatura, realizando comícios, reuniões públicas e passeatas. A disposição do MDB de mobilizar-se em meio a constante repressão, estimulou parcelas significativas da população a engajar-se na ação política da sigla. Indo além, o partido descobria o caminho das ruas, utilizando de forma eficaz os canais de participação popular, quebrando de certa forma o isolacionismo que marcava o período. Maria Helena Moreira Alves sintetiza o que representou esse momento para o MDB.

De modo geral, o novo papel do MDB ficou caracterizado na campanha presidencial simbólica de 1973. Esta anticandidatura marca o início da fase de efetiva atuação oposicionista do partido de oposição oficialmente reconhecido. Foi uma lição do verdadeiro engajamento ao nível da política formal, uma lição que se aprofundaria nas eleições de 1974, 1976, 1978 e 1982.<sup>271</sup>

O previsível resultado da eleição presidencial, sagrando Ernesto Beckmann Geisel<sup>272</sup>, como próximo ditador, não esmoreceu os emedebistas, mas revigorou suas forças para as vindouras eleições de 1974<sup>273</sup>. O MDB mostrava mais dinamismo,

---

<sup>271</sup> ALVES, op. cit. p.181.

<sup>272</sup> Em 15 de janeiro de 1974, o Colégio Eleitoral composto por senadores, deputados federais e estaduais referenda o próximo Presidente da República, Geisel recebeu 400 votos, contra 76 de Ulysses Guimarães, e 21 abstenções.

<sup>273</sup> O processo da anticandidatura apesar de ter representado um importante momento de ação conjunta do MDB no sentido de seu fortalecimento, não passou incólume às disputas internas. Os autênticos defendiam a renúncia de Ulysses no dia da eleição, com objetivo de denunciar o Colégio Eleitoral e a farsa das eleições. Os moderados, contudo, defendiam a manutenção da candidatura, uma vez que a renúncia no dia da votação poderia ser um teste o qual os emedebistas não estavam dispostas a realizar, de modo que acreditavam que uma ação desse tipo poderia prejudicar qualquer processo de distensão. Com maioria absoluta, os moderados decidiram manter até o dia da votação a “anticandidatura”, os Autênticos,

articulando-se com setores que começavam a reorganizar-se no cenário nacional, como os movimentos de base nas cidades e no campo, os sindicatos operários e os movimentos pelos direitos humanos.

Animava também os emedebistas as promessas de distensão (lenta, gradual e segura) apontadas pelo novo Presidente da República, fato que converteu-se em maior espaço para a atuação da sigla, que teve acesso aos meios de comunicação e passou a organizar mais organicamente seus quadros por todo país. Neste sentido é fundamental apontar a elaboração dos “manuais do partido”, documentos com importantes orientações, com intuito de instruir todos os candidatos da estratégia emedebista. Desse modo, temas como; o alto custo de vida, discrepâncias na distribuição de renda, a arrochante política salarial implementada, a enorme dívida externa, o aumento do capital estrangeiro na economia e a excessiva centralização, tornaram-se comuns nas campanhas do MDB pelo país.<sup>274</sup>

Utilizando os canais legais o MDB soube articular e planejar de forma eficiente sua campanha. Uma das principais causas do sucesso neste sentido, foi sem dúvida a aproximação da sigla dos problemas cotidianos. Esse fato é de suma importância, se o “Brasil Potência” revelava-se através das grandes obras, imponentes e cada vez mais distantes do povo, o “outro” Brasil que os emedebistas procuravam destacar, centrava-se no trabalhador e na deterioração de seu padrão de vida. Enquanto a ARENA defendia os legados da “revolução” com a apresentação de estatísticas econômicas, o MDB falava diretamente ao trabalhador e mostrava o quanto este tinha que trabalhar para conseguir comprar um quilo de carne.<sup>275</sup> Essa aproximação do eleitorado rendeu à sigla importante quantidade de votos, responsável pelo êxito nas eleições de 1974. Os anos seguintes demonstrariam que o MDB possuía suficiente força para constituir-se como uma Frente de mobilização.

O sucesso nas eleições de 1974, apesar de todos os fatores que vimos, foi surpreendente para todos. Os números são inegáveis: das 22 cadeiras do Senado, o partido conquistou 16; na Câmara Federal, a representação passou de 81 para 160

---

por sua vez, recusaram-se a participar do processo, manifestando-se através de um documento intitulado “Devolução do voto ao povo brasileiro”, daí resultam as 21 abstenções no dia da votação.

<sup>274</sup> KINZO, op. cit. 155.

<sup>275</sup> KINZO, op. cit. 157.

deputados, ampliando também, consideravelmente, a quantidade de deputados nas Assembleias estaduais. O MDB superava seu “nanismo” e ampliava suas bases políticas, suas pautas divergiam claramente do programa governista defendido pela ARENA. Seu papel de cunho mais contestador atraiu uma parcela da sociedade até então desconfiada da eficácia de um partido legal num regime autoritário. A vitória emedebista também representou uma importante conquista dos votos nulos das eleições anteriores, o que deu ao pleito de 1974 significativa densidade eleitoral. O MDB até então sem força representativa, derrotava os arenistas, fazendo-os perder maioria no Congresso, desestabilizando, assim, as aprovações automáticas de decretos e as constantes reformulações constitucionais. Surgia, portanto, um novo MDB, muito mais robusto e disposto a enfrentar a nova conjuntura aberta na perspectiva da distensão, paradoxalmente autoritária de Geisel.

As eleições de 1974 em terras alagoanas, contudo, não foram menos dificultosas para o MDB do que as anteriores, mesmo com a boa receptividade dos novos candidatos emedebistas, a debilidade estrutural do partido prejudicava significativamente a campanha. A sigla amargava desde as eleições de 1970, um expressivo encolhimento e uma séria dificuldade de reorganização de seus diretórios municipais. Tanto, que em meio a campanha, o então candidato a Senador Pedro Muniz Falcão declarava à imprensa a “luta desigual” que enfrentava contra a ARENA, destacando as dificuldades pela inexistência de diretórios em diversos municípios, e da obstacularização na divulgação de seu programa pelo interior do Estado.<sup>276</sup> Apesar dos entraves, a campanha emedebista soube direcionar seu discurso para uma população que entusiasmava-se com a perspectiva de mudança. O último comício da campanha, realizado em 12 de novembro de 1974, na Casa dos Pobres no bairro do Vergel do Lago, reafirmava a nova linha do partido, tratando de temas como: a redemocratização do país, o alto custo de vida, as desproporções no crescimento regional, e as incoerências do governo e da ARENA.<sup>277</sup>

O resultado de pleito, diferentemente do restante do país, não significou um crescimento proporcional da bancada emedebista alagoana. Das dezoito cadeiras da

---

<sup>276</sup> Muniz revela dificuldades da campanha. Jornal de Alagoas, Maceió. 13 de nov. de 1974, p.5.

<sup>277</sup> Idem, *Ibidem*.

Assembleia Legislativa, o MDB conquistou seis contra doze da ARENA<sup>278</sup>. No Congresso Nacional o partido conseguiu duas cadeiras com José Costa e Vinícius Cansanção, contra quatro da ARENA. Para o Senado, Pedro Muniz Falcão foi derrotado por Teotônio Vilela, com uma diferença de quarenta e cinco mil votos.<sup>279</sup> Todavia, é inegável que o MDB alagoano atuou, mesmo com uma bancada ainda reduzida, de maneira mais orgânica no parlamento no decorrer da década de 1970.

O resultado de 1974 não passou despercebido pelos políticos alagoanos, os dois candidatos ao Senado procuraram analisar o novo contexto que se formava com o resultado do pleito. Para Teotônio Vilela, o crescimento do MDB deu-se tanto pela momento de crise que passava o governo, com o aumento da inflação, quanto pela maior liberdade de palavra aos candidatos, capazes de atuar decisivamente na “formação de correntes de opinião”<sup>280</sup>. Segundo Vilela “o MDB se definiu por uma certa e determinada mensagem, enquanto a Arena, sendo o partido do Governo, mas não sendo o partido do poder, ficou no nirvana”.<sup>281</sup> Para Pedro Muniz Falcão, o resultado refletia o interesse popular na normalização democrática, onde “a convicção de que somente através da luta cívica é possível restabelecer a democracia plena no país, constituiu a razão principal do interesse popular em ter participado da recente campanha eleitoral”<sup>282</sup>.

Se as eleições de 1974 não fizeram a ARENA perder sua hegemonia em Alagoas, por outro lado, a significativa votação dos emedebistas foi um fato que surpreendeu. Dois candidatos, contudo, obtiveram êxito muito acima do esperado, tornando-se os mais votados na história do Estado para seus respectivos cargos, é o caso de Mendonça Neto, com 15.171 votos para a Assembleia Legislativa, e José Costa com 40.278 votos para o Congresso Nacional. Dois nomes que seriam responsáveis pela reestruturação do MDB alagoano, polarizando de maneira efetiva a nova oposição.

---

<sup>278</sup> Pelo MDB foram eleitos: Mendonça Neto, Manoel Afonso, Alcides Muniz Falcão, Luiza Evangelista da Silva, Walter Dória de Figueiredo e Francisco José Galindo Pimentel. Pela ARENA: Tarcísio de Jesus, José Tavares, Guilherme Palmeira, Narciso Lúcio da Silva, Geraldo Melo, José Bandeira de Medeiros, Nelson Costa, Jorge Duarte Quintella Cavalcanti, Alexandre Milito Filho, Rubens Vilar, Humberto Melo Souza e Edson Tenório de Almeida Lins.

<sup>279</sup> SÁ JÚNIOR, op. cit. (grifo nosso).

<sup>280</sup> Políticos alagoanos explicam razões da derrota da Arena e do crescimento do MDB. Jornal de Alagoas, Maceió. 20 de nov. de 1974, p.1.

<sup>281</sup> Teotônio destaca os motivos da vitória. Jornal de Alagoas. Maceió. 19 de nov. de 1974.

<sup>282</sup> Políticos alagoanos explicam razões da derrota da Arena e do crescimento do MDB. (op. cit.)

#### 4.4 - José Costa e Mendonça Neto : novas vozes do MDB em Alagoas.

Se o processo de renovação emedebista no cenário nacional era perceptível, em Alagoas podemos observar algumas características que tanto seguem a tendência do restante do país, como apresentam pontos divergentes. Esse movimento se deu através da inserção de novos nomes, jovens candidatos que desvinculados do modo de fazer política do *establishment* local, souberam utilizar com eficácia no decorrer de suas campanhas, as novas pautas defendidas pelo partido.

Em 1973, depois de 12 anos afastado de Alagoas, retornei a Maceió com um projeto político. O de representar os alagoanos na Câmara dos Deputados ou na Assembleia Legislativa. Pensava encontrar um ambiente político nítido, em vista do bipartidarismo, Arena e MDB, e da ditadura de 1964. Ou seja, governistas de um lado, defendendo o regime e sua prática, e do outro lado os opositoristas, empenhados na defesa da liberdade, da justiça social, e da melhoria da distribuição de renda. Para minha surpresa e meu incoformismo, deparei com um ambiente absolutamente inesperado. Os quadros partidários não definiam qualquer posição ideológica. A oposição não se opunha, e os políticos do Governo, dedicavam-se quase que exclusivamente ao nepotismo.<sup>283</sup>

A citação acima é de Antônio Saturnino de Mendonça Neto<sup>284</sup>, deputado emedebista, cuja atuação na Assembleia Legislativa de Alagoas e na Câmara dos Deputados é marcada pelo contexto da revigoração oposicionista. Em suas memórias, Mendonça Neto expõe o contexto de sua inserção no quadro político alagoano, destacando a inércia que pautava as ações dos parlamentares, assim como os jogos de interesses particulares que se sobreponham a qualquer debate mais amplo sobre a conjuntura do país. Para o emedebista, sua candidatura ao pleito de 1974 como

<sup>283</sup> NETO, Mendonça. Alagoas: História de um sobrevivente. Brasília, Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação. 1992, p.15.

<sup>284</sup> Nascido na cidade de Rio Novo (MG) em 1945. Ainda jovem, sua família passou a residir em Maceió. Posteriormente, mudam-se para o Rio de Janeiro. Nesta cidade, iniciou seus estudos superiores em 1961 na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, onde, cinco anos mais tarde, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1970, ainda no Rio, lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) durante dois anos. Mudou-se para Maceió e candidatou-se em 1974 a uma vaga na Assembléia Legislativa de Alagoas pelo MDB. Eleito em novembro desse mesmo ano, tomou posse em fevereiro de 1975, exerceu ainda os cargos de deputado Federal pelo MDB-PMDB (1978-1982), deputado estadual por Alagoas pelo PMDB (1982-1986,), deputado Federal pelo PDT (1991-1995), Faleceu no dia 10 de novembro de 2010. Uma biografia mais completa pode ser vista através do verbete (Antônio Saturnino de Mendonça Neto) na página da FGV-CPDOC, e na página da Câmara dos Deputados (Deputados Brasileiros - Repertório 1991-1995).



deputado estadual se dava tanto pela compreensão que possuía dos principais problemas do Estado, destacando a ligação direta da agroindústria do açúcar com os poderes políticos, quanto pela urgência de romper com o paternalismo político e direcionar o Estado para as mudanças reais, cujo cerne passava por uma profunda reforma administrativa, política e econômica, capaz de solucionar os problemas da má distribuição de renda e da monopolização econômica no Estado.

Em pouco tempo, percebi que as elites políticas do Estado não manifestavam especial interesse por mudanças. Ao contrário, usufruíam a situação reinante e procuravam ampliar a situação de cada grupo na divisão do bolo. Na imprensa havia um oficialismo e um governismo pacatos e incontestáveis. A linha dos jornais era conservadora. [...] Todavia, em nível nacional, criava-se ambiente para uma abertura política. E no meu juízo, a eleição do ano seguinte poderia significar uma expressiva mudança no comportamento sociológico de Alagoas. Eu a via como possibilidade para a busca dos direitos a cidadania, do resgate do trabalhador rural e de um maior esclarecimento político da classe média, da juventude e dos profissionais liberais. Enfim, um novo aparte político que superasse o marasmo reinante.<sup>285</sup>

Mendonça Neto e José Costa<sup>286</sup>, com seus discursos contestatórios, fizeram uso de instrumentos que desde 1968, com o fechamento do Diário de Alagoas, estavam vetados para a oposição: os meios de comunicação, em especial o rádio e a televisão. Esse fato foi de fundamental importância em toda campanha nacional do MDB, em Alagoas não foi diferente. Não possuindo emissora local geradora televisiva, os sinais televisivos chegavam a Alagoas vindos de uma emissora de Recife. Para o eleitorado, pela primeira vez ter conhecimento e espaço de seus candidatos através da televisão foi um fato surpreendente e poderoso no alcance que o pleito acabou adquirindo. É neste cenário que os jovens candidatos ganham repercussão, e de zebras eleitorais<sup>287</sup>, passam a conquistar eleitores e dar maior visibilidade ao partido.

---

<sup>285</sup> NETO, op. cit. p.16.

<sup>286</sup> José Oliveira Costa nasceu em Palmeira dos Índios (AL) no dia 23 de agosto de 1935. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, aí trabalhou como estagiário no jornal *Última Hora* e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1960. Como jornalista, prestou serviços também aos jornais *O Globo*, *Tribuna da Imprensa* e *Diário Carioca*. De volta a Alagoas, dedicou-se à advocacia, especializando-se em criminalística, onde ocupou o cargo de Delegado do Ministério da Indústria e Comércio em Alagoas em 1964. Deputado federal pelo MDB-PMDB (1975-1983), de (1987-1991) pelo PMDB, deputado Constituinte de 1987-1988, e deputado federal (1998-1999) pelo PSD. Uma biografia mais completa pode ser vista através do verbete (José Oliveira Costa) na página da FGV – CPDOC. e na página da Câmara dos Deputados (Deputados Brasileiros – Repertório: (1975-1979, 1979-1983).

<sup>287</sup> Expressão atribuída aos candidatos pelo Jornal de Alagoas, edição de 6 de nov. de 1974, p.5.

O alvoroço provocado não só pela tv, mas pelo horário diário nas rádios, a verdadeira comoção pública que aquela nova oposição levava aos comícios em toda parte, talvez tenha sido o momento mais estimulante da minha carreira política: o povo acordara para verdadeira política de Alagoas e não queria mais ser vaca de presépio, um simples número na contabilidade dos donos do poder.<sup>288</sup>

Uma vez eleitos, os novos parlamentares partiram para um processo de reestruturação e revigoração do MDB alagoano, traçando metas e objetivos que rearticularam o partido nos anos seguintes. Neste sentido, poucos dias após a vitória, o então eleito deputado federal José Costa, definia o caminho que a sigla deve seguir.

A convocação de novas lideranças, a participação da juventude e dos intelectuais alagoanos, a reestruturação das bases partidárias, e a criação de diretórios em todos os municípios alagoanos são os planos a serem postos em prática partir do próximo ano pelo Movimento Democrático Brasileiro para fortalecer o partido.<sup>289</sup>

Um bom indicativo da revigoração do partido foi o lançamento da revista “MDB em ação”, em 1976, com uma tiragem de dez mil exemplares distribuídos gratuitamente para a população alagoana. A revista tinha como intuito apresentar o MDB alagoano para a sociedade, prestando contas de sua atuação no parlamento federal e estadual. Além disso, a publicação traçava um panorama das principais pautas nacionais defendidas pelos emedebistas, trazendo discursos e entrevistas com os principais nomes da sigla como Marcos Freire, Franco Montoro e Pedro Simon. A publicação revela a preocupação dos emedebistas em aproximar-se da população.

Talvez surpreenda ao leitor a publicação de uma revista do MDB, com tiragem de dez mil exemplares, fato novo na panorâmica da política alagoana. Quantos muitos brasileiros e alagoanos acham-se sem estímulo para crer na política, é justamente nessa hora que um partido preocupado com a história, deve manifestar sua confiança nos destinos do povo.<sup>290</sup>

---

<sup>288</sup> NETO, op. cit. p. 21.

<sup>289</sup> José Costa anuncia novos objetivos do MDB. Jornal de Alagoas. Maceió, 20 de nov. de 1974, p.5.

<sup>290</sup> MDB em Ação. Revista do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro em Alagoas. Diretório Regional de Alagoas. Ano; I, Nº:1, Maceió, 1976, p.1.

Temas como a censura à liberdade de imprensa, o crescimento da inflação, o aumento do desemprego, os posicionamentos da Igreja Católica através da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), são explorados através das páginas da publicação. Do mesmo modo, a revista traça um quadro de todo partido pelo Estado, exibindo o perfil do MDB pelos municípios com suas principais lideranças.

O sentido de renovação era compartilhado pelos novos emedebistas, revelando-se cientes do papel que deveriam representar no campo político e social. Estabelecendo, desde o início de seus mandatos a linha adotada nacionalmente pelo MDB, a ordem do dia passou para um enfrentamento mais consistente à ditadura militar e sua base de apoio.

Uma vitória da oposição autêntica elegendo José Costa [...] e Mendonça Neto [...] criava no contexto político de Alagoas um fato novo: a partir de então, não haveria mais oposição consentida ou contemplativa. Queríamos ser fiscais atentos dos atos do Governo e do Governador já escolhido por via indireta, o deputado Divaldo Suruagy.<sup>291</sup>

Com este direcionamento, os novos parlamentares começam a atuar ocupando importantes espaços no partido. Durante seu mandato como deputado estadual Mendonça Neto ocupa importantes postos, dentre eles, membro da Comissão de Constituição e Justiça, membro da Comissão de Orçamento e de Finanças e Tomada de Contas, tornando-se líder da bancada emedebista em 1976, além de primeiro-vice-presidente do diretório regional. O mesmo se dá na atuação de José Costa no Congresso Nacional, onde já no primeiro ano de mandato torna-se titular da Comissão de Trabalho e Legislação Social, suplente da Comissão de Serviço Público e titular da Comissão Especial da Bacia do São Francisco e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a situação penitenciária do Brasil. Cabe entendermos de que modo se deu a atuação dessas novas vozes do MDB alagoano.

José Costa, eleito ao Congresso Nacional, apresentou durante seu primeiro mandato (1975-1979), uma postura bastante ativa no parlamento. Ainda em novembro de 1975 já declarava à imprensa não acreditar na política de distensão promovida por

---

<sup>291</sup> NETO, op. cit. p.21.

Geisel, reiterando a necessidade de uma nova Constituição, alertando as contradições inerentes ao processo de abertura.

Não acredito em distensão, pois é impossível compatibilizar essa distensão com a política econômica e com a política social restritiva. O sistema está se enredando nas suas próprias teias. Cabe uma pergunta: o sistema poderá aguentar o clamor das reivindicações sociais com a abertura dos sindicatos ao exercício de seu verdadeiro papel?. As Forças Armadas estão garantindo o que? [...] Antes de tudo, considero necessário convocar a inteligência brasileira, que está marginalizada, é preciso estudar os problemas políticos, econômicos e sociais, e fazer uma nova Constituição, representativa da unidade Nacional.<sup>292</sup>

Durante o ano de 1975, o parlamentar utilizou a tribuna para denunciar o processo de desnacionalização da economia brasileira, divulgando o nome de diversas multinacionais, em especial das farmacêuticas, que atuavam livremente no mercado brasileiro, monopolizando a indústria nacional.

[...] As empresas estrangeiras conseguem negociar consigo mesmas (sic) e ignorar as regras do mercado em suas operações comerciais entre matriz e subsidiária, fazendo o jogo espúrio do superfaturamento de matérias-primas e do subfaturamento dos produtos acabados. Logrando remeter para o exterior lucros ilícitos, gordos, invisíveis para as autoridades fiscais e cambiais. [...] há concentração de capital estrangeiro em vários setores da economia nacional, como vem acontecendo na indústria de material de transporte; na indústria farmacêutica; na indústria de material elétrico, na indústria mecânica, química e petroquímica.<sup>293</sup>

Neste sentido, integrou no decorrer de seu mandato a CPI sobre a indústria farmacêutica, concluindo ser ela a “responsável por grande parte da dívida externa do país”. Em agosto de 1976, propôs a criação de uma CPI para apurar as denúncias sobre mordomias praticadas por altos funcionários do governo. Em represália, foi acusado pelo então líder da ARENA na Câmara, deputado José Bonifácio de Andrada, de ter ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Respondeu à acusação exibindo em plenário um documento intitulado “*Instruções reservadas do Comando de Caça aos Comunistas (CCC)*”, que descrevia uma estratégia a ser seguida para “garantir o

<sup>292</sup>(Grifo nosso). Jornal do Brasil.. Ano. LXXXV, nº. 229, Rio de Janeiro, 23 de nov. de 1975, Caderno 1, p.4.

<sup>293</sup> A ação das multinacionais no Brasil (Discurso de José Costa):.Diário do Congresso Nacional. Ano: XXX, nº045., Brasília. Câmara dos deputados. 17 de maio de 1975, p.2865.

predomínio da segurança”, que estaria ameaçada pelos resultados favoráveis ao MDB no pleito de novembro de 1974 e pela intenção do presidente Geisel de promover uma política de distensão. A estratégia traçada propunha, entre outras coisas, “usar os deputados arenistas José Bonifácio e Eduardo Galil para denunciar a existência de um complô subversivo” e “impedir, a qualquer custo, a criação da CPI das mordomias”.<sup>294</sup>

Em 1977, o emedebista apresentou uma emenda constitucional com o intuito de dar direito de voto aos analfabetos nas eleições municipais. A proposta considerava que “os analfabetos poderão alistar-se eleitores, limitado o exercício do direito do voto, às eleições municipais, computando-se o sufrágio apenas para legenda partidária”<sup>295</sup>. Sobre sua proposta de emenda, o *Jornal do Brasil*, destacou “esta será a quinta tentativa feita desde 1946, para dar direito de voto ao analfabeto”. Nas defesa de seu projeto Costa alegava que mais de 72,7% dos municípios brasileiros em 1976 possuíam menos de vinte mil habitantes, segundo suas palavras “esse fato demonstra que o analfabeto que irá participar do processo eleitoral exclusivamente no âmbito municipal, poderia facilmente votar num candidato cujos defeitos e virtudes são do seu pleno conhecimento.”<sup>296</sup>

Suas denúncias no plenário direcionaram-se no decorrer de 1977, ao ex-ministro da Justiça Armando Falcão, José Costa, acusava-o de haver praticado atos de corrupção quando ocupava a presidência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) na década de 1950. Nessa mesma ocasião declarou que o MDB “deveria continuar exercendo seu papel, denunciando a violência e a corrupção”, e que o ministro Falcão era “um dos pólos de radicalização política do país”.<sup>297</sup> Em 1978 suas acusações atingiram o então candidato oficial da ditadura à Presidência, o general João Baptista Figueiredo. Na oportunidade a imprensa divulgou o caso.

O deputado José Costa (MDB-AL), mostrou ontem em discurso da tribuna da Câmara, com certidões de cartórios, que os filhos do General Figueiredo, srs. Paulo Renato de Oliveira Figueiredo e João Baptista de Oliveira Figueiredo Filho, são concessionários de um *drive-in* no autódromo de Brasília. Estranhou (sic) que a obra tenha sido construída, apesar do parecer contrário da Procuradoria Geral da Prefeitura. O deputado afirmou que em 1972, o sr. Paulo Renato assinou, em nome da firma Alvorada [...] que não tinha existência legal, [...] um requerimento contendo sugestão de construção do

<sup>294</sup> Ver verbete José Costa –CPDOC (op. cit.).

<sup>295</sup> Deputado quer estender aos analfabetos direito ao voto apenas em eleições municipais. *Jornal do Brasil*. Ano. LXXXVII, nº24. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1977, p.3.

<sup>296</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>297</sup> Idem, *Ibidem*.

*drive in* [...] Apesar do parecer ter recebido parecer (sic) contrário do Procurador do Distrito Federal, o então Governador Hélio Prates da Silveira, atendeu o pedido e mandou construir o cinema.<sup>298</sup>

Diante da repercussão do caso, foi atacado pelo secretário-geral da ARENA, deputado Néelson Marchezan, que o acusou de ter o costume de fazer denúncias sem provas. Contudo, mesmo após o ocorrido, dois dias após reafirmaria todas as acusações.

No decorrer da segunda metade da década de 1970, o MDB, ciente do seu crescimento passou a tratar de temas mais delicados, que colocavam em cheque a estabilidade da ditadura militar. Dentro desse novo contexto, dois temas foram explorados com habilidade pelos emedebistas, a questão inflacionária e um assunto até então intocado, a questão dos direitos humanos. José Costa, utilizou a tribuna diversas vezes para denunciar o caráter discricionário da polícia e do Exército. Em agosto de 1978 levou ao Congresso denúncia relacionada ao assassinato de dois jovens em Alagoas, com conivência do então secretário de Segurança Pública e do Governo do Estado.

[...] no início da tarde de terça-feira, 13 de julho último, um delinquente juvenil, de nome José Candido de Barros Filho, que se achava sob atendimento psiquiátrico, foi preso na cidade de Maceió, nas imediações da Praça Centenário. [...] posto em um jipe da polícia civil, e, em seguida espancado barbaramente no interior da viatura. O jovem estudante Jailton dos Santos Oliveira, que a tudo assistia, foi igualmente preso, colocado na mesma viatura e espancado diante de sua mãe. [...] Quatro ou cinco horas mais tarde, os corpos de José Cândido e do estudante Jailton Oliveira eram encontrados crivados de balas a poucos quilômetros de Maceió, limitando-se a Secretaria de Segurança Pública a comunicar a ocorrência aos pais das vítimas. Vítimas da brutalidade, da violência, mas, sobretudo, da covardia de um grupo de maus policiais que enxovalham a instituição a que pertencem e que, sob o manto protetor do Sr. Secretário de Segurança Pública, Coronel-do-Exército José Amaral, e graças à complacente omissão do Governador Divaldo Suruagy, se situam acima da lei, da Constituição, desafiam o Poder Judiciário e afrontam a sociedade.<sup>299</sup>

Suas denúncias romperam com a cultura do medo de anos anteriores, dando voz a questões que até então eram completamente ignoradas, ou tratadas com normalidade

<sup>298</sup> Deputado do MDB mostra que filhos de Figueiredo são concessionários de “drive in”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano: LXXXVII, nº.180. 14 de out. de 1978, p.5.

<sup>299</sup> Assassínios em Maceió- Alagoas (Discurso de José Costa):.Diário do Congresso Nacional. Ano: XXXIII, nº094., Brasília. Câmara dos deputados. 17 de agosto de 1978, p.6649.

pelos governos ditatoriais em Alagoas.<sup>300</sup> Tocando em pontos nevrálgicos, o emedebista explorou a questão dos direitos humanos para acusar o então Governador Divaldo Suruagy, salientando sua omissão com o assunto.

Em fins do ano passado, louvado em reportagens publicadas pelo Jornal de Alagoas nos primeiros oitenta meses de administração do Governador Divaldo Suruagy, denunciei, desta mesma tribuna, deste mesmo Parlamento, o assassinato de cinco prefeitos e ex-prefeitos naquele período, e mais duzentos e quarenta homicídios praticados em meu Estado em circunstâncias misteriosas. quase sempre com requintes de crueldade, torturando-se brutalmente as vítimas antes 'de executá-las. Muitos cadáveres foram encontrados cremados, total ou parcialmente, mutilados ou apresentando dezenas de ferimentos a bala ou o crânio esmagado a cacetadas. Em setembro de 1977, foram descobertos, a quinze minutos de Maceió, no Tabuleiro dos Martins, precisamente no local onde foi edificada a fábrica de Coca-Cola naquela capital, nada menos que dezesseis cadáveres nas condições descritas acima. Nenhuma providência, nenhum inquérito, nenhum culpado, em que pese ao clamor público que se levantou contra essa onda de violências inomináveis.<sup>301</sup>

Em resposta a acusação, o Governador Suruagy destaca que o aumento da violência se devia “ao crescimento desenfreado das comunidades”, destacando que “o crime é fruto da própria sociedade” e que “não há sociedade, infelizmente, sem vida criminosa·mais ou menos intensa”<sup>302</sup>.

Os enfrentamentos entre MDB e a ARENA em Alagoas, acirraram-se com as eleições de 1978, os dois grandes representantes dos partidos, respectivamente, José Costa e Divaldo Suruagy, ambos eleitos com expressivas votações, partiram para defesa de seus respectivos programas políticos. O emedebista, aproveitou a visibilidade da campanha de 1978 para questionar as contradições da ditadura militar. No final de novembro do mesmo ano, participando do programa “Manhãs Brasileiras” do radialista Edécio Lopes, em Maceió, José Costa travou debate com Suruagy. Na oportunidade destacou o retrocesso que representou o governo Geisel com as edições do Pacote de Abril, discordando do enorme apoio que o arenista oferecia ao Presidente. Na

<sup>300</sup> O enfrentamento dessas questões não eram novidade para José Costa, atuando como advogado, fora responsável pela defesa de diversos presos políticos. Notabilizando-se por sua atuação desde a década de 1960.

<sup>301</sup> Idem, Ibidem.

<sup>302</sup> Carta do Governador Divaldo Suruagy, de Alagoas, sobre medidas adotadas pelo Governo no combate à criminalidade no Estado. (discurso de Theobaldo Barbosa). Diário do Congresso Nacional. Ano: XXXII, nº142. Brasília. Câmara dos deputados. 15 de nov. 1977, p.11393.

oportunidade declarou “eu discordo de você Suruagy, você está do outro lado. Você defende o modelo econômico que sacrifica o trabalhador e estimula a empresa multinacional”<sup>303</sup>. A reeleição de José Costa em 1978, com expressiva votação, demonstrou a força que o MDB conservava desde a inflexão oposicionista de 1974. Além disso, a vitória do emedebista foi construída através de uma importante aliança com setores que estavam subalternizados pela ditadura militar, como os intelectuais, as classes populares e principalmente os estudantes universitários - que engajaram-se na campanha do MDB alagoano, tendo-o como Frente de luta. Indo para o segundo mandato como deputado federal, José Costa contaria com outra forte presença do partido na Câmara Federal, Mendonça Neto.

A chegada de Mendonça Neto no parlamento alagoano através de uma significativa vitória nas eleições de 1974, articulou de vez o discurso nacional do MDB em Alagoas. Sua atuação é marcada pelas denúncias, que iam desde a passividade e servilismo do Governo estadual para com a ditadura militar, até denúncias incisivas contra o Sindicato do Crime (organização política criminosa que assassinava políticos, jornalistas, trabalhadores, e qualquer um que interferisse nas teias de poder dos chefes políticos locais)<sup>304</sup>. Na Assembleia Legislativa, o emedebista quebrou o silêncio sobre diversos temas, como a escalada da violência, os crimes políticos e as intimidações ao exercício oposicionista. Diferindo da extrema inércia que pautava o parlamento alagoano, sua posição ativa sofreu censuras tanto dos deputados arenistas dóceis à ditadura, quanto dos setores moderados do MDB. O jornalista Artur Gondim, fazendo um diagnóstico da atuação da sigla, destacou:

A pequena bancada do MDB na Assembleia Legislativa está fazendo calo-de-sangue na forte e bem nutrida Arena. A presença dos deputados Mendonça Neto e Francisco Pimentel na tribuna tem incomodado muita gente. [...] se é ousado, corajoso, incômodo, Mendonça Neto é também a maior expressão do Poder Legislativo de Alagoas no momento.<sup>305</sup>

---

<sup>303</sup> Suruagy trava debate com José Costa pelo telefone. Jornal de Alagoas. Maceió. 21 de nov. de 1978, p.3

<sup>304</sup> Sobre o assunto ver: OLIVEIRA, Jorge. O curral da morte: O Impeachment de sangue, Poder e Política no Nordeste. Rio de Janeiro, Record, 2010.

<sup>305</sup> MDB em Ação, op. cit. p.21.



O mandato de Mendonça direcionava-se para um enfrentamento direto com o *modus operandi* da política em Alagoas, repleta de cacifes locais, estruturados através de um controle clientelista nos municípios, subsidiados no poder econômico local.

Tratava-se do retrato moderno da política dos senhores-de-engenho e dos coronéis interioranos, pois onde não havia o domínio sem discussão da política açucareira, sobretudo no sertão, operava o remanescente do sindicato do crime, coagindo a população, abúlica e sem reação diante das brutais diferenças de qualidade de vida. Exercia-se como entrechoque da questão social o paternalismo político.<sup>306</sup>

Lutando contra os manejos da política tradicional no Estado, Mendonça Neto conseguiu em 1978, ao lado de José Costa, ocupar uma cadeira no Congresso Nacional. Seria a primeira vez desde a fundação do MDB alagoano, que a bancada conseguiu eleger dois nomes alinhados no enfrentamento à ditadura militar. O mandato de Mendonça Neto como deputado federal, é marcado, assim como sua atuação no parlamento alagoano, por intensa atividade. Em suas memórias, contudo, o emedebista não deixa de retratar desapontamento com sua nova casa legislativa.

[...] Era meu primeiro mandato na Câmara Federal, e passei pelo grande constrangimento de verificar o sistema de atuação do Congresso Nacional, anquilosado, paquidêmico, e até covarde diante da ditadura de 1964. Tudo se arrastava morosamente, projetos de lei, estratégia de luta contra a ditadura, sem aquele fulgor que eu sonhara encontrar na Câmara dos Deputados.<sup>307</sup>

É importante salientar que o emedebista chega a tribuna federal num momento salutar do partido. Mesmo o MDB conseguindo ampliar seu apoio na sociedade civil, intervindo diretamente na opinião pública, os efeitos do Pacote de Abril ainda eram sentidos pelos parlamentares. Soma-se a isso a constante utilização do AI-5 para punir e deter qualquer progresso da oposição. Um considerável exemplo da discricionariedade do período se deu em 1977, quando da proposta da reforma do Poder Judiciário, onde o governo do presidente Geisel interferiu arbitrariamente nas mudanças sugeridas pela oposição, (que incluíam: garantias para juízes e advogados, direito de habeas-corpus para os presos políticos, entre outras proposições) moldando-as às exigências da ditadura. O confronto entre o governo e o MDB acarretou num novo fechamento do

---

<sup>306</sup> NETO, op. cit. p.15.

<sup>307</sup> Idem, p.32.

Congresso Nacional por 14 dias, para aprovação da reforma. Entre avanços e recuos, os emedebistas enfrentavam o incongruente processo de distensão da ditadura militar. Além dos desafios com as questões institucionais, o partido também passava por suas constantes disputas internas, entre moderados e autênticos, o que ocasionava certas dificuldades no direcionamento de seus objetivos enquanto partido.

Mendonça Neto, insere-se, portanto, num grande leque de transformações que marcaram o fim da década de 1970, um período de transição não só para o sistema político, como para a sociedade em geral. Os temas abordados pelo emedebista no curto ano de 1979 são vistos aqui como parte dessas notáveis modificações. Nos seus primeiros meses na tribuna, o tom de seus discursos foram sublinhados pelo constante alerta da deterioração da qualidade de vida da população.

O embaralhamento de estatísticas não será suficiente para tirar-nos a razão, a visão e o sentimento de elementar justiça. Menos poder aquisitivo do que antes de 1964, inflação acumulada de mais de 400%, trabalhadores rurais carentes dos mínimos requisitos de saúde, proprietários rurais enforcados pelo estancamento do crédito, classe média empobrecida, classes pobres empurradas para a deprimente categoria de absolutamente miseráveis, na concentração de renda mais injusta e crescente que já conhecemos. A moeda aviltada com rebaixamentos quinzenais. As opções econômicas nacionais - como a do álcool - sabotadas em favor da ganância das multinacionais. Torturas como este povo jamais sofreu. Caos.<sup>308</sup>

As críticas ao modelo econômico da ditadura militar tornaram-se frequentes nos discursos emedebistas. O desgaste das constantes políticas econômicas eram perceptíveis, o MDB soube, no decorrer da segunda metade da década de 1970, explorar a temática, ligando a alta concentração de renda, as desigualdades sociais e a corrosão dos salários à ingerência do governo federal e à conseqüente falência do “Milagre Econômico” brasileiro.

Outro tema que paulatinamente ganhou força neste período foi a campanha de desmonte do Estado de Segurança Nacional, mas precisamente desenvolvidas a partir da defesa da Anista, ampla, geral e irrestrita e na defesa dos direitos humanos. Apesar de serem assuntos já ventilados no parlamento desde as eleições de 1974, a partir do final

<sup>308</sup> Aspectos da Economia Brasileira (discurso de Mendonça Neto). Diário do Congresso Nacional. Ano: XXXVI, nº021. Brasília. Câmara dos deputados. 30 de mar. 1979, p.1360.

da década de 1970, os temas serão amplamente discutidos não só nas tribunas, mas na sociedade civil, ganhando espaço importante na opinião pública. Os assassinatos por agentes do DOI-Codi do jornalista Vladimir Herzog<sup>309</sup> e do operário Manuel Fiel Filho<sup>310</sup> colocaram a questão da repressão, da tortura e dos direitos humanos em pauta. Vários núcleos sociais que iam desde a atuação da Igreja Católica, sob a liderança de Dom Paulo Evaristo Arns, até organismos liberais como associações de imprensa, sindicatos, estudantes e operários, tornaram-se mais ativos nas denúncias ao sistema repressivo que vigorava no país. O reconhecimento da participação direta do Estado nos crimes de tortura foi uma das importantes estratégias utilizadas pelo MDB para minorar as bases sociais da ditadura militar. Em 1978 a Justiça brasileira condenou a União pela prisão ilegal, tortura e morte de Vladimir Herzog e Mendonça Neto utilizou o caso para denunciar o sistema repressivo.

A sentença do caso Herzog é um novo ponto de partida para a análise das dificuldades sofridas pelo povo brasileiro no obscurantismo dos tempos que estamos vivendo. Ele decidiu, em primeiro lugar, que a prisão de Herzog foi ilegal, reconhecendo que o Governo prende arbitrariamente e, em segundo lugar, decidiu que Herzog foi torturado e que no DOI/CODI a tortura é método de investigação determinado pelos que detêm o Governo. Não é fato novo, nem passou a sê-lo, neste episódio, a constatação da infligência de torturas a presos políticos, como também não desconhecíamos a selvageria oficial aplicada com requintes de barbárie no sistema carcerário comum deste País, sem distinção de idade, sexo, periculosidade, mas obediente à prática da violência pela violência, cujo objetivo não é apenas ceifar vidas, ou obter confissões, mas reduzir cada preso à mais baixa condição humana na degradação de seu corpo e de sua mente.<sup>311</sup>

---

<sup>309</sup> Vladimir Herzog, o Vlado, foi jornalista, professor e cineasta brasileiro. Nasceu em 27 de junho de 1937 na cidade de Osijek (Croácia). Em 24 de outubro de 1975, foi chamado para prestar esclarecimentos na sede do DOI-Codi sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sofreu torturas e, no dia seguinte, foi morto. A versão oficial da época, apresentada pelos militares, foi a de que Vladimir Herzog teria se enforcado com um cinto, e divulgaram a foto do suposto enforcamento. Testemunhos de jornalistas presos no local apontaram que ele foi assassinado sob tortura

<sup>310</sup> Manuel Fiel Filho, operário metalúrgico, residente no bairro da Mooca. Nasceu em 7 de janeiro de 1927 na cidade Quebrangulo (Alagoas). Em janeiro de 1976 foi preso por dois agentes do DOI-Codi, na fábrica, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No dia seguinte à sua prisão, os órgãos de segurança emitiram nota oficial afirmando que Manuel havia se enforcado em sua cela com as próprias meias. Quando os parentes conseguiram a liberação do corpo para ser enterrado, verificou-se que apresentava sinais evidentes de torturas, principalmente na região da testa, nos pulsos e no pescoço.

<sup>311</sup> Direitos humanos (discurso de Mendonça Neto). Diário do Congresso Nacional. Ano: XXXIV, nº013. Brasília. Câmara dos deputados. 20 de mar. 1979, p.803.

O discurso em torno da redemocratização e dos direitos humanos apresentavam na conjuntura nacional e mundial um processo bastante favorável, que podia ser observado desde a eleição para Presidência dos Estados Unidos do democrata Jimmy Carter, mudando a relação direta estadunidense com o Estado de Segurança Nacional brasileiro, abrindo uma nova política externa para os países sul-americanos. Até o maior engajamento de setores da sociedade civil, que começavam a atuar mais organicamente em sindicatos, centros universitários, associações, etc. Desse modo, a constituição de importantes bases sociais para a denúncia da ditadura militar, possibilitou ao MDB agir de maneira mais dinâmica e eficiente. Mendonça Neto representou esse movimento de maior organicidade, onde o discurso do partido tem claro sentido de não apenas denunciar, mas de defender o desmonte de estrutura repressiva estatal.

Mas a aplicação sistemática - tolerada e consentida - da tortura pelo Governo, através de organismos instalados festivamente, como o foi a Operação Bandeirantes (OBAN) não tem sido apenas dirigida diretamente ao encarcerado legal, ou ilegalmente, pelos órgãos de repressão. Sofisticados em seus métodos científicos de extrair confissões no desrespeito mais elementar aos direitos humanos, chegam ao procedimento bestial de aplicarem choques elétricos numa criança de quatro meses de idade - Isabel - para que a mãe, presente, confessasse crimes praticados pelo marido, este já assassinado pelos órgãos de repressão. [...] Assim, faz-se evidente, como é inegável, que: 1º) o Governo prende arbitrariamente; 2º) o Governo é responsável pela aplicação de tortura; 3º) mortes foram causadas no interior de organismos do Governo, provocadas pela tortura; e 4º) o Governo pune aquele que cometer a temeridade de denunciar ou divulgar os fatos e as pessoas que atentam contra o direito à segurança e à vida dos presos, garantido até mesmo nos períodos de guerra.<sup>312</sup>

O sentido da redemocratização passa a ter mais força. Esse movimento, contudo, não deixa de tecer críticas à proposta de abertura elaborada pela própria ditadura militar (cristalizada no projeto de distensão Geisel-Golbery). Para os emedebistas é claro o sentido de conduzir o projeto de distensão por caminhos distintos do governo federal, o que estava diretamente relacionado ao sentido de “redemocratização” proposto pelos militares, extremamente limitado e repleto de incongruências.

[...] a falácia de que a democracia precisa criar instrumentos de força para defender-se de seus inimigos. Quem defende a democracia é a sua própria

---

<sup>312</sup> Idem, p.805.

vigência, a estabilidade de suas regras políticas que implicam em atender democraticamente a todos, inclusive e sobretudo aos menos favorecidos, no único regime capaz de saber ouvir os que não têm voz, diferente desta democracia híbrida que democratas de fãncaria querem instaurar neste País. O poder discricionário é a antítese da democracia, e ninguém salva um regime aplicando-lhe normas inerentes a outro, ninguém recupera a democracia dando-lhe remédios antidemocráticos. A não ser que se defenda uma democracia de fachada e não aquela que vai ao fundo do dilema institucional desta Nação: uma democracia econômica que tenha força para eliminar os bolsões de miséria absoluta que obscurecem o futuro do Brasil.<sup>313</sup>

Os discursos de Mendonça Neto somam-se, também, às diversas vozes que clamavam pela Anistia Política. Assunto que converteu-se numa bandeira ampla na sociedade, com a realização de comícios, passeatas, manifestações e debates públicos. “Pregamos a anistia, a sociedade prega a anistia. A história prega a anistia. [...] Como sairá a Nação, depois de tantos apelos e de tantas manifestações, se o Parlamento mostrar-se insensível ao clamor do tempo?”<sup>314</sup>.

Os mandatos de José Costa e Mendonça Neto representaram um movimento de revigoração do MDB em Alagoas, além disso, a bancada emedebista, assim como acontecia no restante do país, ganhou maior visibilidade, apesar do ainda número reduzido de parlamentares. Contudo, um dos fatores mais determinantes para a grande influência dessas novas vozes na política alagoana foi sem dúvida o diálogo e a aproximação que a sigla promoveu com a sociedade civil, utilizando de forma habilidosa, os canais possíveis de comunicação e possibilitando a criação de espaços de luta, para diversos setores excluídos da participação política. Dessa maneira, Jovens estudantes universitários agregavam-se à sigla para utilizá-la como um instrumento de luta, muitos destes oriundos de partidos clandestinos, como o PCR e o PCdoB.<sup>315</sup>, sindicatos como o dos jornalistas e radialistas de Alagoas, também utilizavam a sigla para concentrar suas reivindicações. Dessa forma, é possível caracterizar a amplitude e a representação que o MDB alagoano adquire na segunda metade da década de 1970.

---

<sup>313</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>314</sup> NETO, Mendonça. *A luta continua*. Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação. Brasília, 1979, pp.25-26.

<sup>315</sup> Edberto Ticianeli (Ex-membro do MDB-Jovem). Entrevista concedida ao autor no Palato/Farol – Maceió, em 24 de jul. de 2015.

#### 4.5 - A campanha de 1978 e o fim do bipartidarismo.

Desde sua fundação, a participação e a construção das campanhas políticas emedebistas enfrentaram significativas dificuldades. Os pleitos eleitorais sempre marcados pela predominância hegemônica da ARENA, em especial nos redutos interioranos do país, os chamados “grotões”, dificultavam enormemente o trabalho do partido. Em 1974, contudo, a utilização dos meios de comunicação proporcionaram um notável crescimento da sigla, em especial nos centros urbanos. O “sucesso” de 1974, na mesma proporção que fortaleceu o MDB, gerou instabilidade no controle do sistema político por parte da ditadura militar. Uma vez que o lento processo de distensão só seria possível sob o controle total dos estrategistas militares, o progresso da oposição tornava-se um empecilho a ser resolvido. Paradoxalmente, na visão dos ideólogos da ditadura militar, para assegurar a abertura fazia-se necessário impor medidas restritivas. É neste sentido que em 1977 é lançado o “Pacote de Abril”.

Este “pacote” foi representado por uma emenda constitucional e seis decretos-leis, que, uma vez outorgados, alteravam as futuras eleições de 1978. Com o claro sentido de deter o crescimento oposicionista, e assegurar maioria nas Câmaras Legislativas. Esse fato se dava pelo receio de que, como indicava todo processo político, o MDB alcançasse nova vitória. Metade das vagas em disputa seriam preenchidas pelo voto indireto do Colégio eleitoral, em que a composição comportava os membros das Assembleias Legislativas dos estados e delegados das Câmaras Municipais. Assim, um terço dos senadores não foram sufragados pelo voto direto e sim referendados após uma indicação do Presidente da República, os chamados “senadores biônicos”. O “pacote” também estabelecia a extensão do mandato presidencial de cinco para seis anos, a manutenção de eleições indiretas para Presidente da República, governadores dos estados e de prefeitos dos municípios em áreas de segurança nacional, bem como o aumento da representação dos estados menos populosos no Congresso Nacional.

Em Alagoas, como preconizava a lei, as eleições de 1978 tiveram duas fases, a primeira em setembro, onde de forma indireta, Arnon de Melo e Guilherme Palmeira<sup>316</sup> foram conduzidos respectivamente para os cargos de “senador biônico” e Governador

---

<sup>316</sup> Guilherme Gracindo Soares Palmeira, nasceu na cidade de Maceió em 1938. Advogado e político foi governador de Alagoas entre 1979 e 1982, pela ARENA/PDS.

do estado. E a segunda em novembro, onde se concentraria os votos majoritários para os cargos de deputado estadual, federal e senador. O MDB apresentou Mendonça Neto, Djalma Falcão e José Costa para Câmara Federal, e José Moura Rocha<sup>317</sup> para o Senado. Somadas as dificuldades inerentes às barreiras institucionais, o contexto político alagoano dificultava o desenvolvimento de uma campanha mais ampla. Durante a preparação para o pleito, os candidatos tiveram de enfrentar o poder da máquina estatal em benefício da ARENA. José Moura Rocha, em seu livro de memórias “*Os ricos não tugem, e os pobres não mugem*”, destaca como o aparelhamento estatal foi utilizado para prejudicar sua candidatura ao Senado.

Bastaria que a campanha se tornasse promissora, com alvissareira perspectiva de vitória, para a dupla Suruagy/Guilherme Palmeira – que vinha empalmando o poder estadual por longos anos – pusesse em prática um dos métodos que costumam alicerçar o longo domínio oligárquico estadual. [...] Mobilizaria a Secretaria do Planejamento do Estado, dirigida oficialmente por um irmão de Guilherme, para um escuso propósito. Fizera chover, lançado de pequenos aviões, seiscentos e trinta mil infamantes boletins, ditos eleitorais.<sup>318</sup>

De fato, a utilização do aparato público para difamar a oposição não era novidade na história política alagoana, todavia, é de se considerar, de que modo tais atitudes estiveram concatenadas com interesses diretamente alinhados e apoiados pela ditadura militar. Neste sentido, podemos ressaltar a participação do General João Baptista Figueiredo, em comício realizado no dia 25 de outubro na Praça dos Martírios, em Maceió, para apoiar a campanha da ARENA, fato amplamente divulgado na imprensa e nos veículos oficiais do Estado.

Os 10 minutos que o futuro Presidente da República General João Baptista Figueiredo, falará, hoje, às 19 horas na concentração que a ARENA promoverá na praça dos Martírios, poderá render ao partido do governo os votos dos indecisos. Mas, a visita do General a Maceió irá custar Cr\$ 100 mil entre publicidade e estadia.<sup>319</sup>

<sup>317</sup> José Moura Rocha nasceu na cidade de Capela em 1932 (Alagoas), advogado, professor universitário e político. Foi advogado de vários sindicatos de trabalhadores. Por conta de sua atuação política e profissional foi preso em 1º de abril de 1964. Atuou como advogado de presos políticos, foi militante da União da Juventude Comunista, depois se filiou ao PSB, na década de 1950; foi candidato a senador em 1978 e 1982 pelo MDB/PMDB. Ver (MAJELLA, op. cit. p.116).

<sup>318</sup> ROCHA, op. cit. p.157.

<sup>319</sup>Visita de Figueiredo vai custar Cr\$ 100 mil. Jornal de Alagoas. Maceió, Ano: LXX, 25 de out. de 1978, p.5.

René Remond destaca que “uma eleição é também indicador do espírito público, revelador da opinião pública e de seus movimentos”<sup>320</sup>, nesse sentido é importante olhar para a campanha de 1978. Além de uma simples eleição de cargos majoritários, o pleito era visto como um termômetro do processo de abertura política. A resposta positiva do eleitorado em 1974 para oposição revelara que mesmo com todos mecanismos em favor do partido situacionista, desconsiderar a correlação de forças no espaço político institucional foi um grave erro para ditadura militar. Daí resultam os diversos empecilhos autoritários instituídos para minorar qualquer êxito da oposição, entre eles a larga utilização da estrutura governamental para favorecer os candidatos vinculados aos militares.

Ao MDB, carente de um apoio substancial como o do executivo federal, cabia desenvolver sua campanha com o mesmo espírito que pautara a campanha anterior. O partido saiu a rua, tendo como concentração permanente na capital a Praça Deodoro em Maceió, realizando por diversos bairros os “comícios relâmpagos” – concentrações curtas e improvisadas com objetivo de agregar a maior quantidade possível de pessoas. A tática, segundo os emedebistas, possuía importante influência na opinião pública. Em 9 de novembro, o Jornal de Alagoas, ratificando a estratégia da sigla, realizou um debate aos moldes do “comício relâmpago”, reunindo os candidatos a deputado federal, Djalma Falcão (MDB) e Albérico Cordeiro (ARENA), no calçadão do centro do Maceió. Na oportunidade, os candidatos debateram por mais de uma hora, temas que iam dos problemas nacionais em suas esferas, política, econômica e social, ao questionamento dos resultados que a ditadura militar legara ao país. O periódico traçando uma síntese do debate, destacou:

Djalma Falcão mostrou-se seguro e ao mesmo tempo agressivo na análise dos problemas, procurando invariavelmente responsabilizar o Governo revolucionário pelos males existentes no País. Enquanto Albérico Cordeiro, com igual segurança, refutava acusações, mostrando que em nenhuma parte, até hoje, se fez alguma revolução sem erros. [...] Ao termino, a multidão dispersou-se e saiu comentando e avaliando os méritos de cada um dos candidatos.<sup>321</sup>

---

<sup>320</sup> REMOND, op. cit, p.40.

<sup>321</sup> Candidatos da Arena e do MDB debatem em plena rua central. Jornal de Alagoas, Maceió. Ano:LXX, Nº 355, 10 de nov. de 1978, p.1.



Na campanha de 1978, a participação de lideranças nacionais da sigla também foram frequentes, no dia 22 de outubro na Praça Rodolfo Lins em Maceió, o senador Marcos Freire participava de um comício que reuniu mais de cinco mil pessoas em apoio aos candidatos emedebistas, e contando com diversas lideranças sindicais e estudantis.<sup>322</sup> Além dos “comícios relâmpagos”, o MDB organizou passeatas durante a campanha. No dia 12 de novembro, com o lema “Contra a opressão e pelas liberdades democráticas”, a sigla anunciava uma passeata que sairia da Praça D. Pedro II em direção ao Palácio do Trabalhador na avenida Moreira Lima, contando com o apoio de profissionais liberais e estudantes universitários.<sup>323</sup>

A concentração da campanha emedebista na capital evidenciava alguns fatores importantes; primeiro que o núcleo do eleitorado da legenda aglutinava-se em Maceió, justamente por uma atuação mais efetiva com os eleitores locais. Segundo, que os emedebistas ainda enfrentavam muitas dificuldades de conquistar a maioria dos votos pelos municípios, salvo algumas exceções, a hegemonia arenista pelo interior era incontestável. Em muitos casos, as dificuldades de penetrar nos redutos eleitorais pelo interior eram evidenciadas pela constante violência, que invariavelmente sempre marcaram os pleitos eleitorais no Estado. Atentados, repressão e obstruções aos opositoristas foram verificadas em todo decorrer da campanha.<sup>324</sup> Entretanto, esses fatores não impediram o otimismo dos emedebistas, a adesão e o crescimento da legenda no decorrer da campanha foram surpreendentes. As pesquisas eleitorais demonstravam a grande preferência dos eleitores, em especial na capital, pelo MDB.

Todas as pesquisas realizadas antes e durante a campanha indicaram que a oposição vencerá disparadamente o pleito majoritário em Maceió, e por pequenas margem no interior. Representando a quebra de um tabu estabelecido desde 1964. A tendência do eleitorado alagoano a exemplo do

---

<sup>322</sup> Freire: democracia só com a vitória do MDB. *Jornal de Alagoas*, Maceió, Ano: LXX, 24 de out. de 1978, p.3.

<sup>323</sup> MDB programa passeata para o próximo dia 12. *Jornal de Alagoas*, Maceió, Ano: LXX, 5 de nov. de 1978, p.3.

<sup>324</sup> Através do *Jornal de Alagoas*, periódico que diariamente cobria o itinerário dos candidatos, é possível ter noção do clima de violência que marcou a eleição, ver as edições: “Djalma Falcão é vítima de atentado em Delmiro. *Jornal de Alagoas*, Maceió, Ano: LXX, 17 de out. de 1978, p.3. “Atentado e violência geram conflitos entre 2 deputados. *Jornal de Alagoas*, Maceió, Ano: LXX, 20 de out. de 1978, p.1/ “Carro de Moura é metralhado em Delmiro”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, Ano: LXX, 14 de nov. de 1978, p.5.

nível de politização já verificado nos principais centros do país é sufragar massivamente na legenda do MDB.<sup>325</sup>

A opinião de que a legenda, mesmo com os entraves da nova lei eleitoral, conseguiria atingir seus objetivos, era ventilada não só pelos candidatos, mas também nos principais jornais locais. Recorrentemente, os emedebistas destacavam que a positiva escalada da legenda devia-se ao processo de desgaste da ditadura militar. Além do partido ser o único que poderia dialogar diretamente com o sentimento de mudança que embalava o processo de distensão, trazendo em torno da campanha a discussão sobre a Anista política, a inflação, desigualdades regionais, aumento do custo de vida, e as políticas de arrocho salarial.

As previsões emedebistas concretizaram-se com o resultado do pleito, o partido conseguiu uma expressiva votação em Maceió, contudo, não suficiente para desbancar o predomínio arenista. Para a Câmara Federal José Costa foi eleito com 54.522 votos, junto de Mendonça Neto com 26.789, na Assembleia Legislativa o partido ocupou sete cadeiras<sup>326</sup> contra catorze da ARENA. Entretanto, a prova mais contundente da força do MDB alagoano, principalmente na capital, foi o resultado da disputa para o Senado. Onde o emedebista José Moura Rocha, obteve 157.703 votos, totalizando mais de quarenta mil votos contra o candidato arenista Luiz Cavalcante, com 117.302. Contudo, apesar de atingir uma votação superior, O MDB teve que se submeter às novas regras eleitorais, onde a ARENA, através da utilização da sublegenda conseguiu eleger seu candidato. Com três candidaturas ao Senado (Luiz Cavalcante, Rubens Vilar e José Sampaio), os arenistas tiveram a totalidade de seus votos somados, dando a sigla a quantidade de 189.728 votos. Para José Moura Rocha, esse fato revelou que “a alquimia eleitoral da ditadura, era mágica contra o MDB”<sup>327</sup>.

Apesar da derrota, se o MDB alagoano não ganhou em proporção de votos, acabou por ganhar em substância. A capacidade de articulação e a projeção de um discurso autêntico, que dava uma identidade clara ao partido, foram fundamentais para

---

<sup>325</sup> Oposição marcha hoje confiante para as urnas. Jornal de Alagoas, Maceió, Ano: LXX, 15 de nov. de 1978, p.5

<sup>326</sup> Eleitos: Agripino Alexandre, Manoel Afonso de Melo, Alcides Muniz Falcão, Francisco Pimentel, Renan Calheiros, Afrânio Vergetti e Alcides Andrade.

<sup>327</sup> ROCHA, op. cit. p.159.

colocar os emedebistas numa correlação de forças considerável com a ARENA. Ficava claro que o processo de abertura política fortalecia a legenda, e conforme os mecanismos repressivos (sociais, políticos e judiciais) enfraquecessem, o protagonismo do MDB tenderia a superar em apoio o governo militar e seu partido. Um dos fatos mais importantes que ratificaram esse processo de evolução da oposição foi a filiação do senador arenista Teotônio Vilela<sup>328</sup> no MDB alagoano. Sua chegada à legenda é fruto de um longo processo de descontentamento com os rumos da ditadura militar. Ulysses Guimarães ao assinar sua ficha de filiação destacava que “substancialmente, doutrinariamente, ele já estava no MDB há muito tempo”<sup>329</sup>. A presença de Teotônio Vilela no MDB, com um forte discurso pela Anista política e na defesa da redemocratização nacional foi recebida como um importante passo da oposição, uma vez que sua postura, segundo os emedebistas, já estava alinhada com a sigla mesmo antes da filiação.

[...] Teotônio tem se manifestado a favor da implantação no Brasil de um estado de direito democrático, tem se manifestado a favor de eleições diretas em todos os níveis. O Teotônio tem pregado teses que estão no programa do MDB. [...] Eu quero ter um contato com os emedebistas do estado de Alagoas para lhes dizer que o Teotônio deve ser recebido como um dos nossos, um dos nossos melhores e mais fiéis combatentes, um bom soldado da causa da liberdade e da democracia neste país. De modo que, pela sua tradição de luta, pelo seu passado, que abona seu presente, o Teotônio, sem dúvida alguma, é recebido de braços abertos pelo MDB de Alagoas<sup>330</sup>

Dos treze anos de existência, o MDB alagoano parecia ter alcançado sua vitalidade total com adesão de Teotônio Vilela, contudo, o processo de distensão política caminhava no sentido de desarticular a força oposicionista. O crescimento dos movimentos sociais, a postura ativa do MDB, a reorganização do movimento sindical, tornaram-se em finais de 1979 uma preocupação para a ditadura militar. Essas questões,

<sup>328</sup> Teotônio Brandão Vilela nasceu na cidade de Viçosa, em 28 de maio de 1917 e morreu em Maceió, em 27 de novembro de 1983 vítima de um câncer. Em 1954 elegeu-se deputado estadual pela UDN, em 1960 foi eleito vice-governador na chapa de Luiz Cavalcante. Em 1964 foi um dos apoiadores do golpe civil-militar em Alagoas, com o bipartidarismo, filiou-se à Arena e foi eleito senador em 1966. A partir de 1975 começa a criticar as medidas do governo Geisel. Em 1977 critica o “pacote de abril”, recebendo apoio da bancada emedebista. Em abril de 1979 oficializa sua entrada no MDB.

<sup>329</sup> ALVES, Márcio Moreira. Teotônio, Guerreiro da Paz. Petrópolis, Vozes, 1983, p.164.

<sup>330</sup> José Costa (entrevista ao radialista Edécio Lopes no programa “Manhãs Brasileiras” da Rádio Gazeta de Alagoas), 25 de abr. de 1979. Neste mesmo dia, Teotônio Vilela anunciava sua filiação ao MDB. O arquivo pode ser consultado na página: <http://www.historiadealagoas.com.br/teotonio-vilela-deixa-a-arena-e-filia-se-ao-mdb-em-1979.html>.

somadas às próprias cisões no seio militar, com o descontentamento da linha dura, fermentaram uma significativa frente de oposição ao regime. A dicotomia Estado x Oposição fortalecia-se a tal modo que o principal ideólogo da ditadura militar no período, o General Golbery, deixava claro que “caso não fossem equacionadas todas essas questões, poderia sobrevir o fim de todo sistema”<sup>331</sup>

É neste sentido que várias ações foram articuladas para manter em total controle do processo de abertura. Entre as medidas uma seria bastante preocupante para o MDB, a Nova Lei Orgânica dos Partidos<sup>332</sup>. A lei previa a dissolução dos dois partidos existentes, ARENA e MDB, e a abertura para criação de novas legendas partidárias. Longe de ser um ato com o intuito de fortalecer o sistema político nacional, a lei objetivou fragmentar a crescente oposição. Para o MDB, que já atuava em conjunto com setores amplos da sociedade, numa crescente eleitoral desde 1974, a medida não poderia ser mais nociva. Mendonça Neto entendeu a proposição como um “ato golpista”, que demonstrava a maneira discricionária do processo de transição governista.

Sr. Presidente. Srs. Deputados, a destruição do MDB e da ARENA não será um ato revolucionário, não confundamos as palavras. Será, sem nenhum sofisma, um ato golpista e de usurpação. [...] (Governo) respeite o MDB, respeite a luta de uma oposição que o regime cobriu de sangue e sacrifícios, cassando mandatos, prendendo discricionariamente, julgando por institutos ditatoriais réus sem crime. Vendo forjar-se uma agremiação que é, agora, uma legenda onde deságua a vontade nacional. Não nos jogará na clandestinidade como quer fazer com os estudantes e a UNE. Nem nos jogará no desespero. O desespero tem morada no Governo, mas, se for sua intenção, depois de tentar implodir o MDB pelo espúrio processo de insuflar divergências Internas, se for esta sua intenção, receberá contundente resposta. Se liquidarem o MDB, não liquidarão as forças populares, nem a Oposição.<sup>333</sup>

A dissolução do MDB, contudo, não significou a perda de todos seus quadros. Apesar do novo cenário partidário, a sigla reestruturou-se mantendo sua marca e acrescentando, obrigatoriamente, como exigia a nova lei, o nome partido, surgia o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Tanto Mendonça Neto como José Costa e o recém chegado Teotônio Vilela prosseguiram nos seus mandatos,

<sup>331</sup> ALVES, op. cit. p.267.

<sup>332</sup> A lei nº 6.767, instaurada em 20 de dezembro de 1979, previa a restauração do multipartidarismo, entretanto, seu conteúdo trazia uma série de restrições para dificultar a unidade oposicionista.

<sup>333</sup> Extinção dos partidos políticos. (discurso de Mendonça Neto). Diário do Congresso Nacional. Ano: XXXIV, nº051. Brasília. Câmara dos deputados. 17 de mai. 1979, p.4041.

atuando no processo de transição de política. A bancada estadual do partido, com o advento do multipartidarismo, não sofreu significativas mudanças, contudo a partir das eleições de 1982, a legenda viria a perder mais da metade da sua representação. A última eleição sob a égide da ditadura militar para os cargos municipais e federais, e ainda com a volta as eleições diretas para governador em 1982, faria o PMDB alagoano lançar o nome de José Costa para o executivo estadual<sup>334</sup>. Os setores conservadores, tal como no golpe civil-militar de 1964, onde trasmutaram-se em unidade da UDN para a ARENA, aglutinaram-se no novo contexto da reforma partidária no Partido Democrático Social (PDS). Lançando a candidatura de Dilvado Suruagy, obtiveram 55,5% dos votos, conquistando a gestão estadual.<sup>335</sup>

Os anos seguintes para o PMDB em Alagoas seriam de fortes mudanças internas, com a perda de muitos quadros e apoio social<sup>336</sup>. Diversos setores que utilizavam a sigla como canal oposicionista a partir do fim da ditadura organizaram-se sob bases independentes; atuando em novas legendas partidárias, na reconstrução dos sindicatos e nas lutas dos movimentos sociais do período. A emergência de partidos como o PCdoB, PCB, PSB, PDT e PT reatircularam a oposição em Alagoas, reunindo setores que agrupavam-se em torno do antigo MDB. A imagem oposicionista do partido era perdida, num movimento claro de descaracterização, esses efeitos segundo Pollak, são consideráveis.

Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem.<sup>337</sup>

O partido perdia seu sentido de frente oposicionista e a partir de 1985 seria reconfigurado recebendo em suas fileiras políticos e empresários locais que outrora

---

<sup>334</sup> A chapa original seria composta por Teotônio Vilela e José Costa, respectivamente candidatos a Governador e Vice-Governador. Contudo, Vilela é obrigado a retirar-se do pleito após a descoberta de um câncer em avançado estado. Este fato, fez o PMDB alagoano colocar José Costa como candidato ao Governo de Alagoas.

<sup>335</sup> CARVALHO, op. cit. p.304.

<sup>336</sup> Apesar do crescimento do MDB no final dos anos 1970, a volta ao multipartidarismo contribuiu para diversos forças sociais que atuavam na sigla, engajaram-se na reconstrução de seus respectivos partidos.

<sup>337</sup> POLLAK, op. cit. p.8.

estiveram alinhados com a ditadura militar. Dissociado das importantes bandeiras defendidas durante as décadas de 1970, o PMDB alagoano caminhou durante as décadas seguintes para um alinhamento significativo com setores estritamente conservadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O golpe civil-militar de 1964 inaugurou uma série de mudanças na sociedade brasileira, dando início a um longo período de transformações que moldaram as esferas política, social, econômica e judiciária do Estado brasileiro. A conquista do poder pelos setores burgueses, aliados ao grande capital internacional e apoiados por militares conspiracionistas, fomentou no país uma avalanche conservadora, cujos efeitos verteram-se para deter as reformas de base, desarticular os movimentos sociais, os sindicatos, a luta dos estudantes, e a grosso modo, todos os segmentos progressistas da sociedade. Consolidado o movimento político-militar que derrubou João Goulart, as articulações no campo político, direcionaram-se para uma centralização cada vez maior do poder. O processo de consolidação do golpe concretizou-se através de uma série de decretos-lei e atos institucionais com o objetivo de expurgar todos aqueles que representassem algum empecilho a institucionalização do Estado de Segurança Nacional.

Desarticular a oposição e empreender mais força à ditadura que se formava tornara-se a ordem do dia. Esse processo compreendia não só tomar o poder de assalto, mas reformular todo sistema político, com vistas a afastar definitivamente às massas do processo político e eleitoral. O ato institucional número dois (AI-2) cumpriu esse papel com a extinção do multipartidarismo, dissolvendo partidos que até então possuíam grande representação e apoio social, como é o caso da dobradinha PTB/PSD. Diferentemente de outras ditaduras do cone sul, a engenharia política militar não decidiu instituir o sistema de partido único, optando pelo regime bipartidário. Em busca de legitimação, a ditadura brasileira fez surgir, sob sua égide, dois frágeis partidos: ARENA e o MDB.

Cabia aos dois partidos representar o papel que a ditadura militar os reservara: a ARENA ser a sigla oficial, sustentáculo civil e político do regime; o MDB ser uma oposição simbólica, consentida, sem representar maiores problemas ao Governo. O desenvolvimento do campo de atuação das novas legendas, contudo, não seguiu estritamente a cartilha dos militares. Mesmo com os diversos expurgos que seguiram o

golpe civil-militar, muitos setores políticos que aglutinaram-se no MDB possuíam identificação com o quadro político anterior e suas respectivas lutas políticas. Em Alagoas, esse processo seria evidenciado com o agrupamento dos quadros do PSP/ PTB no MDB e e da UDN na ARENA. Longe de serem partidos dissociados do pré-1964, a ARENA e o MDB alagoano, carregaram nos seus primeiros anos de atuação as marcas e tradições forjadas no período anterior.

A utilização da imagem do ex-governador Muniz Falcão, principalmente após seu falecimento em junho de 1966, será a grande bandeira emedebista no decorrer da década de 1960, momento o qual o partido tenta construir sua identidade, escapando do papel predeterminado pela ditadura militar. As eleições de 1966 foram o primeiro teste da oposição alagoana, cujo papel durante a campanha, de denúncia da ditadura militar, configurou-se como um dos primeiros momentos de articulação dos quadros do MDB alagoano com a direção nacional. Os anos seguintes determinaram a linha emedebista, onde o “munizismo” mesclava-se com as pautas nacionais do partido, e os enfrentamentos direcionaram-se ao contexto local. As críticas ao governo Lamenha Filho e a todo *staff* da ARENA, permearam as páginas do Diário de Alagoas, instrumento oficial de comunicação do partido.

A partir de 1968, seguindo o movimento nacional, o MDB alagoano expande sua atuação além do parlamento, engajando-se com setores da sociedade civil. Nesse contexto participando ativamente do “caso dos excedentes” da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e apoiando a luta estudantil desencadeada em todo país. Com o advento do ato institucional número cinco (AI-5) o MDB alagoano enfrentaria longos anos de ostracismo, que corresponderam a cassação de diversos parlamentares, o fechamento do Diário de Alagoas, e a extinção da maioria dos diretórios municipais da legenda. O período também é marcado por uma postura extremamente moderada dos emedebistas, onde a concentração das ações dos parlamentares limitou-se às críticas aos arenistas, sem maiores questionamentos à ditadura militar. Com um raio de atuação limitadíssimo, as eleições de 1970 representaram uma derrota fragorosa, restando ao partido a difícil tarefa de reorganização.

A participação dos emedebistas alagoanos nas eleições pelos municípios demonstrava o desequilíbrio entre a oposição e o partido oficial do Governo. Os



problemas com a inclusão do nome de importantes cidades nas “zonas de segurança nacional”, a intimidação a candidatos e eleitores, a constante violência durante as campanhas foram fatores que colaboraram para as sucessivas derrotas da legenda pelo interior do Estado. Além desses aspectos, a ampla utilização da máquina pública para favorecimento da ARENA local era um grande óbice ao êxito do MDB.

De finais de 1968 a meados de 1973, o MDB alagoano restringiu-se à mera sobrevivência. Cenário que viria a mudar com a reestruturação oposicionista, plasmada na vitória eleitoral de 1974. A partir deste pleito, com os ensaios de distensão prometidos pelo ditador Geisel, o partido pode reunir seus quadros e apostar em novos nomes. Mais do que isso, o MDB alagoano passou a ter vozes que representariam uma oposição efetiva concatenada com os setores mais avançados no discurso de enfrentamento a ditadura militar. Os mandatos de José Costa e Mendonça Neto foram fundamentais para o partido reestruturar-se, além disso a postura dos novos emedebistas veio a romper com o “munizismo” que marcava o partido desde a sua fundação. Esse fator caracterizava-se tanto pelos jovens parlamentares estarem dissociados dos quadros políticos tradicionais do Estado, quanto pela maior identificação e compromisso com o novo MDB nacional, revigorado pela ação do grupo Autêntico.

Atuando em conjunto, os emedebistas tiveram papel substancial na articulação com setores subalternizados pela ditadura militar, possibilitando espaço de expressão para estudantes universitários, profissionais liberais, sindicalistas, jornalistas, entre outras categorias. As bandeiras da Anistia política, contra as desigualdades regionais, a favor dos direitos humanos, somaram-se na atuação emedebista às denúncias dos crimes de mando, do sindicato do crime, e da maneira de fazer política do *establishment* local. Do isolacionismo do começo da década de 1970, o partido passara a atuar significativamente como frente oposicionista.

O crescimento do MDB por todo país transformou-se num grande problema para ditadura militar, que já enfrentava internamente cisões entre setores radicais e moderados. A implantação da “Lei Falcão” e do “Pacote de Abril”, ratificariam a liberalização controlada dos militares. Dentro desse contexto contraditório, o MDB alagoano passa a contar em seus quadros com a presença de Teotônio Vilela, sua presença nas hostes oposicionistas fortalece ainda mais a legenda, representando um

importante crescimento representativo na conjuntura da política alagoana. O fim do bipartidarismo, contudo, paulatinamente desarticulava o papel de frente oposicionista do MDB alagoano, o que acarretaria nas décadas seguintes a um processo irreversível de descaracterização do partido.

Passadas quase quatro décadas da extinção do bipartidarismo, analisar a trajetória do MDB em Alagoas não foi tarefa fácil, a escassez documental, a ausência de obras de referência, e particularmente o incômodo silêncio da historiografia sobre o período dificultaram em alguns momentos o andar da pesquisa, mas também transformaram-se num importante estimulante para seu desenvolvimento. Compreender a atuação local de um partido com dimensão nacional exigiu entender não só as questões intrapartidárias (formação, trajetória e atuação), mas também inserir nesse processo de análise o contexto social, político e econômico no qual o partido desenvolveu suas ações. Essa tarefa nos fez optar por entender a dimensão das transformações nacionais através das peculiaridades locais, utilizando neste sentido a observação pela *longa duração*. Observando esses aspectos, cabe salientar que a presente pesquisa é também uma tentativa de entender uma temporalidade através de suas múltiplas faces. Seja nos projetos de modernização dos blocos políticos formados no período da experiência democrática, seja na atuação dos diversos atores políticos do período (políticos, estudantes, trabalhadores, etc.), seja nos modelos econômicos implantados na ditadura militar. A história do MDB, portanto, não pretende resumir-se ao estudo exclusivo do partido, mas constituir-se como um instrumento, no qual podemos compreender a história dessa temporalidade em Alagoas.

## REFERÊNCIAS

Alcides Muniz Falcão. Entrevista concedida ao autor . Jardim do Horto 1, Maceió, 7 de abr. 2016.

ALVES, Márcio Moreira. *Teotônio, Guerreiro da Paz*. Petrópolis, Vozes, 1983.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 5ªed., 1989.

ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS. Discurso de improviso do deputado Rubens Canuto, no 2º período, da 2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura, Maceió. 5 de ago. de 1968, pp. 1-2.

\_\_\_\_\_. Discurso de improviso do deputado Rubens Canuto, no 1º período, da 2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura. Maceió. 29 de abr. de 1968, p.3.

\_\_\_\_\_. Discurso de improviso do sr. Deputado Rubens Canuto, no Segundo Período da 2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura. Maceió, 19 de ago de 1968.

\_\_\_\_\_. Discurso de improviso do sr. Deputado Walter Figueiredo, no Segundo Período da 1ª Sessão Legislativa, da 7ª Legislatura. 25 de nov. de 1971.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Acervo Memórias Reveladas/Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE). Comícios do MDB/1966.

\_\_\_\_\_. Acervo Memórias Reveladas/Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE). Relação dos funcionários estaduais e municipais atingidos pelo Ato Institucional número 1 em Alagoas em 1964.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BERSTEIN, Serge. “Os Partidos”. IN : *Por Uma História Política*; REMOND, René (org). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Cultura Política* IN: *Para uma História Cultural*, Orgs: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean François. Lisboa, Editora Estampa, 1998.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: A Revolução de 31 de março e as reformas. (Saudação ao Interventor João José Batista Tubino pelo Presidente da

República Marechal Castelo Branco). Sede do Governo do Estado, 13 de agosto de 1966.

BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. IN: O Tempo da Ditadura. Vol 4. Orgs: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARVALHO, Alessandra. *As atividades político-partidárias e a produção do consentimento durante o regime militar brasileiro* In: QUADRAT, Samantha. Rollemberg, Denise (orgs) *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, Volume II* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. *Formação Histórica de Alagoas*. 3ª ed. rev. e ampl.. – Maceió: EDUFAL, 2015.

\_\_\_\_\_. *Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas*. 4ª ed. rev. e ampl. Maceió, EDUFAL, 2010.

COSTA, Célia Maria Leite. *A Frente Ampla de oposição ao regime militar*. IN FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs) *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COSTA, Rodrigo José da. *O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)*. (Dissertação de mestrado – Recife: UFPE, 2013.

\_\_\_\_\_. COSTA, Rodrigo José da. “Do comício que não houve” à marcha da vitória: a deflagração do golpe civil-militar em Alagoas. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.15, n.22, 1º sem.2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia* In: *O Brasil Republicano*. Orgs: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. *Tempo* [online]. 2010, vol.14, n.28.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Assassínios em Maceió- Alagoas (Discurso de José Costa). Ano: XXXIII, nº094., Brasília. Câmara dos deputados. 17 de agosto de 1978.

\_\_\_\_\_ Aspectos da Economia Brasileira (discurso de Mendonça Neto). Nacional. Ano: XXXVI, nº021. Brasília. Câmara dos deputados. 30 de mar. 1979.

\_\_\_\_\_ A ação das multinacionais no Brasil (Discurso de José Costa). Ano: XXX, nº045., Brasília. Câmara dos deputados. 17 de maio de 1975.

\_\_\_\_\_ Carta do Governador Divaldo Suruagy, de Alagoas, sobre medidas adotadas pelo Governo no combate à criminalidade no Estado. (discurso de Theobaldo Barbosa).. Ano: XXXII, nº142. Brasília. Câmara dos deputados. 15 de nov. 1977.

\_\_\_\_\_ Direitos humanos (discurso de Mendonça Neto). Ano: XXXIV, nº013. Brasília. Câmara dos deputados. 20 de mar. 1979.

\_\_\_\_\_ Extinção dos partidos políticos. (discurso de Mendonça Neto).. Ano: XXXIV, nº051. Brasília. Câmara dos deputados. 17 de mai. 1979.

Edberto Ticianeli (Ex-membro do MDB-Jovem). Entrevista concedida ao autor no Palato/Farol – Maceió, em 24 de jul. de 2015.

FERREIRA, Jorge (org). *O nome e a coisa: o Populismo na política brasileira*” in *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Org. Jorge Ferreira. Rio de Janeiro, Civilização brasileira; 2001.

\_\_\_\_\_. *O tempo da experiência democrática*. Volume 3 – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. *Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda*. IN *O Tempo da Ditadura*. Vol 4. Orgs: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo: Tensões e Dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. *Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República*. In: *Mitos, projetos e práticas políticas; memória e historiografia*. Orgs: SOIHET, Rachel, ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, AZEVEDO, Cecília, GONTIJO, Rebeca. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

JOFFILY, Mariana. *O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento*. IN: *A Ditadura que mudou o Brasil*. (Orgs: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. SÁ MOTTA, Rodrigo Patto.) 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LESSA, Golbery. *Os Principais Momentos do PCB em Alagoas*. In. *A indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Alberto Saldanha (organizador). Maceió: Edufal, 2011.

LIMA, Arakem Alves. *Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX*. Maceió: EDUFAL. 2004.

LIMA, Mário de Carvalho. *Sururu Apimentado: Apontamento para a história política de Alagoas*. Maceió, EDUFAL, 1979.

LINS, Enio. *Alagoas: Pastoril de Trágicas Jornadas*. Edição eletrônica do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2004 ([www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)).

LIRA, Fernando José de. *Crise, Privilégio e Pobreza: Alagoas no limiar do terceiro milênio*. Maceió. EDUFAL, 1997.

LUTA IDEOLÓGICA. P.C. Brasileiro antro do revisionismo em nossa pátria. (Revista do Partido Comunista Revolucionário- PCR). Editorial nº 4, fev. de 1968.

LUTA IDEOLÓGICA. A Ideologia do snr. Miguel Arraes. (Revista do Partido Comunista Revolucionário- PCR). Editorial nº5, abr. de 1968.

KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e Autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*: São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

MACEDO, Michelle Reis. *O movimento queremista e a democratização de 1945. Trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

MACHADO, Fabiano Duarte. *História Econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência*. (Fabiano Duarte Machado, Matheus Carlos Oliveira Lima). Maceió: EDUFAL, 2016.

MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: paixão e vida: a trajetória de um líder sindical*. Recife: Bagaço, 2010.

\_\_\_\_\_. *Rubens Colaço: 40 anos de militância comunista*. (entrevista)  
In: *O PCB em Alagoas: Documentos (1982-1990)*. Maceió, Cepal, 2011

\_\_\_\_\_. *O PCB em Alagoas: Documentos (1982-1990)*. Maceió, Cepal,  
2011.

MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhistas urbanos em Alagoas (1951-1961)*. Dissertação de mestrado – UFPE, 2012.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior*. Belo Horizonte. Revista de Sociologia e Política nº6/7, UFMG, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 55, 2008.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: história oral e vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2014.

NETO, Mendonça. *Alagoas: História de um sobrevivente*. Brasília, Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação. 1992.

\_\_\_\_\_. *A luta continua*. Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação. Brasília, 1979.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: As incertezas do regime*. In: *O Brasil Republicano: O tempo do Nacional Estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Orgs: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In; Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992..

PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. (TOMO II, Vol. II) – *Os atingidos*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985.

QUEIROZ, Álvaro. *Episódios da História de Alagoas*. 3ª ed. Maceió. Gráfica Moura Ramos, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REMOND, René (org). “As eleições” IN: *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REVISTA DO DIRETÓRIO REGIONAL DO MDB EM ALAGOAS. (MDB em Ação). Diretorio Regional de Alagoas. Ano; I, Nº:1, Maceió, 1976.

RIDENTI, Marcelo. *As oposições à ditadura: resistência e integração*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROCHA, José Moura. *Os ricos não tigem e os pobres não mitem*. Brasília: Dédalo, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas Revolucionárias e luta armada*. In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*./ orgs: Jorge Ferreira Lucília de Almeida Neves Delgado. 6ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2013

ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha. *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, volume II. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2010.

SALDANHA, Alberto. *A Mitologia Estudantil: Uma abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano*. SERGASA, Maceió. 1994.

\_\_\_\_\_. *Governadores Alagoanos e os “Tempos de Antes”*. Revista Crítica Histórica, Maceió, Ano I, Nº 1, Junho, 2010.

SANTOS, André Marenco dos. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1988)*. Tese de Doutorado, UFRGS, 2000.



SANTOS, Theotônio dos. *O modelo econômico da ditadura militar. In: O Brasil de João Goulart: um projeto de nação.* (organizadores: Adriano de Freixo; Oswaldo Munteal e Jacqueline Ventapane). Rio de Janeiro: PUC – Rio, Contraponto, 2006.

SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. *A Justiça Eleitoral em Alagoas.* Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão* – 2ª ed. Maceió: Edufal, 2007.

## SITES

Manifesto Programa do MDB. TSE. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/hotSites/registro\\_partidario/mdb/manifesto\\_programa.htm](http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/mdb/manifesto_programa.htm). Acesso em 23 de set, 2015.

Roberto Mendes: “ Se estou vivo, contanto essa história”. Disponível em: <http://impedimento.org/se-estou-vivo-contando-essa-historia/>. Acesso em 14 de nov. de 2016.

Golbery Lessa: Futebol e Ditadura em Alagoas. Disponível em: <http://reporteralagoas.com.br/novo/futebol-e-ditadura-em-alagoas/>. Acesso em 14 de nov. de 2016.

Navegar é preciso, viver não é preciso”.Discurso pronunciado por Ulysses Guimarães durante na VI Convenção Nacional do MDB, no dia 22 de setembro de 1973. Disponível em: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/o-comando-de-ulysses-navegar-e-preciso>. Acesso em 15 de dez. de 2016.

José Costa (entrevista ao radialista Edécio Lopes no programa “Manhãs Brasileiras” da Rádio Gazeta de Alagoas), 25 de abr. de 1979. Disponível em: <http://www.historiadealagoas.com.br/teotonio-vilela-deixa-a-arena-e-filia-se-ao-mdb-em-1979.html>. Acesso em 14 de jan. de 2017.

## JORNAIS

### *A VOZ DO POVO*

\_\_\_\_\_ *O Assalto A Voz do Povo e a renúncia de Arnon.* Maceió: 11 de dez. de 1955. Ano X, Nº XIII, p. 1.

\_\_\_\_\_ *Sindicalização Rural em Alagoas é caso de Polícia: A Voz do Povo.* Maceió. 20 de out. de 1963. Ano: XVII, Nº 39. p.1.

### *DIÁRIO DE ALAGOAS*

\_\_\_\_\_ *Rubens Canuto demonstra plena confiança na Revolução Vitoriosa.* Maceió, Ano: XI, Nº184. 24 de abril de 1964.

\_\_\_\_\_ *Diretório Regional do PSP congratula-se com líderes pessepistas: Ademar e Muniz.* Maceió, Ano:XI, Nº185, 25 de abril de 1964.

\_\_\_\_\_ *A nossa posição.* Maceió, Ano: XI, Nº194. 7 de maio de 1964.

\_\_\_\_\_ *MDB - Uma força em marcha pelos destinos de Alagoas.* Maceió, Ano:XIV, nº180.

\_\_\_\_\_ *Uma Bandeira de Esperança e Democracia.* Maceió, Ano: XIV, Nº191, 12 de out, de 1966.

\_\_\_\_\_ *A morte de Muniz e festa da Arena.* Maceió. Ano: XIV, Nº180.17 de jul. de 1966.

\_\_\_\_\_ *Carta aberta ao povo alagoano!.* Maceió, Ano:XIV, N º234, 15 de nov. de 1966, p.1.

\_\_\_\_\_ *Convenção do MDB foi espetáculo de Liberdade e Fé Democrática.* Maceió. Ano: XIV, Nº202. 12 de ago. de 1966.

\_\_\_\_\_ *Ladainha do Povo.* Maceió. Ano: XIV, Nº225. 6 de nov. de 1966.

\_\_\_\_\_ *O Manifesto da ARENA.* Maceió. Ano: XIV, 13 de novembro de 1966.

\_\_\_\_\_ Fraude e cabrestos eleitorais, inimigos ferrenhos do povo. Maceió. Ano: XIV, Nº234. 15 de nov. de 1966.

\_\_\_\_\_ Alagoanos deveram votar contra os responsáveis pela falta de liberdade. Maceió, Ano: XIV, Nº206. 12 de out. de 1966.

\_\_\_\_\_ O Povo Julgará!.. Maceió. Ano: XIV, Nº223. 1 de nov. de 1966.

\_\_\_\_\_ Adeus Alagoanos!. Maceió. Ano: XIV, Nº239. 23 de nov. de 1966.

\_\_\_\_\_ Questão fechada: MDB alagoano não participará da Eleição Indireta. Maceió. Ano: XIV, Nº 202, 12 de agos de 1966.

\_\_\_\_\_ Editorial. Maceió. Ano: XV, 20 de out. de 1967.

\_\_\_\_\_ Vereador Sebastião Teixeira contra assassinato de estudante. Maceió. Ano; XVI, nº 69. 2 de abr de 1968.

\_\_\_\_\_ Secundaristas falam mais alto que universitários: greve paralisa aulas no Moreira e Silva até quarta-feira. Maceió. Ano; XVI, nº72. 2 de abr. de 1968.

\_\_\_\_\_ Impacto Nacional (Editorial). Maceió. Ano: XVI, nº73. 3 de abr. de 1968.

\_\_\_\_\_ MDB convocará juventude para a luta. Maceió. Ano: VXi, nº106, 16 de maio de 1968.

\_\_\_\_\_ O Governo nada faz pelos Excedentes: Deputado Rubens Canuto lidera campanha para conseguir matrículas na Universidade. Maceió. Ano: XVI, nº21. 31 de jan. de 1968.

\_\_\_\_\_ Oposição logra tento com a vitória dos Excedentes. Maceió. Ano; XVI, 30 de abr, de 1968.

\_\_\_\_\_ Djalma Falcão Protestou contra a inclusão de Penedo e Palmeira na “área de segurança nacional”. Maceió. Ano: XVI, nº 38, 20 de fev. de 1968.

\_\_\_\_\_ Por quê Penedo?. Maceió. Ano: XVI, 14 de jul. de 1968

\_\_\_\_\_ Djalma Falcão: “Sublegendas beneficiarão governo”. Maceió. Ano: XVI, nº 91. 26 de abr. de 1968.

\_\_\_\_\_ Cleto Marques chegou para Reestruturar MDB. Maceió. Ano: XVI, 21 e mar. de 1968.

**GAZETA DE ALAGOAS**

\_\_\_\_\_ *Alagoas de Dirceu (entrevista)*. Maceió, 19 de Outubro de 2009, p.5

**JORNAL DE ALAGOAS**

\_\_\_\_\_ TRE divulga resultados oficiais do pleito. Maceió. Ano:58º, Nº:260. 6 de dez. de 1966.

\_\_\_\_\_ Castelo pede compreensão e tolerância para os sacrifícios”. Maceió. Ano:57, Ed:74. 2 de abr de 1966.

\_\_\_\_\_ MDB de AL denuncia pressões e solicita providências. Maceió. nº 402, 15 de jul. de 1969.

\_\_\_\_\_ Sepultamento do deputado Rubens Canuto foi assistido por cerca de cinco mil pessoas. Maceió, 31 de mar. de 1970.

\_\_\_\_\_ Muniz revela dificuldades da campanha. Maceió. 13 de nov. de 1974.

\_\_\_\_\_ Políticos alagoanos explicam razões da derrota da Arena e do crescimento do MDB. Maceió. 20 de nov. de 1974.

\_\_\_\_\_ Teotônio destaca os motivos da vitória. Maceió. 19 de nov. de 1974.

\_\_\_\_\_ atribuída aos candidatos pelo Jornal de Alagoas, edição de 6 de nov. de 1974.

\_\_\_\_\_ José Costa anuncia novos objetivos do MDB. Maceió, 20 de nov. de 1974.

\_\_\_\_\_ Suruagy trava debate com José Costa pelo telefone. Maceió. 21 de nov. de 1978.

\_\_\_\_\_ Visita de Figueiredo vai custar Cr\$ 100 mil. Maceió, Ano: LXX, 25 de out. de 1978.

\_\_\_\_\_ Candidatos da Arena e do MDB debatem em plena rua central. Maceió. Ano:LXX, Nº 355, 10 de nov. de 1978.

\_\_\_\_\_ Freire: democracia só com a vitória do MDB. Maceió, Ano: LXX, 24 de out. de 1978.

\_\_\_\_\_MDB programa passeata para o próximo dia 12. Maceió, Ano: LXX, 5 de nov. de 1978.

\_\_\_\_\_Oposição marcha hoje confiante para as urnas. Maceió, Ano: LXX, 15 de nov. de 1978.

### ***TRIBUNA DE ALAGOAS***

\_\_\_\_\_Enquanto os militares marchavam para depor Jango, Major Luiz entregava casas. Maceió, 28 de março, 2004, p.5

\_\_\_\_\_ Ex-militante do PCB diz que alagoanos não foram apáticos e se mobilizaram contra o golpe militar. Maceió. 28 de mar. de 2004, p.9.

\_\_\_\_\_ Revolução de 64 enfrenta “crise dos 40”. Maceió, 28 de março de 2004, p.10.

### ***JORNAL DO BRASIL***

\_\_\_\_\_Teotônio Vilela defende a união das forças democráticas. Ano. LXXXV, nº. 229, Rio de Janeiro, 23 de nov. de 1975, Caderno 1.

\_\_\_\_\_Deputado quer estender aos analfabetos direito ao voto apenas em eleições municipais. Ano. LXXXVII, nº24. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1977.

\_\_\_\_\_Deputado do MDB mostra que filhos de Figueiredo são concessionários de “drive in”. Rio de Janeiro. Ano: LXXXVII, nº.180. 14 de out. de 1978.

